

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

Maiara Rosa Albertoni

Investigações sobre Desengajamento Moral

Juiz de Fora
2018

Maiara Rosa Albertoni

Investigações sobre Desengajamento Moral

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Desenvolvimento Humano e Processos Socioeducativos.

Orientador: Prof. Dr. Altemir José Gonçalves Barbosa.

Juiz de Fora

2018

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Albertoni, Maiara Rosa.

Investigações sobre desengajamento moral / Maiara Rosa Albertoni. – 2018.

106 f. : il.

Orientador: Altemir José Gonçalves Barbosa

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Psicologia, 2018.


1. Desengajamento Moral. 2. Estado da Arte. 3. Validação de instrumentos. 4. Adaptação de instrumentos. 5. Estudantes. I. Barbosa, Altemir José Gonçalves, orient. II. Título.

Maiara Rosa Albertoni


Investigações sobre Desengajamento Moral

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial a obtenção do grau de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Desenvolvimento Humano e Processos Socioeducativos.

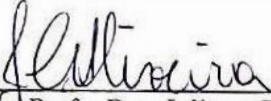
Dissertação defendida e aprovada em 26 de fevereiro de dois mil e dezoito, pela banca constituída por:



Orientador: Prof. Dr. Altemir Jose Gonçalves Barbosa
Universidade Federal de Juiz de Fora



Membro Titular: Prof. Dr. Lélío Moura Lourenço
Universidade Federal de Juiz de Fora



Membro Titular: Profa. Dra. Juliana Célia de Oliveira
Instituto Metodista Granbery

“As pessoas sofrem com as injustiças que lhes são feitas independentemente de como os perpetradores justificam suas ações”
(BANDURA, 1999, p. 193)

RESUMO

O desengajamento moral (DM) é um processo psicossocial que desativa o padrão moral interno de condutas desumanas, silenciando a autocondenação. Assim, três estudos foram conduzidos para analisar o DM por diferentes prismas. Especificamente, os objetivos foram: analisar o estado atual da arte das pesquisas sobre DM (Estudo 1); obter uma versão traduzida e adaptada para o Brasil da principal medida de DM, a *Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement* - MSMMD, buscando evidências de validade e estimativas de fidedignidade (Estudo 2); e investigar as relações entre DM e variáveis demográficas e educacionais (Estudo 3). O Estudo 1 revelou que este fenômeno tem sido relacionado a um número bastante grande de comportamentos transgressivos que variam em termos de gravidade, que o DM se manifesta em diversos contextos e em diferentes fases do curso de vida, que predominam estudos correlacionais e que são escassos os estudos sobre DM no Brasil, bem como que há carência de medidas com evidências de validade e fidedignidade para esse contexto. O Estudo 2 denotou que a versão brasileira da MSMMD parece ser multidimensional, sendo o modelo teórico – quatro conjuntos de mecanismos que agrupam oito mecanismos e dão origem a um total – a estrutura interna mais adequada para a medida. A escala apresenta boa consistência interna para o total de itens, porém, a maioria dos fatores e componentes apresentou Alfas de Cronbach inferiores ao esperado. Também foram encontradas evidências de validade para a MSMMD baseadas na relação com outras variáveis, mais precisamente empatia, comportamentos prossociais e atos infracionais. Embora não esteja isenta de limitações, a versão brasileira da MSMMD pode ser considerada um recurso útil para pesquisas brasileiras sobre DM. Ademais, recomenda-se que mais estudos sobre suas propriedades psicométricas sejam realizados. O Estudo 3 identificou que meninos, alunos com menor idade e com menor número de anos estudados, estudantes de instituições de ensino públicas e com histórico de reprovação escolar apresentaram maior DM. Religião não se associou ao DM de forma geral, porém os mecanismos Justificação Moral e Linguagem Eufemística foram menos utilizados pelos participantes que possuem e são praticantes de religião. Neste estudo, Justificação Moral foi o mecanismo mais utilizado pelos estudantes e Comparação Vantajosa o menos utilizado. Não obstante as limitações, as três pesquisas que compõem a presente dissertação abrem, ainda que modestamente, caminhos para futuras pesquisas sobre DM no contexto brasileiro.

Palavras chaves: Desengajamento Moral. Estado da Arte. Adaptação. Validação.

ABSTRACT

Moral disengagement (DM) is a psychosocial process that deactivates the internal moral standard of inhuman conduct, silencing self-condemnation. Thus, three studies were conducted to analyze DM by perspectives different. Specifically, the objectives were: to analyze the current state of the art of researches on DM (Study 1); to obtain a translated and adapted version for Brazil of the main measure of DM, the Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement - MSMMD, seeking evidence of validity and reliability estimates (Study 2); and to investigate the relationships between DM and demographic and educational variables (Study 3). Study 1 revealed that this phenomenon has been related to a fairly large number of transgressive behaviors that vary in severity, that DM manifests itself in several contexts and in different phases of the life course, that predominate correlational studies and that are scarce the studies on DM in Brazil, as well as that there is a lack of measures with evidence of validity and reliability for this context. Study 2 denoted that the Brazilian version of MSMMD appears to be multidimensional, with the theoretical model - four sets of mechanisms that group eight mechanisms and give rise to a total - the most adequate internal structure for the measure. The scale presents good internal consistency for the total of items, however, most of the factors and components presented Cronbach's Alphas lower than expected. Evidence of validity for MSMMD was also found based on the relationship with other variables, more precisely empathy, prosocial behavior and infractional acts. Although not exempt from limitations, the Brazilian version of MSMMD can be considered a useful resource for Brazilian research on DM. In addition, it is recommended that further studies on MSMMD psychometric properties be performed. Study 3 identified that boys, students with lower age and with less number of years studied, students of public institutions with a history of school failure showed higher DM. Religion was not associated with DM in general, but the Moral Justification and Euphemistic Language mechanisms were less used by participants who have and are practicing religion. Moral Justification was the mechanism most used by students and Advantageous Comparison less used. Despite the limitations, the three researches that compose this dissertation open, albeit modestly, ways for future researches on DM in the Brazilian context.

Keywords: Moral Disengagement. Current State of the Art. Adaptation. Validation.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	7
2. ESTUDO 1 - PESQUISAS SOBRE DESENGAJAMENTO MORAL: ESTADO ATUAL DA ARTE	13
3. ESTUDO 2 - <i>MULTIFACETED SCALE OF MECHANISMS OF MORAL DISENGAGEMENT</i> : EVIDÊNCIAS DE VALIDADE E ESTIMATIVAS DE FIDEDIGNIDADE PARA O CONTEXTO BRASILEIRO	33
4. ESTUDO 3 - DESENGAJAMENTO MORAL EM ESTUDANTES: RELAÇÕES COM VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS E EDUCACIONAIS.....	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICES	83
ANEXOS.....	89

1 APRESENTAÇÃO

O desengajamento moral é um processo psicossocial que desativa o padrão moral interno de condutas desumanas, silenciando a autocondenação (Bandura, 2002). Trata-se de um construto do arcabouço conceitual da Teoria Social Cognitiva. Assim, concepções-chaves dessa perspectiva teórica, como o determinismo recíproco e a agência moral, explicam seu funcionamento.

De acordo com o determinismo recíproco, o comportamento não é determinado exclusivamente por estímulos do ambiente, nem simplesmente pela autonomia do sujeito. Ele é compreendido a partir de uma perspectiva interacionista, que explica o funcionamento e o desenvolvimento humano como produtos de interações recíprocas bidirecionais entre influências pessoais, ambientais e comportamentais (Bandura, 1978). Os fatores pessoais (por exemplo, crenças, afetos, percepções pessoais e características biológicas), o comportamento e o ambiente agem como determinantes recíprocos mútuos. Segundo Bandura (1978), a influência exercida pelos componentes desse esquema triádico é alterada de acordo com os indivíduos e conforme a diversidade das circunstâncias.

A Teoria Social Cognitiva também enfatiza a agência moral do indivíduo, concebendo-o como um ser autoinfluyente dotado de estruturas cognitivas que proporcionam autopercepção, autoavaliação e autorregulação dos comportamentos (Bandura, 2001). No sistema autorregulatório, o comportamento é julgado segundo padrões morais internos que são desenvolvidos ao longo das trajetórias de trocas do indivíduo com o meio social e trazem autossanções antecipatórias de culpa diante da possibilidade de violação (Bandura, 2001). O julgamento das ações também leva em consideração comportamentos referenciais como normas padronizadas e comparações com comportamentos de modelos sociais, ações de grupos e comportamentos anteriores do próprio indivíduo (Bandura, 1978).

Estes e outros aspectos conceituais da Teoria Social Cognitiva são importantes para que se compreenda o desengajamento moral, mas não constituem, evidentemente, o foco principal deste texto. O presente trabalho concentra-se no desengajamento moral como processo psicossocial estratégico que pode ser utilizado por qualquer indivíduo, não somente aqueles que possuem um perfil transgressor, para desconectar autossanções morais, como culpa e condenação da conduta desumana.

O desengajamento moral recorre a mecanismos que atuam em três elementos da dinâmica imoral, isto é, o comportamento imoral, os efeitos causados e as vítimas envolvidas (Bandura, 2007). Trata-se de um fenômeno que faz uso de oito mecanismos que se agrupam

em quatro conjuntos e podem operar simultaneamente ou de forma isolada segundo as características das situações. São eles: Justificação Moral, Linguagem Eufemística, Comparação Vantajosa, Difusão da Responsabilidade, Deslocamento da Responsabilidade, Ignorância ou Distorção das Consequências, Desumanização e Atribuição de Culpa (Bandura, 2002). O uso desses mecanismos faz com que condutas humanas com níveis de gravidade inimagináveis sejam praticadas sem culpa, podendo gerar até mesmo um senso de dignidade nos perpetradores.

A Justificação Moral é um dos mecanismos do primeiro conjunto e atua para transformar uma conduta prejudicial em valorosa, fazendo com que esta seja aceitável por servir a finalidades dignas (Bandura, 2004). Bandura (2002; 2004) frequentemente faz referência em seus textos às atrocidades cometidas em guerras, que, por meio desse mecanismo, podem estar livres de censura, o que faz muitos cometerem honrosamente atos deliberadamente cruéis em nome da paz, em nome da religião e para protegerem seu país, por exemplo.

A Linguagem Eufemística é outro mecanismo do primeiro conjunto que busca retirar o aspecto imoral do comportamento prejudicial camuflando sua repugnância por meio de eufemismos que ocultam seu caráter real. Isso pode ser visto na afirmação de um indivíduo suspeito de roubo à delegada: “Eu falei pra senhora que eu não roubei, eu peguei emprestado e não sabia que a moto era roubada” (Diário do Pará, 2002). Pegar emprestado sem pedir é sem dúvida um eufemismo para roubo.

O mecanismo de Comparação Vantajosa é o terceiro mecanismo desse poderoso conjunto desativador da autocondenação. Segundo Bandura (1999), ele se apresenta por meio de um raciocínio de comparação entre a atividade repreensível e outras atividades piores, fazendo com que a primeira pareça insignificante e até mesmo benéfica contraposta à segunda. O autor afirma que a Comparação Vantajosa pode estar relacionada a perspectivas utilitaristas de julgamento que defendem comportamentos repreensíveis, afirmando que evitam mais sofrimentos do que causam. Osofsky, Bandura e Zimbardo (2005), analisaram a opinião de alguns funcionários penitenciários envolvidos em execuções penais, tendo como base o desengajamento moral. Alguns participantes consideraram as execuções como um ato misericordioso em comparação aos homicídios cometidos pelos condenados, apresentando justificações utilitaristas ao afirmarem a necessidade de manter a ordem social, dissuadir os crimes de homicídio e reduzir gastos sociais da prisão perpétua.

Os mecanismos de Difusão da Responsabilidade e Deslocamento da Responsabilidade formam o segundo conjunto de estratégias de desengajamento moral. No

primeiro caso, a responsabilidade pessoal pode ser obscurecida por sua divisão social. Isso ocorre porque, quando todos são responsáveis, ninguém se sente pessoalmente responsável (Bandura, 2004). No Deslocamento da Responsabilidade, torna-se possível enfraquecer a autocensura transferindo a responsabilidade dos atos condenáveis para outros ou para situações do ambiente. Bandura (1990, 1999, 2002, 2004) cita em vários de seus trabalhos o experimento de Stanley Milgram (ver Helm & Morelli, 1979) sobre obediência à autoridade para exemplificar como as pessoas podem ser induzidas a aumentar o dano causado a outras a partir de comandos de autoridades que assumam explicitamente a responsabilidade pelas consequências dessas ações.

O mecanismo de Distorção das Consequências representa o terceiro conjunto e opera no efeito da conduta prejudicial minimizando, distorcendo ou ignorando as consequências das ações (Bandura, 2004). É mais fácil desativar a autocondenação quando os danos causados pelas transgressões são vistos de forma deturpada ou não são encarados (Bandura, 2007). Para Bandura (2001), as pessoas evitam encarar o dano que suas ações causam e até mesmo as evidências dos danos podem ser desacreditadas.

O último conjunto de mecanismos de desengajamento moral opera na justificação das ações através da culpabilização das vítimas. A maneira como o outro é visto é a base do mecanismo de Desumanização das vítimas. Perceber o outro como semelhante, ativa as reações empáticas e torna difícil prejudicar pessoas sem experimentar autocondenação. Entretanto, a autocondenação pode ser desativada quando se retira as qualidades humanas das pessoas, o que faz com que não sejam mais vistas como seres humanos, podendo ser consideradas como objetos, animais ou, até mesmo, entidades demoníacas (Bandura, 2002). No mecanismo de Atribuição de Culpa, culpar a vítima ou as forças das circunstâncias pode tornar uma ação prejudicial compreensível e aceitável. Ao invés de assumir a responsabilidade pelo sofrimento causado, a própria vítima passa a ser responsabilizada por causar danos a si mesmo, enquanto o agressor é visto sem culpa, pressionado pela vítima ou pelas circunstâncias a agir de maneira repreensível (Bandura, 2004).

Dentre os conceitos da Teoria Social Cognitiva, o desengajamento moral tem sido menos investigado que, por exemplo, autoeficácia, autorregulação da aprendizagem e modelação, talvez por ser um dos mais recentes. Não obstante, pesquisas sobre desenvolvimento humano (Bandura, 1999) revelam a presença do desengajamento moral já na infância, indicando seu desenvolvimento gradual e maior incidência ao longo da adolescência. Estudos longitudinais apresentam evidências de que há uma tendência de diminuição do desengajamento moral ao longo dos anos e de que não existem diferenças de gênero quanto

aos níveis de desengajamento moral nos primeiros anos do curso de vida. Entretanto, durante o desenvolvimento, os meninos tornam-se mais propensos do que as meninas a se desengajarem moralmente.

O desengajamento moral compartilha ideias que se aproximam de conceitos de outras abordagens teóricas da Psicologia, como os mecanismos de defesa do ego na Psicanálise, a noção de distorções cognitivas autocentradas secundárias (Barriga e Gibbs, 1996) e, principalmente, a Teoria das Técnicas de Neutralização (Sykes & Matza, 1957). As técnicas de neutralização, por exemplo, assemelham-se conceitualmente com o desengajamento moral e são relativamente convergentes com os mecanismos descritos por Bandura, uma vez que também abordam dispositivos de neutralização da culpa frente a comportamentos imorais. São definidas cinco técnicas de neutralização da dissonância cognitiva gerada pelo conflito entre as normas internalizadas e o comportamento prejudicial: negação da responsabilidade, negação dos danos, negação da vitimização, condenação dos que condenam e apelo a instâncias superiores (Sykes & Matza, 1957).

Ainda que análises teóricas e pesquisas empíricas tenham assinalado que as técnicas de neutralização descrevem alguns processos cognitivos semelhantes ao desengajamento moral (Ribeaud & Eisner, 2010), este texto não aprofundará essa discussão, pois, como mencionado, tem como foco o desengajamento moral. Mais precisamente, tem como objetivos analisar o estado atual da arte das pesquisas sobre desengajamento moral (Capítulo 2), obter uma versão traduzida e adaptada de um instrumento de desengajamento moral (*Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement* - MSMMD) para a língua portuguesa do Brasil, buscando evidências de validade para ela e estimando sua fidedignidade (Capítulo 3) e investigar as relações entre desengajamento moral e variáveis demográficas e educacionais (Capítulo 4).

O Capítulo 2 descreve uma análise da produção científica publicada na forma de artigos que relatam pesquisas empíricas sobre desengajamento moral indexados nas bases de dados PsycINFO e PsycARTICLES (*American Psychological Association* – APA) entre 2011 e 2016. As publicações foram alvo de análises de conteúdo, adotando tanto categorias previamente definidas, como tipo de estudo de acordo com os objetivos (descritivos e/ou explicativos) e fases do curso de vida em que o desengajamento moral foi investigado, quanto criando categoriais – análise de conteúdo temática – com base no texto das publicações (por exemplo, contexto em que o desengajamento moral foi estudado e tipo de comportamento associado ao desengajamento moral).

Dentre outros resultados, esta análise identificou que diferentes medidas desse construto têm sido desenvolvidas para públicos e contextos de pesquisas variados (Kavussanu, Hatzigeorgiadis, Elbe & Ring, 2016; Moore, Detert, Treviño, Baker & Mayer 2012; Page, Pina & Giner-Sorolla, 2016). A MSMMS (Bandura, Barbaranelli, Caprara, & Pastorelli 1996) é uma delas. Apesar de ter sido traduzida e adaptada pra diferentes idiomas (Rubio-Garay, Amor & Carrasco, 2017; Yang & Wang, 2012; Obermann, 2011), o português do Brasil não está entre eles.

Nessa direção, realizou-se uma pesquisa (Capítulo 3) que objetivou obter uma versão traduzida, adaptada e com evidências de validade e estimativas de fidedignidade da MSMMD para o contexto brasileiro, que possa servir como mais um recurso para os estudos sobre o tema. A medida original é um instrumento de referência nas investigações sobre desengajamento moral, sendo inclusive desenvolvida pelo próprio autor (Bandura, 1977) do conceito e colaboradores.

Neste estudo, as seguintes etapas foram planejadas e executadas: 1ª Etapa – Tradução e Adaptação da *Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement* para a língua portuguesa do Brasil; e 2ª Etapa – Aplicação inicial da versão brasileira da *Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement*. Na 1ª Etapa, a versão brasileira foi obtida após a síntese de duas traduções do instrumento original para o português do Brasil ter sido avaliada por quatro juízes e um grupo focal. Em seguida, ocorreram retrotraduções e avaliações de dois autores do instrumento original. Modificações foram feitas após a avaliação dos juízes, bem como do grupo focal, composto por estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental cujo objetivo era verificar a compreensão e o autopreenchimento dos itens da versão brasileira da MSMMD.

Na 2ª Etapa, análises das propriedades psicométricas da versão brasileira da MSMMD foram realizadas. A aplicação da medida em uma amostra de estudantes do Ensino Fundamental e Médio (N=500) permitiu analisar a consistência interna e obter evidências de validade para a medida com base na estrutura interna e na relação com outras variáveis, mais especificamente, empatia, comportamentos prossociais e atos infracionais.

Por fim, os dados coletados com esta amostra foram alvo de um terceiro estudo (Capítulo 4) que investigou associações entre desengajamento moral e variáveis demográficas. Foram considerados, especificamente, o gênero, a idade, os anos estudados, a religião, o tipo de escola (pública e particular) e as reprovações escolares ao longo da vida acadêmica.

Ressalta-se que estudar desengajamento moral é, de certo modo, estudar o desenvolvimento moral, pois, como destacado, este processo cognitivo possui relação estreita com padrões morais internalizados ao longo da vida dos indivíduos, em suas trocas com o meio social (Bandura, 2001), que, por sua vez, são, evidentemente, influenciados por instituições educacionais, como a escola e a família. Considera-se, ainda que modestamente, que os estudos que compõem esta dissertação são relevantes científica (p.ex., faltam estudos e medidas de desengajamento moral no Brasil), social (p.ex., desengajamento moral se correlaciona positivamente com uma série de comportamentos antissociais e negativamente com comportamentos prossociais) e institucionalmente (p.ex., coerência com a linha de pesquisa Desenvolvimento Humanos e Processos Socioeducativos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora). Uma vez conhecidas as variáveis associadas ao desengajamento moral, seus mecanismos de ação moral e como se manifesta ao longo do curso de vida, ou seja, conhecimentos de base, é possível desenvolver programas de intervenção.

De modo geral, o presente trabalho ofereceu um panorama atualizado das pesquisas sobre o tema através da análise da produção científica, disponibilizou uma medida nacional com evidências de validade e estimativas de fidedignidade para mensurar desengajamento moral e indicou variáveis demográficas e educacionais associadas ao fenômeno. Ademais, sinalizou, a partir de seus resultados, necessidades e direcionamentos para futuras pesquisas sobre desengajamento moral.

Esta investigação é ainda mais relevante no caso do Brasil, onde o construto ainda é pouco explorado, sendo que a ausência de medidas nacionais com evidências de validade e fidedignidade para mensurar desengajamento moral representa um fator crítico que desfavorece a investigação científica.

2 PESQUISAS SOBRE DESENGAJAMENTO MORAL: ESTADO ATUAL DA ARTE

Introdução

O conceito de Desengajamento Moral (DM), proposto por Bandura na década de 1970, diz respeito à capacidade de as pessoas construírem pensamentos morais que justifiquem seus comportamentos de acordo com o que lhes convém, podendo, dessa forma, justificar atos imorais praticados sem que se sintam culpadas ou censuradas por eles (Bandura, 2002; Iglesias, 2008). Assim, é possível se desengajar de valores morais próprios para cometer transgressões sem autocensura (Iglesias, 2008).

De acordo com Bandura, Barbaranelli, Caprara e Pastorelli (1996), a Teoria Social Cognitiva propõe que o comportamento não é determinado exclusivamente por estímulos do ambiente, nem simplesmente pela autonomia do sujeito, mas adota uma perspectiva interacionista ao afirmar que as ações morais são produto da interação recíproca entre influências pessoais e sociais. Para os autores, a agência moral, que é enfatizada por essa abordagem, é uma característica que revela a capacidade de o ser humano exercer controle sobre seus pensamentos e suas ações, ou seja, a capacidade de autoinfluenciar as próprias ações e antecipar suas consequências. A censura moral só opera se mecanismos de autorregulação forem ativados (Bandura, 1999). Assim, a ativação ou o desengajamento da censura moral propicia diferentes comportamentos diante do mesmo padrão moral.

Bandura (2002) propõe uma classificação dos mecanismos e esquemas de DM. O desengajamento utilizado para se desprender de padrões morais que impedem as ações antissociais opera por meio de oito mecanismos, que podem ser agrupados em três componentes – 1) quanto à própria conduta repreensível, 2) quanto aos efeitos decorrentes do comportamento e 3) quanto às vítimas dessa conduta –, que, por sua vez, são divididos em quatro conjuntos de esquemas. O primeiro conjunto contém mecanismos de Justificação Moral, Linguagem Eufemística e Comparação Vantajosa, tendo como objetivo a reconstrução cognitiva da conduta repreensível a fim de torná-la uma conduta benevolente, eliminando a autocensura e transformando atos condenáveis em justificáveis, podendo proporcionar até mesmo autoaprovação e aceitação social. O segundo conjunto envolve os mecanismos de Difusão da Responsabilidade e Deslocamento da Responsabilidade, operando para mascarar ou distorcer a relação causal entre a conduta repreensível e seus efeitos, eliminando a responsabilidade diante de um ato imoral, assim como a autocensura. O terceiro conjunto é

composto pelo mecanismo de Distorção das Consequências. Nele, os efeitos do comportamento prejudicial são negligenciados ou minimizados pela valorização dos efeitos benéficos da ação de forma que o indivíduo não experimente culpa ou condenação, como se os fins justificassem os meios imorais de uma conduta. Os mecanismos de Desumanização e Atribuição de Culpa representam o último conjunto de esquemas de DM e estão relacionados às características atribuídas pelos transgressores às vítimas. O transgressor pode se colocar como vítima na situação, tendo uma visão deturpada da vítima real, tornando-a responsável pela conduta transgressora ou, até mesmo, “retirando” das vítimas suas qualidades humanas, diminuindo a empatia e o respeito por elas.

Segundo Iglesias (2008), os vários conjuntos podem operar isoladamente ou de forma simultânea e revelam a possibilidade da conduta transgressiva ser justificada por várias formas de desengajamento. O DM influencia diretamente a conduta transgressiva, afetando negativamente as reações antecipadas de culpa, as orientações prossociais e as reações cognitivas e afetivas que são propícias à agressão (Bandura et al., 1996).

Bandura (1999) afirma que o DM é progressivo, portanto uma pessoa não se desengaja moralmente de maneira repentina. Segundo o autor, a mudança se concretiza pelo desengajamento gradual da autocensura, de forma que esse processo pode sequer ser notado. Inicialmente, são cometidos atos que geram pouco desconforto e, com a diminuição da autocondenação, atos graves passam a ser realizados com pouca angústia pessoal.

Como antídoto para o DM, o poder transformador da humanização é enfatizado por Bandura (2004). Para ele, a moralidade pode ser alimentada pela restauração da humanização nas ações, fazendo com que as pessoas vivam de acordo com seus padrões morais. A humanização investida nos processos de autorregulação pode neutralizar ações prejudiciais, fazendo com que as pessoas se recusem a agir de forma repreensível e em concordância com seus princípios.

McAlister (2001), em um estudo sobre mudança em níveis de DM que influenciam decisões de apoio ou oposição a ações militares específicas, mostrou como a comunicação persuasiva pode favorecer ou aumentar a resistência contra o DM. Participaram deste estudo estudantes universitários, que foram divididos em dois grupos. Em um deles, observou-se a redução de DM e em outro grupo o aumento de DM. Isso ocorreu de acordo com o tipo de persuasão a que os estudantes eram submetidos. Após a intervenção, os estudantes mudaram suas opiniões iniciais que estavam em concordância com atitudes militares apoiadas em mecanismos de DM. Para os autores, desmascarar as formas de autoexoneração e promover a consciência moral pode ser uma proteção contra a violência,

pois aqueles que resistem ao DM evitarão fazer uso da violência até mesmo contra inimigos que aparentemente não merecem misericórdia.

A partir do que foi exposto nos parágrafos anteriores, é possível observar o quão deletério é o desengajamento e, conseqüentemente, a necessidade de realizar pesquisas sobre ele. Para tanto, construir medidas com evidências de validade e estimativas de fidedignidade é indispensável, pois a realização de pesquisas sobre esse e outros construtos depende em grande parte delas.

Bandura (1995) desenvolveu uma medida de DM – a *Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement* – que foi aprimorada e utilizada em um estudo no ano seguinte (Bandura et al., 1996). Investigou-se o comportamento agressivo de 675 alunos do Ensino Fundamental com idades entre 10 e 15 anos da cidade italiana de Roma. Essa investigação analisou a estrutura e os efeitos do DM na conduta prejudicial em condições naturais, como nos ambientes educacional, familiar ou comunitário e nas relações interpessoais, bem como os processos psicológicos empregados para o DM.

A forma final da *Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement* foi publicada como apêndice do estudo de 1996 (Bandura et al., 1996). Os mecanismos de DM foram divididos em conjuntos de quatro itens, totalizando 32 itens que mediram a propensão dos sujeitos a recorrer aos mecanismos de DM para justificar diferentes formas de condutas transgressoras. Ao longo do tempo, versões desta escala (por exemplo, Newton, Havard & Teesson, 2012; Visconti, Ladd & Kochenderfer-Ladd, 2015) e outras medidas (por exemplo, Moore, Detert, Treviño, Baker & Mayer 2012; Page, Pina & Giner-Sorolla, 2016) de DM foram desenvolvidas.

Bandura, por exemplo, publicou uma série de pesquisas que abordam o DM em situações de agressão (Bandura, Underwood & Fromson, 1975), delinquência (Bandura, Caprara, Barbaranelli, Pastorelli, & Regalia (2001), execuções penais (Osofsky, Bandura & Zimbardo, 2005), terrorismo (Bandura, 2004), práticas que degradam o meio ambiente (Bandura, 2007) e polêmicas relacionadas a indústrias corporativas (Bandura, Caprara & Zsolnai, 2000) ou que fabricam produtos prejudiciais à saúde ou cujos processos de produção são nocivos à saúde (White, Bandura & Bero, 2009). Algumas destas pesquisas são apresentadas no ensaio de Azzi (2011).

No Brasil, todavia, o DM é pouco pesquisado, sendo recuperados apenas alguns estudos empíricos, dois deles sobre psicologia do trânsito, em que a escala de DM foi usada de forma adaptada para avaliar comportamento infracional no trânsito (Neto, Iglesias & Günther, 2012; Mognon & Santos, 2014), um sobre *bullying*, que utilizou um instrumento de

DM em situações em que esse tipo de agressão ocorre (Tognetta, Martínez, Rosário & Elvira, 2015) e um estudo sobre DM no esporte, que utilizou uma medida de DM específica para o contexto esportivo (Parente & Iaochite, 2015). Ademais, três pesquisas brasileiras abordaram o tema agressão social relacionado ao DM entre estudantes, sendo partes constitutivas de um mesmo estudo ascendente sobre agressão social. Especificamente, analisaram o DM nas justificativas dos participantes para a agressão social (Lima, 2016), para agressão social através das redes sociais virtuais (Araújo, 2016) e para não ajudar as vítimas desse tipo de agressão (Corrêa, 2016). O DM foi identificado através de perguntas abertas (por exemplo, “O que te levou a agir assim?”), possibilitando a categorização dos dados qualitativos segundo os mecanismos utilizados.

Dada a carência de investigações no contexto brasileiro, este estudo teve como objetivo analisar a produção científica sobre DM indexada em bases de dados internacionais, enfatizando o ano de publicação, os países em que os estudos foram desenvolvidos, as fases do curso de vida (infância etc.) dos participantes, o tipo de estudo de acordo com os objetivos (descritivos ou explicativos), os contextos em que o DM foi estudado, os comportamentos imorais a ele associados e as medidas de DM utilizadas.

Método

A produção científica analisada foi recuperada na PsycNET (*American Psychological Association – APA, 2017*). Trata-se de uma importante plataforma em Psicologia e abrange as bases de dados PsycINFO, PsycARTICLES e APA Books. A PsycINFO é considerada uma das principais bases de dados do mundo na área da Psicologia e disciplinas relacionadas, com mais de quatro milhões de registros bibliográficos, sendo aproximadamente quatro mil indexados a cada semana. (APA, 2017; Benjamin & VandenBos, 2006; Ribas, 2009; Sampaio, 2013). Por sua vez, a PsycARTICLES é considerada a base de dados mais extensa em artigos com textos completos na área da Psicologia (APA, 2017). A APA Books pode ser considerada a versão destinada a livros da PsycARTICLES e não foi utilizada neste estudo, pois o foco recaiu em artigos.

A expressão “*moral disengagement*” foi, evidentemente, adotada para busca. A PsycNET foi programada para recuperar todos os artigos que utilizaram-na como palavra chave, que foram publicados entre 2011 e 2016 e que relatam pesquisa empírica. Há que se esclarecer que estas opções foram decorrentes da intenção de, respectivamente, investigar a

mais importante forma de comunicação científica e de estabelecer um estado atual da arte sobre DM baseado em informações primárias.

Após a busca, realizou-se a primeira leitura de todos os artigos, permitindo verificar a adequação deles aos critérios estabelecidos previamente e se de fato investigavam o conceito de DM empiricamente. Algumas exclusões foram realizadas em decorrência desse processo inicial.

Posteriormente, análises de conteúdo temáticas das publicações foram realizadas com base em outras leituras. Esse procedimento serviu como base para a constituição de categorias (por exemplo, contexto em que o DM foi estudado) ou adoção de categorias previamente definidas (por exemplo, tipo de estudo de acordo com os objetivos). No último caso, pontua-se, para fins metodológicos, que foram adotados como critério para a definição das fases do curso de vida dos participantes os parâmetros da Organização Mundial da Saúde (WHO, 1986) para infância (até 9 anos de idade), adolescência (de 10 à 19 anos de idade), adultez (20 à 59 anos de idade) e velhice (60 anos de idade ou mais).

Assinala-se que todas as categorias foram quantificadas com estatística descritiva, mais especificamente porcentagem e contagem. Salienta-se, ademais, que foi feito uso de concordância entre juízes. Nesse procedimento, um pesquisador com experiência em análise de conteúdo e DM analisou o processo de agrupamento em categorias, sendo obtidas concordâncias superiores a 85%.

Resultados e Discussão

O uso do método resultou em 109 artigos publicados entre 2011 e 2016 que relatam pesquisas empíricas sobre DM (Figura 1). Essa produção pode ser considerada pequena, pois a PsycNET (PsycINFO e PsycARTICLES) indexa milhares de artigos que relatam pesquisa empírica sobre autoeficácia – Outro construto chave da Teoria Social Cognitiva (Bandura, 1986). – que foram publicados em periódicos revisados por pares no mesmo período abrangido por este estudo. A diferença entre essas produções científicas parece ser decorrente, dentre outros fatores, do fato de a autoeficácia ser um construto mais clássico – Foi incluído como descritor no tesouro da PsycNET em 1985. – enquanto o DM é mais recente, sequer figura entre os descritores do tesouros da PsycNET.

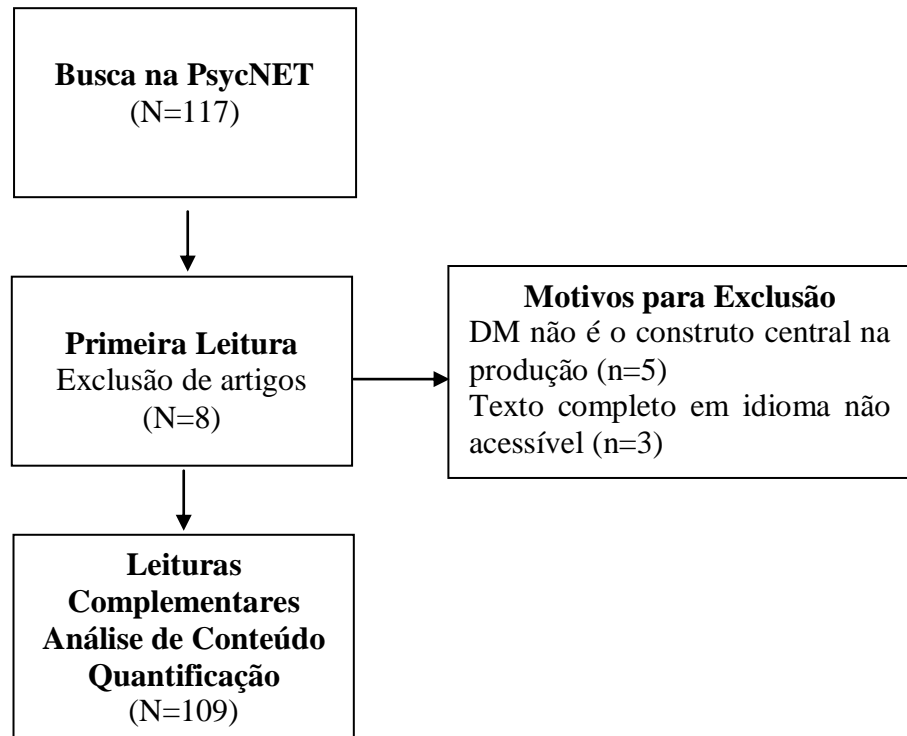


Figura 1. Diagrama de fluxo dos procedimentos adotados na análise da produção científica.

O total de estudos eleitos para a meta-análise de Gini, Pozzoli e Hymel (2014) também constitui uma evidência da dimensão reduzida da produção científica sobre DM. Os autores identificaram 70 potenciais pesquisas empíricas sobre DM e agressão publicadas até março 2012. Porém, os autores foram, por um lado, mais inclusivos no que se refere às bases de dados, pois pesquisaram no *Educational Research Information Center* (ERIC), no Google Acadêmico e na Scopus, além da PsycINFO, e ao tipo de publicação, uma vez que também incluíram teses, dissertações e trabalhos publicados em anais. Por outro lado, foram mais restritivos, já que, como mencionado, limitaram-se aos estudos que associam DM e agressão.

Observou-se um crescimento das pesquisas sobre DM no período analisado. Dentre os estudos, 10 (9,17%) foram publicados em 2011, nove (8,25%) em 2012, 12 (11,01%) em 2013, 30 (27,52%) em 2014, 35 (32,11%) em 2015 e 13 (11,93%) em 2016. Quanto ao decréscimo em 2016, reitera-se que a produção científica desse ano abrangeu as publicações indexadas até o mês de junho. Portanto, se for considerado que até a metade de 2016 não foram registradas todas as publicações desse ano – Algo que só é concluído nos primeiros meses do ano seguinte. – é muito provável que esse escore atinja, pelo menos, os patamares de 2015 (n=35; 32,11%). É possível constatar, ainda, que essa tendência de

crescimento se deu, sobretudo, a partir de 2014 (n=30; 27,52%); ano que teve quase três vezes mais textos indexados que 2013 (n=12; 11,01%).

Quanto ao crescimento do número de estudos sobre DM, uma nova busca na PsycNET foi realizada – fevereiro de 2017 – seguindo os procedimentos anteriormente descritos, para obter uma estimativa atualizada do número de publicações de 2016. Foram recuperadas 29 publicações. Com isso, mesmo que possam ocorrer exclusões e/ou novas inclusões nos meses subsequentes, a tendência de crescimento dos estudos sobre esse construto parece ser corroborada.

Apesar de os resultados revelarem tendência de crescimento das pesquisas sobre DM, o intervalo de tempo pesquisado abrangeu um período relativamente curto, isto é, quase seis anos. Isso torna a afirmação sobre o crescimento das pesquisas limitada, sendo necessário pesquisar um intervalo temporal mais amplo para corroborá-la.

As investigações sobre DM foram desenvolvidas em vários países (Tabela 1), destacando-se os Estados Unidos (n=27; 24,77%), seguidos por Itália (n=19; 17,43%), Reino Unido (n=12; 11,01%) e Austrália (n=11; 10,09%). Ainda que apareça uma menção ao Brasil (Malley-Morrison et al., 2015), os estudos podem ser considerados internacionais no geral, porque o Brasil era apenas mais um centro participante em um estudo transcultural.

A liderança dos Estados Unidos nos estudos sobre DM é previsível devido à concentração no país de grande parte da publicação científica mundial em termos gerais. Trata-se de um país que possui maior número de publicações em revistas de grande prestígio (Nature Index, 2016). Países da Europa, como Reino Unido, Alemanha, Suíça e Itália, também possuem forte tradição em pesquisas e se destacaram na produção científica sobre DM. Na Itália particularmente, há relevantes contribuições sobre DM, pois o país reúne grupos de pesquisas fortes sobre o tema, destacando-se autores como Gian Vittorio Caprara, da Universidade de Roma “La Sapienza” (Bandura, et al., 1996; Caprara & Capanna 2005; Fontaine, Fida, Paciello, Tisak & Caprara, 2014; Caprara, et al., 2014) e Gianluca Gini da Universidade de Pádua em Veneza (Gini, Pozzoli & Bussey, 2014, 2015; Gini, Pozzoli & Hymel, 2014; Pozzoli, Gini & Vieno, 2012).

Dos países em desenvolvimento, a China vem se destacando no cenário internacional em termos de produção científica geral e ocupa o segundo lugar no ranking do Nature Index (2016), seguidos de Alemanha e Reino Unido. Embora os resultados revelem que a China sediou “apenas” 2,75% (n=3) dos estudos sobre DM, vale ressaltar que dois artigos foram excluídos por estarem em idioma chinês, indicando, ainda que de forma discreta, que estudos sobre DM têm despertado o interesse de pesquisadores chineses.

Tabela 1

Frequência de estudos distribuídos segundo o país onde foram desenvolvidos.

País	N	%
Estados Unidos	27	24,77
Itália	19	17,43
Reino Unido	12	11,01
Austrália	11	10,09
Canadá	6	5,50
Suíça	5	4,59
Alemanha	3	2,75
Bélgica	3	2,75
China	3	2,75
Dinamarca	3	2,75
Nova Zelândia	3	2,75
Holanda	2	1,83
Suécia	2	1,83
Coreia	1	0,92
Espanha	1	0,92
Finlândia	1	0,92
Grécia	1	0,92
México	1	0,92
Noruega	1	0,92
Taiwan	1	0,92
Estados Unidos e Reino Unido	1	0,92
Estados Unidos, Reino Unido, Israel e Itália.	1	0,92
Botsuana, Egito, Gana, África do Sul, Índia, Peru, Filipinas, Brasil e Israel.	1	0,92
Total	109	100

Destaca-se, também, a presença de três estudos transculturais, sendo que dois deles investigaram o DM através de ações militares prejudiciais entre grupos ideológicos em contextos de conflitos armados, a saber, os estudos de Sharvit, Brambilla, Babush e Colucci (2015) e Malley-Morrison et al. (2015). O terceiro estudo teve como objetivo buscar evidências de validade e fidedignidade para uma medida de DM apropriada a adultos, e, para isto, contou com amostra de participantes dos Estados Unidos e do Reino Unido (Moore et al., 2012).

Estudos que incluem amostras de diferentes populações permitem comparações culturais que contribuem com a capacidade de generalização dos resultados (Malley-Morrison et al., 2015) e, conseqüentemente, aumenta a validade externa da pesquisa. A pesquisa transcultural também tem a vantagem de oferecer evidências acerca das influências socioculturais no desenvolvimento humano e possibilita a comparação de diferentes contextos.

Quanto aos objetivos das produções científicas, predominaram estudos descritivos (n=91; 83,49%), isto é, aqueles que possuem delineamento correlacional ou de levantamento. Pôde-se verificar a existência de publicações que apresentaram dois ou mais estudos empíricos em um único artigo, sendo que duas (1,83%) são tanto descritivas quanto explicativas. Apenas 14,68% (n=16) dos textos indexados relatam pesquisa experimental exclusivamente. Os estudos descritivos procuram estabelecer relacionamento entre variáveis ou buscam a descrição de fenômenos ou populações. Geralmente antecedem estudos explicativos que vão além de estudos descritivos buscando investigar relações causais. Os primeiros têm alta validade externa, ou seja, seus resultados são mais generalizáveis, enquanto as pesquisas explicativas possuem maior validade interna, já que têm maior rigor metodológico no controle das variáveis para propiciar explicações causais para a relação entre DM e outros fenômenos.

Ainda no que diz respeito aos aspectos metodológicos das pesquisas analisadas, as amostras são compostas predominantemente por adolescentes (n=33; 30,28%) e adultos (n=33; 30,28%). Isso fica mais evidente ainda ao considerar as amostras compostas por indivíduos de diferentes fases do curso de vida. Nesse caso, 69 (63,31%) pesquisas contaram com participantes que estavam na adolescência e 66 (60,56%) com pessoas que estavam na adultez.

Do ponto de vista qualitativo, é preciso assinalar que apenas 8,26% (n=9) das investigações tiveram idosos em suas amostras. Entretanto, não foi possível dimensionar o número exato de investigações sobre DM com amostras idosas, pois esta informação não está disponível em diversos estudos que apresentam somente a média das idades dos participantes e apenas um desvio padrão.

Pôde-se observar que o número de estudos sobre DM na infância é reduzido (n=9; 8,26%). Dentre outros fatores, o fato de o DM ser um processo gradual de desativação da autocensura (Bandura, 2002) faz com que a infância possa ser considerada um período com menor incidência do fenômeno. Estudos com participantes entre oito e 18 anos indicam que as relações entre DM e comportamentos agressivos são maiores na adolescência do que na infância (Gini, Pozzoli & Hymel, 2014). Alguns estudos com crianças não incluem, por exemplo, os mecanismos de Desumanização das vítimas (Visconti et al., 2015) e Linguagem Eufemística (Pelton, Gound, Forehand & Brody, 2004) por considerarem que ele envolve capacidades cognitivas não desenvolvidas em crianças mais novas. Além disso, há outras dificuldades que podem contribuir para o número reduzido de estudos na infância, como a carência de técnicas para acessar DM em crianças menores de oito anos de idade (Gini,

Pozzoli & Hymel, 2014). Todos os estudos contaram com amostras humanas (dados coletados em participantes) com exceção de uma pesquisa (0,92%) com material digital (análise de conteúdo de sites ideológicos).

Tabela 2 – Comportamentos imorais associados ao desengajamento moral e contextos das pesquisas.

Comportamentos imorais	N	%
Agressão	38	34,86
Fraudes e Outras Condutas Antiéticas	12	11,01
Agressão e Desrespeito a Convenções Sociais	11	10,09
Uso de Drogas	9	8,26
Desrespeito a Convenções Sociais	8	7,34
Crime ou Contravenção Penal	7	6,42
Violência Coletiva	7	6,42
Agressão e Fraudes e outras condutas antiéticas	3	2,75
Uso de drogas e Crime e Contravenção Penal	3	2,75
Vários Comportamentos Imorais	3	2,75
Fraudes e outras condutas antiéticas e Desrespeito a Convenções Sociais	2	1,83
Uso de drogas e Desrespeito a Convenções Sociais	2	1,83
Agressão (individual) e Violência Coletiva	1	0,92
Agressão e Uso de drogas	1	0,92
Agressão; Fraudes e outras condutas antiéticas; e Desrespeito a Convenções Sociais	1	0,92
Uso de Drogas; Fraudes e outras condutas antiéticas; e Desrespeito a Convenções	1	0,92
Contextos	N	%
Escolar	28	25,69
Trabalho	20	18,35
Comunitário	19	17,43
Esporte	14	12,84
Judicial	6	5,50
Conflitos Armados	4	3,67
Meios de Comunicação de Massa	4	3,67
Consumo	3	2,75
Meios Digitais	2	1,83
Psiquiátrico	2	1,83
Familiar	1	0,92
Judicial e Psiquiátrico	2	1,83
Judicial e Familiar	1	0,92
Escolar e Familiar	1	0,92
Escolar e Trabalho	1	0,92
Comunitário e Familiar	1	0,92

Os comportamentos imorais associados ao DM (Tabela 2) foram agrupados em seis grandes categorias após a análise de conteúdo temática: Agressão (n=38; 34,86%); Fraudes e Outras Condutas Antiéticas (n=12; 11,01%); Uso de Drogas (n=9; 8,26%);

Desrespeito a Convenções Sociais (n=8; 7,34%); Crime ou Contravenção Penal (n=7; 6,42%); e Violência Coletiva (n=7; 6,42%). É preciso esclarecer que, na presente investigação, comportamentos imorais compreende qualquer conduta que viole padrões morais pessoais e/ou socialmente estabelecidos.

A Agressão foi o comportamento mais investigado isoladamente ou em conjunto com outras condutas socialmente condenáveis (50,46%), como Agressão e Uso de Drogas (n=1; 0,92%). Trata-se de um comportamento intencional que tem como propósito causar um dano físico e/ou psicológico para outrem.

A relação entre agressão e DM tem sido frequentemente estudada e associações significativas e positivas entre eles têm sido constatadas (Bandura et al. 1996; Bussey, Quinn & Dobson, 2015). Estudos longitudinais têm evidenciado que o DM é um dos preditores da agressão ao longo do desenvolvimento (Barchia & Bussey, 2011; Caprara et al., 2014; Paciello, Fida, Tramontano, Lupinetti & Caprara, 2008; Visconti et al., 2015). A meta-análise de Gini, Pozzoli & Hymel (2014) identificou um relacionamento positivo significante entre DM e agressão em amostras de crianças e adolescentes.

Não foram incluídos na categoria Agressão comportamentos praticados em conjunto. Eles deram origem à categoria Violência Coletiva. Com base na definição da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2002), a violência coletiva é um fenômeno que descreve a violência cometida por grupos de pessoas ou pelos estados e pode ser subdividida em violência social, política e econômica. A violência social diz respeito aos crimes de ódio cometidos por grupos organizados, atos terroristas e violência de multidões. A violência política inclui guerras e conflitos de violência, violência do estado e atos semelhantes realizados por grupos maiores. A subdivisão violência econômica inclui ataques de grupos que tem como finalidade algum ganho financeiro, tais como ataques com o objetivo de interromper determinada atividade econômica, por exemplo. Dessa forma, estudos como o estudo de Niebieszczanski, Harkins, Judson, Smith e Dixon (2015) e Alleyne, Fernandes e Pritchard (2014) comparando níveis de DM em membros de gangues e não membros foram incluídos nesta categoria. Os resultados indicaram que infratores membros de gangues apresentaram maior propensão ao DM do que não membros. O estudo de Sharvit et al. (2015) investigou a culpa coletiva desativada por processos psicológicos como o DM. Métodos interrogatórios duros, como dor física, humilhações, privação de alimentos e exposição a ruídos intensos, aplicados por soldados americanos a suspeitos de terrorismo detidos na prisão de Guantánamo foram avaliados. O estudo também envolveu participantes israelenses no contexto de conflitos entre Israel e Palestina e considerou o comportamento de soldados

israelenses de maltratar palestinos detidos que não representavam ameaça. Outro foco do estudo envolveu o contexto cultural da Itália e a violação dos direitos humanos por parte de italianos no tratamento de imigrantes.

É importante ressaltar que, apesar de o *bullying* ser um fenômeno interpessoal e envolver diferentes fatores, como relações de poder, o papel dos observadores e a participação de pares, na presente investigação, comportamentos de *bullying* não foram categorizados como Violência Coletiva. Por serem geralmente abordados em nível individual, optou-se por incluí-los na categoria “agressão” anteriormente citada. No estudo de Gini, Pozzoli e Bussey (2014), por exemplo, apesar de os autores investigarem o DM em uma classe escolar como um todo, usando uma medida de DM apropriada para resultados em nível coletivo, o *bullying* foi investigado em nível individual (ex.: “Eu provoço alguns colegas de classe colocando neles apelidos desagradáveis, ameaçando ou ofendendo eles”). Salienta-se que 22 (57,89%) das 38 pesquisas sobre agressão e DM investigaram *bullying*.

Os comportamentos relativos a Fraudes e Outras Condutas Antiéticas foram investigados principalmente em estudos desenvolvidos no contexto organizacional. São comportamentos imorais que têm como objetivo a obtenção de lucro financeiro ou ganho material de forma injusta, desonesta ou prejudicial para o outro, para as organizações ou para o ambiente. O estudo de Beaudoin, Cianci e Tsakumis (2014) representa esta categoria e investigou o papel do DM no desenvolvimento de relatórios financeiros empresariais declarados por gestores, uma vez que estes podem agir de forma antiética quando seus interesses pessoais entram em conflito com interesses empresariais. A propensão ao DM influenciou diretamente o comportamento antiético por parte dos gestores, levando-os a registrar maiores despesas para maximização do lucro pessoal em detrimento dos interesses das instituições.

Considerou-se na categoria Crime ou Contravenção Penal toda a ação ou omissão, típica, antijurídica e culpável, excetuando-se casos de uso/abuso de drogas ilícitas ou não e ações cometidas por gangues. Dentre os comportamentos investigados, encontram-se assédio sexual (Page et al., 2016), delinquência (Bao, Zhang, Lai, Sun & Wang, 2015), delitos envolvendo armas, crimes contra a propriedade (Cardwell et al., 2015) e tentativas de assassinatos, abuso sexual, furtos (Walters & DeLisi, 2015).

A criminalidade é um tema que tem gerado um corpo de pesquisas com base na Teoria Social Cognitiva, mais precisamente baseado no conceito de DM, uma vez que os estudiosos do comportamento criminal têm buscado entender a influência dos padrões morais no ato criminal (Cardwell et al., 2015). Reitera-se que, para Bandura (1999), o DM gradual

pode aumentar o nível de crueldade até que atos terríveis possam ser cometidos com pouca angústia pessoal, tornando-se irrefletidamente rotineiros. Ainda segundo o autor, a propensão ao DM prevê tanto crimes como infrações penais independentemente de fatores como idade, sexo, raça, religião e classe social.

Cardwell et al. (2015) investigaram a variação do DM e a frequência de atos criminais anualmente ao longo de sete anos em uma amostra de infratores graves da adolescência até a idade adulta que foram agrupados de acordo com três trajetórias: baixo, moderado e alto DM. Houve uma tendência à diminuição do DM ao longo do tempo para todos os grupos. Quanto à frequência dos atos criminosos, as trajetórias de moderado e alto DM apresentaram um nível de reincidência criminal positivo e significativamente maior comparado à trajetória de baixo DM. A diferença entre a trajetória de alto DM foi estatisticamente significativa na frequência criminal, comparada à trajetória de moderado DM.

Shulman, Cauffman, Piquero e Fagan (2011) também examinaram a relação entre DM e delinquência em menores infratores durante três anos. Com base nos relatórios oficiais, o estudo confirmou a tendência ao declínio do DM e sua associação com a diminuição dos registros de criminalidade dos participantes. Os autores afirmaram, segundo análises estatísticas, que a influência do DM sobre os comportamentos criminais é 70% mais forte do que a influência dos comportamentos criminais sobre o DM e que maiores níveis de DM estavam associados a maiores níveis de delinquência.

A categoria Uso de Drogas diz respeito ao consumo abusivo ou não de substâncias ilícitas ou lícitas, como tabaco, álcool, maconha e outros entorpecentes. Apesar de se tratar de infrações penais em vários países – Não em todos! –, o comportamento de uso indevido de drogas foi agrupado em uma categoria a parte de crimes e contravenções penais devido à particularidade de ser um comportamento autoinfligido que causa prejuízos a si mesmo e não diretamente a outros. Essa característica faz com que os mecanismos de Atribuição de Culpa e Desumanização das vítimas não sejam relevantes para a compreensão desses comportamentos, pois se tratam de atitudes que trazem prejuízos ao próprio usuário e não incluem vítimas diretas que possam ser culpadas ou desumanizadas (Kavussanu, Hatzigeorgiadis, Elbe & Ring, 2016; Quinn & Bussey, 2015a). Apesar de saber que possíveis consequências secundárias do uso indevido de drogas, como a agressividade, podem afetar outros indivíduos, esta dimensão não é o foco dos comportamentos imorais dos estudos sobre uso/abuso de drogas. Observou-se que estudos investigaram DM em comportamentos como *doping* (Hodge, Hargreaves, Gerrard & Lonsdale, 2013; Boardley, Grix & Dewar, 2014), consumo de álcool e consumo episódico pesado em adolescentes (Newton, Barret, Swaffield

& Teesson, 2014; Quinn & Bussey, 2015a, 2015b), drogas ilícitas como haxixe, cocaína, êxtase (Passini, 2012) e maconha (Newton et al., 2012).

A última categoria corresponde ao ato de Desrespeito a Convenções Sociais, ou seja, quebrar normas sociais que ferem os padrões de conduta estabelecidos em uma sociedade. São valores incorporados que permitem o convívio em sociedade, abrangendo desde ações mais simples e que nem sempre são explícitas, como regras de higiene e vestuário, até normas complexas e explícitas, como respeitar a vaga de estacionamento para deficientes. Iglesias (2008) salienta que o DM não é um processo cognitivo usado apenas para justificar comportamentos imorais graves, mas também comportamentos rotineiramente comuns apresentados por qualquer pessoa, mas que ainda sim são inadequados, por exemplo, jogar lixo no chão, o que torna o campo de investigação do DM vasto, visto que pode ocorrer em diversos sistemas sociais. Dessa forma, foram incluídos nesta categoria comportamentos de naturezas diferentes, que, apesar dos “menores níveis de gravidade”, ainda são inadequados, como: fazer uma pausa no trabalho maior do que a estabelecida, chegar tarde ou sair cedo sem autorização, alegar falsa doença para faltar ao trabalho (Christian & Ellis, 2014); ferir o código de ética profissional, não aconselhando devidamente pacientes a cessarem o fumo ou sobre a importância da aderência ao tratamento asmático (Lee, Segal, Kimberlin, Smith & Weiler, 2014); quebra de normas éticas internas por parte de detetives policiais ao conceder certos privilégios aos suspeitos presos em troca de informações úteis nas investigações (Loyens, 2014); descartar produtos químicos no meio ambiente de forma incorreta (Shepherd, Patzelt & Baron, 2013); e colar num exame acadêmico ou plagiar atividades avaliativas em um curso (Kish-Gephart, Detert, Treviño, Baker & Martin, 2014). O comportamento de negar auxílio frente a uma solicitação explícita de ajuda que exige certo esforço ou perda pessoal para aquele que ajuda também foi um comportamento investigado, por exemplo, ajudar uma criança a encontrar os pais ao invés de ir a uma festa ou ajudar alguém com seus estudos ao invés de ir à praia (Paciello, Fida, Cerniglia, Tramontano & Cole 2013a; 2013b).

A produção científica também foi classificada segundo o contexto em que o DM é focado e diz respeito à perspectiva ou cenário envolvido diretamente no estudo, que não corresponde necessariamente ao ambiente em que os dados foram coletados. Para tomar como exemplo, Barsky (2011) investigou o DM em uma amostra de universitários quanto ao comportamento de obter lucro financeiro por meios antiéticos ilegais. Entretanto, não se trata de DM como processo subjacente aos comportamentos antiéticos no contexto Escolar, mas

antes no contexto Trabalho, uma vez que os estudantes foram solicitados a assumirem o papel de um gerente de negócios frente às decisões éticas a serem tomadas por sua corporação.

Foram identificados 11 contextos em que o DM ocorre (Tabela 2). Salienta-se, também, que algumas pesquisas investigaram dois contextos (por exemplo, Judicial e Psiquiátrico). É preciso esclarecer, ademais, que os estudos que foram classificados como contexto Comunitário (17,43%; n=19) são aqueles que não selecionaram nenhum ambiente específico, bem como aqueles que abordaram ambientes generalizados de convívio social. Nesta categoria foram classificados estudos como o de Quinn e Bussey (2015a), que investigaram o DM a partir de justificações para o comportamento de uso de álcool por menores de idade em diferentes contextos como festas, ambientes familiares, confraternizações com amigos, momentos de relaxamento, dentre outros.

A maior parte dos estudos aborda comportamentos prejudiciais associados ao DM no contexto Escolar (25,69%; n=28), destacando-se a agressão entre pares e o fenômeno *bullying*. Esta prevalência era esperada, pois, como mencionado, parte expressiva dos comportamentos imorais estudados diz respeito à agressão e, dentre estes, destacam-se o *bullying* e a agressão entre pares; fenômenos essencialmente escolares.

O contexto do Trabalho (18,35%; n=20) também se destacou, abrangendo investigações sobre comportamentos antissociais e antiéticos que prejudicam colegas de trabalho e organizações. Bandura impulsionou as investigações sobre DM envolvendo o ambiente organizacional (Bandura et al., 2000; White et al., 2009), pesquisando escândalos relacionados a fraudes corporativas, práticas organizacionais que degradam o meio ambiente e produção de produtos prejudiciais à saúde ou cujos processos de produção são nocivos à saúde. Desde então, vários pesquisadores têm buscado compreender o envolvimento de padrões, executivos, gerentes e outros trabalhadores em comportamentos antiéticos que geram altos custos para as organizações.

Os estudos no contexto Esporte (12,84%; n=14) analisam o DM em comportamentos de *doping* (Kavussanu et al., 2016) e comportamentos antissociais no esporte, como agressão física, intimidações, xingamentos, trapaças, quebra de regras, tentativas de ferir ou insultar o oponentes. Os estudos reportam o DM em atletas e paratletas (Kavussanu, Ring & Kavanagh, 2015) de várias modalidades esportivas, como futebol, futebol americano, voleibol (Shields, Funk & Bredemeier, 2015), hóquei no gelo (Tractlet, Moret, Ohl & Clémence, 2015), rugby, taekwondo, boxe, esporte de luta livre, judô (Tsai, Wang & Lo, 2014), basquete, hóquei de campo (Hodge et al., 2013) e fisiculturismo (Boardley et al., 2014).

Os estudos realizados no contexto Judicial (5,50%; n=6) incluem, até mesmo, o sistema prisional (Niebieszcanski et al., 2015) e têm como foco crimes e contravenções penais ou violência coletiva (gângues etc.). O contexto de Conflitos Armados (3,67%; n=4) abarca situações de confrontos armados entre dois ou mais estados ou entre um ou mais grupos armados no mesmo território, como no caso da pesquisa de Graaff, Schut, Verweij, Vermetten e Giebels (2016) que investigou situações vividas por militares em operações de combate no Afeganistão, evidenciando a utilização do mecanismo de Justificação Moral frente a situações desafiadoras que confrontam seus valores morais.

Os Meios de Comunicação de Massa (3,67%; n=4) também representam um contexto de estudo, sendo analisado, por exemplo, o julgamento de espectadores frente aos comportamentos antissociais de personagens (Krakowiak & Tsay-Vogel, 2013, 2015). No estudo de Sanders e Tsay-Vogel (2016), as atitudes dos personagens do filme *Harry Potter* foram avaliadas pelos participantes por meio de uma escala de DM adaptada ("[O personagem] não pode ser culpado por se comportar mal eticamente se [outro personagem] o forçou a isto").

Outra pesquisa envolvendo os meios de comunicação de massa foi a de Connelly et al. (2016) sobre o DM perpetuado em *websites* de grupos ideológicos extremistas ou não, cujos membros podem justificar atitudes violentas fundamentadas no ódio a outros grupos. O conteúdo dos sites foi analisado e comparado a sites de grupos não ideológicos ou grupos dentro das ideologias normativas da sociedade. Dentre os resultados encontrados, observou-se que os níveis de DM foram maiores em sites de grupos ideológicos violentos.

O DM também foi investigado no contexto do Consumo (2,75%; n=3) relacionado a outras formas de fraudes e condutas antiéticas, como comportamentos de consumidores que usam, obtêm e dispõem de bens e serviços de forma desonesta, visando o lucro financeiro ou ganho material. São comportamentos de consumidores que se beneficiam de ações ilegais, como gravar uma programação em canal fechado ao invés de comprar o material ou fazer downloads proibidos de mídias (Egan, Hughe & Palmer 2014). Um estudo (Chowdhury & Fernando, 2014) realizado na Austrália investigou o papel do DM no comportamento ético dos consumidores em diferentes níveis de ações: quando há participação ativa dos consumidores em ações claramente ilegais, como alterar etiquetas de preços de mercadorias, consumir mercadorias dentro de uma loja e sair sem pagar; quando há participação passiva ilegal, em que os consumidores se beneficiam de erros dos vendedores ou de serviços e nada fazem para que sejam corrigidos; quando há participação ativa em situações legais, porém questionáveis como devolver mercadoria a uma loja alegando que se tratava de um presente

quando, de fato, não era; e participação em ações que não prejudicam diretamente outros, mas são consideradas antiéticas como gravar um cd ao invés de comprá-lo, ou devolver a mercadoria depois de comprar e não gostar. Os resultados revelaram que o DM é um mediador na relação negativa entre empatia e identidade moral e o comportamento antiético, assim como ele media a relação positiva entre cinismo e o comportamento antiético dos consumidores.

No contexto Psiquiátrico (1,83%; n=2) os estudos buscam verificar o papel moderador ou mediador do DM na relação entre psicopatia e comportamentos agressivos, criminais e violentos. Gini et al. (2015) observaram a relação entre DM e comportamento agressivo e indicaram haver variação nesta relação de acordo com diferentes traços de psicopatia. No estudo de DeLisi et al. (2014), o DM mediou a relação entre comportamentos criminais e baixos níveis de psicopatia, mas não foi um mediador para altos níveis de psicopatia. Os resultados levaram os autores a concluir hipoteticamente que devido aos déficits emocionais, pessoas com altos níveis de psicopatia não são afetadas pelo DM, uma vez que o raciocínio envolvido no DM está relacionado à capacidade de sentir determinadas emoções como culpa, medo e empatia. Contudo, tal capacidade encontra-se prejudicada nos quadros de psicopatia.

Os estudos do contexto Familiar foram mais investigados em conjunto com outros contextos (2,75%; n=3) do que isoladamente (0,92%; n=1). Abordam temas como: apego seguro, DM e delinquência (Bao et al., 2015); desengajamento cívico/moral e associações com o apego seguro e a permanência dos filhos na casa dos pais mesmo após atingirem a vida adulta (Codato, Shaver, Testoni & Ronconi, 2011); a influência do DM dos pais no comportamento externalizante de filhos pequenos (Camodeca & Taraschi, 2015); e comportamentos de *bullying* e *cyberbullying* entre irmãos, cujos resultados indicaram associações com o DM e frequências maiores de *bullying* entre irmãos do que entre pares (Tanrikulu & Campbell, 2015).

O último contexto descrito na presente investigação é o contexto dos Meios Digitais (1,83%; n=2). Dois estudos contribuíram para a exploração dos mecanismos de DM em jogos eletrônicos como o videogame. Os resultados do estudo de Gabbiadini, Riva, Andrighetto, Volpato e Bushman (2014) indicaram que jogos que valorizam comportamentos de violência, como agressões, assassinatos e roubos, podem influenciar na diminuição do autocontrole e aumentar comportamentos imorais como agressividade e fraudes, principalmente em indivíduos com altos níveis de DM. Nesta mesma direção, o estudo de Gabbiadini, Andrighetto e Volpato (2012) considerou os efeitos da exposição a videogames

violentos no DM e os autores observaram que esse tipo de jogo estava relacionado ao aumento dos níveis de DM. Ambos os estudos consideraram versões do vídeo game GTA (*Grand Theft Auto*) em suas investigações.

A capacidade de mensurar um fenômeno psicológico facilita sua investigação, pois, para tanto, é preciso que ele seja operacionalizável. Por sua vez, uma maior disponibilidade de instrumentos para sua avaliação contribui para o aumento da produção científica. Segundo Bandura (2002), avanços na mensuração do DM mantêm a promessa de avançar na compreensão de como o aspecto do desengajamento da moralidade se desenvolve e influencia os cursos de vida.

Dessa forma, diferentes medidas desse construto têm sido desenvolvidas para diferentes públicos e contextos de pesquisa. Outras medidas têm sido traduzidas e adaptadas para vários idiomas, e outras, ainda, foram modificadas visando tornarem-se medidas parcimoniosas, uma vez que a *Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement* (Bandura et al., 1996), uma das primeiras e mais importantes medidas desenvolvidas de DM, é relativamente extensa, contendo 32 itens. Apesar de ser destinada a crianças e adolescentes, esta escala também foi utilizada em estudos com adultos, como no estudo de Alleyne et al. (2014) que envolveu indivíduos entre 12 e 25 anos e no estudo de Fossati, Pincus, Borroni, Munteanu e Maffei (2014) com participantes adultos e idosos entre 18 e 65 anos.

Na produção científica analisada, alguns estudos desenvolveram medidas de DM para comportamentos específicos e buscaram evidências de validade e fidedignidade para elas. Dentre os estudos, encontram-se validações para medidas de DM em comportamentos de doping (Kavussanu et al., 2016), assédio sexual (Page et al., 2016), uso de álcool por menores (Quinn & Bussey, 2015a; 2015b), violações de regras e princípios éticos (Shu, Gino & Bazerman, 2011), comportamentos antiéticos de farmacêuticos para com pacientes que contribuem para agravar seu estado de saúde (Lee et al., 2014) comportamentos antiéticos no contexto organizacional (Fida et al., 2015; Moore et al., 2012; Barsky, 2011) e DM coletivo em sala de aula (Gini, Pozzoli & Bussey, 2014).

As medidas de DM mais utilizadas na produção científica analisada foram: a escala de DM de Bandura et al., (1996) utilizada em 15,59% (n=17) dos estudos, dentre os quais 6,42% (n=7) correspondem a versões traduzidas para outros idiomas como espanhol, chinês e castelhano; a medida de Detert, Treviño e Sweitzer (2008) (11,01%; n=12) que se apresenta como uma versão para adultos adaptada ao contexto organizacional e a *Moral Disengagement in Sport Scale - Short* (8,26%; n=9) de Boardley e Kavussanu (2008).

Alguns estudos (5,50%; n=6) utilizaram versões parcimoniosas da *Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement* (Bandura, et al., 1996) contendo 12, 13, 17 e 20 itens. Ressalta-se que, aproximadamente 19,27% (n=21) dos estudos não utilizaram uma medida de DM específica para o construto, sendo este mensurado de formas alternativas, como por meio de sistemas de codificação de dados qualitativos (Malley-Morrison et al., 2015; Van Cleemput, Vandebosch & Pabian, 2014) para perguntas abertas do tipo: “Você sente peso na consciência depois de praticar *bullying*?” (Wachs, 2012).

Outros estudos utilizaram instrumentos híbridos (6,42%; n=7) para mensurar DM, isto é, contêm uma combinação de itens de diferentes medidas, bem como itens de outros construtos teóricos, usados como técnicas de neutralização (ver Ribeaud & Eisner, 2015). Também se classificaram nesta categoria, aquelas medidas compostas por poucos itens adaptados ou não, retirados de escalas originais de DM, mas que não se configuraram como versões reduzidas destas. Como exemplo, menciona-se Welsh, Ordóñez, Snyder e Christian (2015) que investigaram o papel mediador do DM em situações experimentais em que os participantes poderiam trapacear para obter maior lucro financeiro. Em um destes estudos os autores usaram quatro itens da escala de Moore et al. (2012) adaptados para a tarefa dos pontos de Gino, Norton e Ariely (2010), que avalia a tendência dos participantes a selecionar a opção de resposta mais lucrativa, apesar de, evidentemente, não ser a opção correta. Um dos itens de DM foi: “Considerando as formas pelas quais as pessoas gravemente deturpam-se, não é grande coisa selecionar o lado errado ocasionalmente”. Portanto, o item foi adaptado fazendo alusão à tarefa de selecionar inadequadamente o lado do triângulo que traria mais lucro para o participante.

Além das medidas mencionadas nos parágrafos anteriores, foram identificados mais 21 instrumentos, que apresentaram ocorrência reduzida (>5) e foram usados nas demais pesquisas (33,96%; n=37). Um apêndice com a descrição das medidas será apresentado para um breve detalhamento de alguns dos instrumentos usados na produção científica analisada (Apêndice A).

Considerações Finais

Em síntese, a análise da produção científica sobre DM evidenciou que este fenômeno tem sido relacionado a um número bastante grande de comportamentos transgressivos que variam em termos de gravidade. Revelou, também, que ele se manifesta em diversos contextos e em diferentes fases do curso de vida. Nesse sentido, enfatiza-se a

necessidade de serem realizadas mais pesquisas sobre sua manifestação na infância e na velhice.

Como predominaram estudos correlacionais, evidenciou-se a necessidade de pesquisas que proponham explicações causais sobre o DM, isto é, com delineamento experimental ou quase experimental. Elas são fundamentais para a proposição de estratégias de prevenção desse problema, como as adotadas por Bussey et al. (2015), Chugh, Kern, Zhu e Lee (2014), Gaspar, Seabright, Reynolds e Yam (2015) e McAlister (2001).

Observou-se, ademais, a escassez de estudos sobre DM no Brasil, bem como a carência de medidas com evidências de validade e fidedignidade para esse contexto, que, dentre outros fatores, explica a baixa produção científica brasileira. Logo, pesquisas sobre esse tema no contexto brasileiro são bem vindas, uma vez que, de acordo com a UNODC (2013), trata-se de uma nação que ocupa posições consideráveis entre os países mais violentos do mundo. Esta análise de produção científica revelou que violência e agressão são problemas que se associam positivamente com DM.

Alerta-se, porém, que os resultados desta investigação devem ser considerados com cautela devido às suas limitações. Uma delas diz respeito ao fato de apenas duas bases de dados terem sido usadas para recuperar a produção científica. Contudo, isso não parece ser um problema maior, pois trata-se de um fenômeno essencialmente psicossocial e a principal base da área – PsycINFO – foi consultada.

Não obstante esta e outras limitações, este texto representa uma contribuição significativa para a literatura brasileira sobre DM, pois, por aqui, quase tudo ainda está por se pesquisar. Por fim, reitera-se a importância desse construto para as pesquisas sobre desenvolvimento moral, considerando que os resultados de seus mecanismos são danosos e ameaçam o bem-estar humano, já que o DM acarreta uma tolerância progressiva em relação a comportamentos que causam sofrimento aos outros.

3 MULTIFACETED SCALE OF MECHANISMS OF MORAL DISENGAGEMENT: EVIDÊNCIAS DE VALIDADE E ESTIMATIVAS DE FIDEDIGNIDADE PARA O CONTEXTO BRASILEIRO

Introdução

A *Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement* – MSMMD (Bandura, Barbaranelli, Caprara & Pastorelli, 1996) e suas versões constituem os instrumentos mais utilizados para avaliar o desengajamento moral (DM) (Capítulo 2), isto é, a desativação de autossanções que mantêm os comportamentos alinhados com os padrões morais dos indivíduos. Trata-se de um processo psicossocial estratégico que pode ser utilizado por qualquer indivíduo, não se associando apenas a atos gravemente condenáveis, mas a qualquer atitude usual que pode ser considerada incorreta segundo padrões pessoais e sociais (Bandura, 2004). Por ser um eficaz desativador das autossanções como culpa e autocondenação pela violação dos padrões morais, indivíduos virtuosos podem apresentar, confortavelmente, comportamentos prejudiciais a si mesmos e aos outros.

Bandura (2002, 2007) propõe uma classificação de oito mecanismos de DM agrupados em quatro diferentes conjuntos esquemáticos que operam para desativar a censura moral em relação à conduta repreensível. São eles: reinterpretação do comportamento prejudicial de forma a retirar-lhe o aspecto imoral (Lócus do Comportamento); obscurecimento ou minimização da responsabilidade pessoal frente ao comportamento prejudicial (Lócus da Agência); desconsideração de seus efeitos (Lócus do Resultado); e responsabilização das vítimas pelos danos causados a elas (Lócus do Destinatário).

A MSMMD (Bandura et al, 1996) possui quatro itens para cada um desses oito mecanismos de DM. É um instrumento que permite medir a propensão de os sujeitos recorrerem a esses mecanismos para justificar diferentes formas de condutas transgressoras e, também, possibilita verificar qual ou quais estão sendo utilizados para o DM das condutas antissociais.

A forma final da MSMMD foi preenchida por participantes entre 10 e 15 anos e publicada como apêndice do estudo de 1996 (Bandura et al., 1996), totalizando 32 itens que foram divididos em conjuntos de quatro itens representando cada mecanismo de DM. Trata-se de um instrumento do tipo Likert que deve ser respondido em um continuum de concordância ou discordância de três pontos. Solicita-se aos respondentes que expressem o quanto concordam com desonerações morais de condutas envolvendo agressão física, conduta

destrutiva, abuso verbal, fraudes, furtos, dentre outras. A pontuação da escala varia entre 32 e 96, sendo que maiores pontuações denotam mais DM. Há que se ressaltar, contudo, que também há versões da medida com cinco (p.ex., Wang, Yang, Gao, Yang, Lei, & Wang, 2017) e sete pontos de resposta (p.ex., Hardy, Bean, & Olsen, 2015).

Quanto à fidedignidade, o alfa de Cronbach no estudo original da MSMMD (Bandura et al., 1996) foi de 0.82. No que diz respeito a outros estudos, a fidedignidade do instrumento estimada variou de 0.80 a 0.95 (Bandura, Caprara, Barbaranelli, Pastorelli, & Regalia, 2001; Caprara, Fida, Vecchione, Tramontano, & Barbaranelli, C., 2009; Fossati, Pincus, Borroni, Munteanu, & Maffei, 2014; Obermann, 2011; Pelton, Gound, Forehand & Brody, 2004; Walters, 2017; Wang, Ryoo, Swearer, Turner, & Goldberg, 2017, Wang & Yang, 2010).

No primeiro estudo da MSMMD (Bandura et al., 1996), uma análise de componentes principais com rotação Varimax identificou que ela seria unidimensional, sendo que o componente extraído explica 16,2% da variância. Apesar de ser “multifacetada”, outros estudos também não têm encontrado oito fatores correspondentes aos oito diferentes mecanismos de DM, identificando que se trata de uma medida unidimensional. Pelton et al. (2004) examinaram a validade e a fidedignidade da MSMMD em participantes afro-americanos numa tentativa de extensão da investigação inicial de Bandura et al., (1996). Os autores corroboraram, segundo análises fatoriais confirmatórias, tratar-se de uma medida unidimensional com índices satisfatórios de consistência interna ($\alpha=0,82$). Shulman, Cauffman, Piquero e Fagan (2011) utilizaram a MSMMD em um estudo longitudinal para examinar a relação entre DM e delinquência em menores infratores. As análises da estrutura interna confirmaram que se trata de uma medida unidimensional ($\alpha=0,88$). Obermann (2011) traduziu a MSMMD para o dinamarquês buscando investigar o DM em situações de *bullying*. A versão dinamarquesa também apresentou estrutura fatorial unidimensional ($\alpha=0,85$).

Todavia, a MSMMD também tem apresentado estrutura multidimensional. Rubio-Garay, Amor e Carrasco (2017) identificaram três fatores de segunda ordem para a versão espanhola da MSMMD – desengajamento por despersonalização, desengajamento por irresponsabilidade e desengajamento por racionalização. Análises fatoriais confirmatórias de uma versão chinesa da MSMMD utilizada em uma amostra de estudantes de graduação extraíram oito fatores correspondentes aos oito mecanismos de DM (Wang & Yang, 2010).

Outras medidas de DM também tem apresentado estrutura multidimensional como a *Moral Disengagement in Sport Scale* (Boardley & Kavussanu, 2007) destinada a avaliar DM no contexto do esporte. Seis fatores foram identificados – reconstrução da conduta

(Justificação Moral e Linguagem Eufemística) não responsabilidade (Difusão e Deslocamento da Responsabilidade), Comparação Vantajosa, Distorção das Consequências, Desumanização e Atribuição de Culpa. Ao analisar a estrutura interna de uma versão australiana modificada da MSMMD em adolescentes, Newton, Stapinski, Champion, Teesson e Bussey (2016) identificaram uma estrutura de quatro fatores correspondentes aos quatro conjuntos esquemáticos da teoria proposta por Bandura. O mesmo conjunto de fatores foi extraído por Osofsky, Bandura e Zimbardo (2005) de uma medida de DM adaptada a situações de execuções penais e utilizada em uma amostra de agentes penitenciários americanos.

Além de boa consistência interna e evidências de validade baseadas na estrutura interna, a MSMMD tem apresentado boas propriedades psicométricas quando são consideradas as relações com outras variáveis. Dentre outros resultados, Bandura et al. (1996) obtiveram, no primeiro estudo com a escala, correlações significativas positivas moderadas ou fracas entre vários escores de DM e comportamento agressivo e delinquente. Constataram, ainda, que o DM predisse o comportamento delinquente diretamente e indiretamente ao diminuir o sentimento de culpa antecipatória pela ação, bem como os comportamentos prossociais e aumentar a propensão à agressão.

As evidências de validade da MSMMD que são baseadas na relação com outras variáveis têm sido obtidas tanto ao considerar aspectos negativos como crimes ou contravenções penais (Niebieszczanski, Harkins, Judson, Smith, & Dixon, 2015; Jang, 2017), quanto ao se pesquisar aspectos positivos, como comportamentos prossociais (Bandura et al., 1996; Wang & Chen, 2016) e empatia (Haddock & Jimerson, 2017). No caso do último construto, uma variável que diminui a probabilidade de envolvimento em comportamentos antissociais e é caracterizada como a habilidade de considerar os pontos de vista de outras pessoas (tomada de perspectiva) e experimentar sentimentos como simpatia, compaixão e preocupação frente à infelicidade dos outros (preocupação empática) (Davis, 1983).

Associações entre empatia e DM têm, de modo geral, identificado correlações negativas significativas entre os construtos (Galán, Choe, Forbes, & Shaw, 2017; Moore, et al., 2012; Paciello, et al., 2013; Shields, Funk, & Bredemeier, 2015). Os resultados do estudo de Haddock & Jimerson (2017) com 702 estudantes indicaram correlações negativas fracas entre empatia afetiva ($r=-0.19$; $p<0,001$) e cognitiva ($r=-0.15$; $p<0,001$). No estudo de Bussey, Quinn e Dobson (2015) com 1152 adolescentes australianos, a empatia se apresenta como um recurso para o enfraquecimento da relação entre DM e comportamento agressivo. Os instrumentos utilizados para avaliar os construtos foram a MSMMD (Bandura et al., 1996) e o *Interpersonal Reactivity Index* (IRI) de Davis (1983). Quanto maior a consideração

empática com as vítimas e a tomada de suas perspectivas, menor a propensão para recorrer ao DM. A empatia é uma salvaguarda para comportamentos prejudiciais, pois, como afirmam as autoras, ela evoca autossanções de culpa e autocondenação pela violação dos padrões morais diante do envolvimento em comportamentos que ferem o bem-estar do outro.

Estudos têm revelado, ainda, que pessoas com menor propensão a utilizar o DM têm maior probabilidade de se comportar prossocialmente, como em situações envolvendo dilemas morais como oferecer ou omitir ajuda frente a um pedido explícito de assistência que gera algum custo para o ajudador (Paciello, Fida, Cerniglia, Tramontano, & Cole, 2013). Bandura et al. (1996) também observou correlações negativas significativas entre DM e comportamento prossocial em participantes do Ensino Fundamental ($r=-0.40$; $p<0,001$) e médio ($r=-0.28$; $p<0,001$).

A MSMMD (Bandura et al, 1996) tem sido traduzida para diferentes idiomas, como chinês (Wang & Yang, 2010), dinamarquês (Obermann, 2011), castelhano (Solís, 2014) e espanhol (Rubio-Garay, Amor & Carrasco, 2017). Todavia, não há, ao que parece, uma versão em língua portuguesa do Brasil. Uma vez que a baixa produção científica brasileira sobre esse construto (Capítulo 2) parece ser decorrente da ausência de medidas com evidências de validade e estimativas de fidedignidade para o país e observada a relevância do DM, esta investigação teve como objetivos principais traduzir e adaptar a MSMMD para a língua portuguesa do Brasil, obter evidências de validade para essa versão e estimar sua fidedignidade. Especificamente, os objetivos foram:

- avaliar a equivalência (semântica, conceitual, idiomática e cultural) entre a versão em inglês e a em língua portuguesa do Brasil;
- obter evidências de validade baseadas na estrutura interna para a escala brasileira;
- obter evidências de validade baseadas na relação com outras variáveis; e
- analisar a consistência interna dessa medida.

Após aprovação por um comitê de ética (CAAE: 57289616.8.0000.5147), o estudo teve início e foi dividido em duas etapas. O Método e os Resultados de cada uma delas são apresentados separadamente.

1ª Etapa – Tradução e Adaptação da *Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement* para a Língua Portuguesa do Brasil

Método

Participantes

Participaram desta etapa dois tradutores e dois retrotradutores proficientes em língua inglesa e língua portuguesa, dois dos quatro autores da MSMMD, quatro juízes doutores brasileiros com conhecimentos sobre Teoria Social Cognitiva e língua inglesa e estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental (N=30). Todos os participantes foram recrutados de modo não probabilístico. Para recrutar os juízes, foram consultados os currículos na Plataforma Lattes (<http://lattes.cnpq.br/>), sendo que três deles possuem formação inicial em Psicologia e um em Educação Física. Doutoraram-se em Educação (n=3) ou Psicologia Escolar (n=1) e realizaram estudos baseados na Teoria Social Cognitiva.

Os estudantes eram de uma única turma de uma instituição pública de ensino. O nível de escolarização utilizado para o recrutamento desses participantes foi estabelecido pressupondo-se que, se eles compreendessem e autopreenchessem os itens da MSMMD, a escala também seria passível de autoaplicação por indivíduos com escolaridade igual ou superior ao 5º ano do Ensino Fundamental. Todos os alunos que estavam presentes em sala de aula e apresentaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Anexo A) assinado pelos responsáveis participaram. Não houve exclusão de participantes.

Por se tratar de uma aplicação piloto cujo objetivo era exclusivamente verificar a compreensão e o autopreenchimento dos itens da MSMMD, não foram coletados dados sobre idade, gênero e outras variáveis demográficas. Todavia, cumpre mencionar que, na turma, havia meninos e meninas e a maioria tinha 11 anos de idade.

Instrumentos

Além de versões da MSMMD em língua portuguesa, foi utilizado um Formulário Eletrônico de Equivalência (Anexo B). Ele continha os itens em inglês e em português e demandava uma avaliação (equivalente, indeciso e não equivalente) das equivalências semântica, idiomática, cultural e conceitual entre os dois idiomas. Ademais, havia espaço para sugestão de outra tradução.

Procedimento

As diretrizes consideradas por Borsa, Damasio e Bandeira (2012) foram, de modo geral, adotadas como parâmetro para o processo de tradução e adaptação da MDMMS para a língua portuguesa do Brasil e são sintetizadas na Figura 1. É preciso esclarecer que as traduções e retrotraduções foram realizadas de modo independente por cada um dos colaboradores, bem como que os juízes receberam e devolveram por e-mail um TCLE (Anexo

C) e o Formulário Eletrônico de Equivalência. O contato com os dois autores da escala original também foi feito por e-mail.

Na aplicação piloto, realizou-se um grupo focal com todos os participantes. Após as instruções e assentimento com a participação, os alunos preencheram a escala. Além das orientações convencionais, solicitou-se que eles grifassem palavras e/ou expressões desconhecidas. Quando todos terminaram, foram indagados oralmente sobre a compreensão dos itens, das opções de respostas da escala e das instruções. Indagou-se, ademais, sobre a coerência entre o vocabulário utilizado pelo grupo e o da escala.

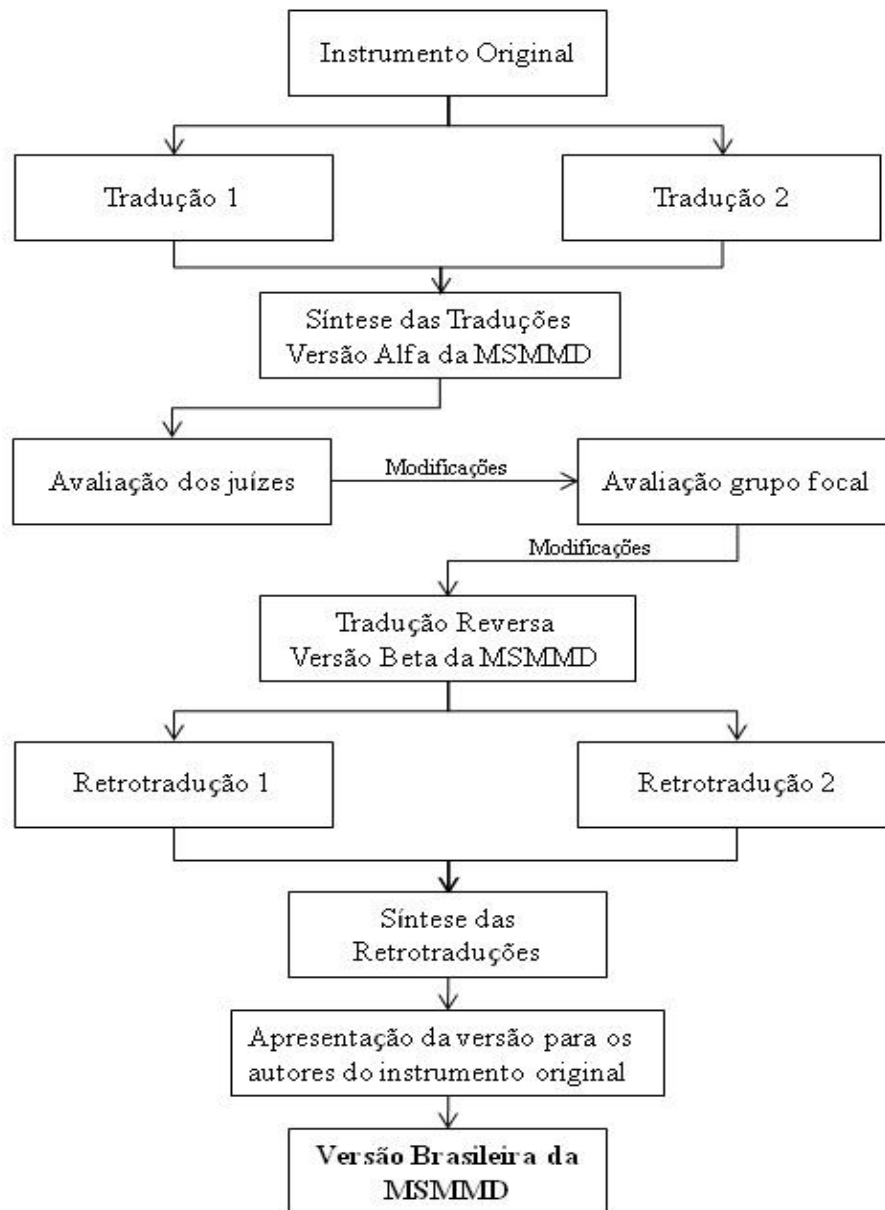


Figura 1. Diagrama de fluxo dos procedimentos adotados para adaptação da *Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement*. (Bandura et al, 1996).

A análise dos dados desta etapa foi predominantemente qualitativa, recorrendo basicamente a interpretações sobre as respostas dos juízes e dos participantes da aplicação piloto. Porém, também foi utilizada estatística descritiva (porcentagem etc.).

Resultados

Antes mesmo de apresentar os Resultados, é preciso esclarecer que algumas modificações foram necessárias para adequação da escala ao público alvo. Mais precisamente, os termos “children”, “kid” e “kids” que são utilizados na escala original não foram traduzidos literalmente, sendo substituídos por “pessoa” ou “pessoas” na versão adaptada, pois, a partir dos 12 anos, é comum, no Brasil, se referir aos indivíduos como jovens ou adolescentes.

Esclarece-se, ademais, que, para alguns itens, não foi feita somente uma tradução, sendo necessária uma adaptação para manter a equivalência semântica e cultural. Algumas expressões coloquiais próprias de cada idioma não são passíveis de tradução, sendo necessário substituí-las por expressões correspondentes do outro idioma. Menciona-se, por exemplo, que a MSMMD original apresenta eufemismos em inglês que não comportam uma tradução literal para a língua portuguesa do Brasil ou, quando é possível traduzi-los, a tradução pode não fazer parte do vocabulário da coorte etária alvo do instrumento neste momento histórico. Portanto, algumas substituições foram realizadas. O item 26, por exemplo, – It is not a bad thing to “get high” once in a while – é um desses itens que apresentam eufemismos, mais precisamente na expressão “get high”, que, ao ser adaptada para a língua portuguesa, foi substituída por “ficar doidão”/“ficar chapado”. Dessa forma, o item completo foi traduzido como: Não é uma coisa errada "ficar doidão" ou “ficar chapado” de vez em quando.

Com base na análise dos juízes, a versão alfa da MDMMS apresentou índices médios de equivalência semântica, idiomática, cultural e conceitual iguais a, respectivamente, 83,33% (DP=12,63), 85,41% (DP=12,63), 97,91% (DP=1,81) e 94,79% (DP=6,50).

Após as modificações com base na avaliação dos juízes, outros itens também sofreram adaptações que transcenderam a tradução literal do instrumento original em decorrência da dificuldade de compreensão que geraram nos participantes do grupo focal. Com efeito, o item 4 recebeu o acréscimo das palavras “que participa” após a avaliação do grupo focal que considerou o item confuso quanto à compreensão da situação descrita em sua estrutura e o item 15 também recebeu a adição de um segundo eufemismo “ou como um ‘animal’”, uma vez que despertou dúvidas nos respondentes quanto ao que seria se comportar como um verme. Estas e outras modificações decorrentes da avaliação do grupo focal e dos

juízes podem ser observadas em uma tabela (Apêndice B) que apresenta o resultado de todo o processo de tradução e adaptação, especificando os 32 itens do instrumento original, bem como a versão beta da MSMMD brasileira e a tradução reversa enviada para avaliação dos autores, que não apresentaram objeções, assegurando, portanto, a aptidão da versão final para utilização.

2ª Etapa – Aplicação inicial da versão brasileira da *Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement*.

Método

Participantes

Esta etapa contou com a colaboração de 500 estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio, regularmente matriculados em escolas públicas e privadas de duas cidades do interior de Minas Gerais. Em uma amostragem por conveniência – escolas (N=7) – e acidental – discentes (n=483; 96,60%) –, todos os estudantes que estavam presentes em sala de aula, que apresentaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelos responsáveis, se menores, ou por si foram incluídos na amostra. Foram excluídos dessa etapa indivíduos que apresentaram comprometimento cognitivo e/ou dificuldade de leitura evidentes (n=2). Dentre os participantes, 17 (3,40%) foram selecionados usando a técnica de amostragem *Snow Ball*.

Instrumentos

Foram utilizados a versão brasileira da MSMMD (Anexo D), obtida a partir da avaliação final de dois dos autores do instrumento original, e um Questionário Demográfico (Anexo E), aplicado para caracterizar a amostra, abordando as variáveis sexo, idade, nível educacional, defasagem escolar, religião, características étnico-raciais, econômicas e identificar atos infracionais e prossociais ao longo do tempo. Também se utilizou o instrumento de empatia *Interpersonal Reactivity Index* (IRI) de Davis (1983) adaptado e com evidências de validade para o contexto brasileiro (Sampaio, Guimarães, Camino, Formiga & Menezes, 2011) (Anexo F). O IRI é composto por 26 itens que avaliam a empatia segundo aspectos cognitivos e afetivos distribuídos em subescalas com as seguintes dimensões: Tomada de Perspectiva, Fantasia, Consideração Empática e Angústia Pessoal. Os respondentes devem indicar no instrumento do tipo Likert, que varia de 1 (não me descreve bem) a 5 (descreve-me muito bem), o quanto os itens representam a si próprios. Análises fatoriais confirmatórias indicaram um modelo de quatro fatores correspondentes às dimensões

do instrumento. As subescalas do IRI apresentaram níveis adequados de consistência interna ($\alpha=0,81$, $\alpha=0,71$, $\alpha=0,76$ e $\alpha=0,71$), assim como o instrumento como um todo ($\alpha=0,85$) (Sampaio et al., 2011).

Procedimento

Em um dos dois tipos de coleta de dados, a versão brasileira MSMMD, o Questionário Demográfico e o IRI (Sampaio et al., 2011) foram aplicados coletivamente em sala de aula com respostas individuais dos estudantes. Na amostragem por Snow Ball, o preenchimento foi feito em domicílio. Em ambos os casos, a coleta ocorreu após os cuidados éticos e teve duração aproximada de 50 minutos.

Análise de Dados

Para a segunda etapa, foram utilizadas estatística descritiva (média, desvio padrão etc.) e provas inferenciais (correlação, teste de aderência, análise de componentes principais e análises fatoriais confirmatórias, Alfa de Cronbach etc.), sendo a análise dos dados essencialmente quantitativa e realizada a partir do software estatístico SPSS 20. O nível de significância de 5% foi adotado devido às características da área de estudo, das medidas e da amostra.

Análise de componentes principais (ACP) e análise fatorial confirmatória (AFC) foram conduzidas para inspecionar a estrutura interna da versão brasileira da MSMMD. Usando a ferramenta de seleção aleatória do SPSS, 192 (38,40%) estudantes compuseram uma subamostra para ACP, sendo que para a AFC, a amostra total foi considerada. O teste Kayser-Meyer-Olkin (KMO) e o teste de esfericidade de Bartlett foram considerados para avaliar a adequação da amostra para as análises fatoriais. Os componentes foram retidos com base no Método de Análises Paralelas e inspeção do gráfico de sedimentação. Procedeu-se rotação com Promax, visto que os componentes são teoricamente correlacionados, sendo consideradas significativas cargas no componente superiores a 0,30.

A AFC foi efetuada com o IBM SPSS Amos 21.0. Programou-se o software para utilizar o método verossimilhança máxima. Com base em Marôco (2010), consideraram-se os seguintes índices de qualidade do ajustamento dos modelos: qui-quadrado (χ^2) e *p* valor; razão do qui-quadrado pelos graus de liberdade (χ^2/g l); *Goodness of Fit Index* (GFI); *Comparative Fit Index* (CFI); *Parsimony GFI* (PGFI); *Parsimony CFI* (PCFI); *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA); *Expected Cross-Validation Index* (ECVI).

Para analisar as estimativas de fidedignidade da versão brasileira da MSMMD utilizou-se o alfa de Cronbach, bem como análises da correlação item-total. Quanto às evidências de validade baseadas na relação com outras variáveis, foram empregados o

coeficiente de correlação de Pearson para correlacionar DM com empatia e o Teste *t* de amostras independentes para verificar diferenças significativas entre os escores médios.

Resultados

Evidências de Validade Baseadas na Estrutura Interna

Após constatar a adequação da matriz dos dados para fatoração [KMO=0,736; $\chi^2(496;192)=1247,905$; $p<0,001$], procedeu-se a ACP com rotação Promax e normalização de Kaiser que, inicialmente, extraiu 11 componentes com autovalores superiores a um. Todavia, quatro foram retidos tanto ao considerar o gráfico de sedimentação quanto e principalmente o método de Análises Paralelas. Em conjunto, eles explicam aproximadamente 33% da variância total e apresentaram autovalores entre 5.01 e 1.70 (Tabela 1).

Tabela 1 – Análise de Componentes Principais da Versão Brasileira da MSMMD.

Item	Componente			
	1	2	3	4
23. Alguém que é detestável não merece ser tratado como um ser humano.	0,750			
31. Algumas pessoas têm que ser tratadas de modo bruto porque elas não têm sentimentos que podem ser magoados.	0,744			
24. Pessoas que são maltratadas geralmente fazem por merecer isso.	0,524			
15. Não tem problema tratar mal alguém que se comportou como um "verme" ou como um "animal".	0,522	0,400		
7. Algumas pessoas merecem ser tratadas como animais	0,502		-0,311	
10. Bater em colegas de sala de aula que são detestáveis é apenas uma forma de "dar uma lição" neles.	0,486			
16. Se as pessoas não tomam cuidado onde deixam suas coisas, é culpa delas se forem roubadas.	0,387			
9. Tudo bem bater em pessoas que xingam pessoas da sua família	0,375			
6. Não tem problema contar pequenas mentiras porque elas não prejudicam tanto assim.		0,661		
25. Tudo bem mentir para que seus amigos não se metam em uma confusão.		0,604		
18. Pegar a bicicleta de alguém sem pedir é apenas uma forma de "pegar emprestado".		0,431		
17. Tudo bem brigar quando a honra de seu grupo é ameaçada.		0,393		

Item	Componente			
	1	2	3	4
8. Se estudantes brigam e se comportam mal na escola, a culpa é de seus professores.		0,375	-0,328	
26. Não é uma coisa errada "ficar doidão" ou "ficar chapado" de vez em quando.		0,375		
20. Se um grupo decide junto fazer alguma coisa errada, é injusto culpar alguma pessoa do grupo por isso.	-0,305	0,360		
1. Tudo bem brigar para proteger seus amigos.		0,358		
2. Dar tapas e empurrar alguém são apenas formas de brincar		0,277		
19. Não tem problema insultar um colega de sala de aula porque bater nele/nela seria pior.		0,237		
29. As pessoas não podem ser culpadas por mau comportamento se seus amigos as pressionaram para fazer isso.			0,612	
28. É injusto culpar uma pessoa que teve apenas uma pequena participação em um prejuízo causado pelo grupo.			0,524	
13. Se as pessoas não receberem boa educação, elas não podem ser culpadas por mau comportamento.			0,503	
5. Se pessoas estão vivendo em más condições, elas não podem ser culpadas por se comportarem agressivamente.			0,482	
4. Uma pessoa que participa de uma gangue não deve ser culpada pelos problemas que a gangue causa.			0,464	0,383
32. As pessoas não são culpadas por mau comportamento se são obrigadas por seus pais a fazerem isso.			0,409	-0,311
21. As pessoas não podem ser culpadas por falar palavrões quando todos os seus amigos falam.			0,400	
12. Uma pessoa que apenas sugere que regras sejam desobedecidas não pode ser culpada se outras pessoas fizerem isso.		0,301	0,336	
27. Se for comparado com coisas ilegais que as pessoas fazem, pegar alguma coisa em uma loja sem pagar por ela não é tão sério.				0,666
30. Insultos entre pessoas não magoam ninguém.				0,543
22. Provocar uma pessoa não a magoa de verdade.	0,310			0,498
11. Roubar pouco dinheiro não é tão errado comparado a pessoas que roubam muito dinheiro.				0,485
14. As pessoas não se importam se forem provocadas porque isso mostra interesse por elas.				0,394
3. Estragar uma propriedade de alguém não é tão importante quando você considera que pessoas batem umas nas outras.			0,334	0,348
% Variância explicada	15,67	6,83	5,53	5,30

Ainda que dois itens não tenham apresentado carga significativa no componente, ou seja, superior a 0.30 e que nove itens tenham carga fatorial superior a este limite em mais de um componente, é possível vislumbrar uma estrutura de funcionamento do DM: Componente 1 – Desumanização e Responsabilização das Vítimas; Componente 2 – Reconstrução Cognitiva do Comportamento Imoral; Componente 3 – Obscurecimento da Responsabilidade; Componente 4 – Negligência ou Minimização das Consequências Prejudiciais.

A Tabela 2 apresenta os resultados da AFC da MSMMD. Foram testados três modelos: Modelo 1- Unidimensional; Modelo 2 – Modelo Teórico, sendo que os 32 itens se organizam em oito mecanismos com quatro itens cada e estes dão origem a quatro conjuntos de mecanismos como propostos por Bandura (1978, 2007); e Modelo 3- Componentes, seguindo a estrutura interna identificada na ACP.

Com base no ECVI, observa-se que o Modelo 2 – Teórico é o melhor, ainda que apresente CFI e PCFI maus. Verifica-se, também, que, se considerados apenas os índices de ajuste, os outros dois modelos não são desprezíveis. Todavia, nas três situações, muitos itens apresentaram cargas fatoriais baixas e o Modelo 1 – Unidimensional requereu muitas reespecificações para atingir um ajustamento satisfatório.

Quanto aos pressupostos da AFC, apenas um item (Item 18) não apresentou distribuição normal, isto é, simetria e curtose inferiores a três e 10 respectivamente, sendo que não foi possível corrigi-lo para que atingisse distribuição normal e foi feita a opção por mantê-lo nas análises. Ademais, foi observada a existência de mais de uma dezena (n=16) de *outliers* multivariados [Distância Quadrada de Mahalanobis (DM2) com p_1 e $p_2 < 0,000$], mas excluí-los piorava o ajustamento dos modelos.

Estimativas de Fidedignidade

Ao analisar a consistência interna da MSMMD, obteve-se um alfa de Cronbach igual a 0.81, sendo que excluir itens não aumentaria este escore. As correlações item-total corrigidas variaram entre 0.48 (Item 10) e 0.13 (Item 20), sendo que apenas mais um item (Item 13) apresentou correlação inferior a 0.20 (0.14).

Para os componentes Desumanização e Responsabilização das Vítimas, Reconstrução Cognitiva do Comportamento Imoral; Obscurecimento da Responsabilidade; Negligência ou Minimização das Consequências Prejudiciais da ACP, os alfas de Cronbach foram 0.71, 0.64, 0.59 e 0.55 respectivamente. Considerando o primeiro componente, as correlações item-total variaram entre 0.26 (item 16) e 0.51 (item 15); no caso do segundo,

Tabela 2 – Índices de Adequação para os Modelos Testados na AFC da versão brasileira da MSMMD.

Índices	Valores de Referência	Modelo 1 Unidimensional	Modelo 2 Teórico	Modelo 3 Componentes
χ^2 e p	Quanto menor melhor $p < 0.05$	$\chi^2=698,744$; $gl=438$ $p<0,001$	$\chi^2=683,377$; $gl=449$; $p<0,001$	$\chi^2=785,002$; $gl=451$; $p<0,001$
χ^2 / gl	> 5 - Ajustamento mal			
]2; 5] - Ajustamento sofrível	1,595	1,522	1,741
]1; 2] - Ajustamento bom			
	~ 1 - Ajustamento muito bom			
CFI	< 0.8 - Ajustamento mau	0,875	0,558	0,840
	[0.8; 0.9[- Ajustamento sofrível			
GFI	[0.9; 0.95[- Ajustamento bom	0,917	0,914	0,907
	≥ 0.95 - Ajustamento muito bom			
PCFI	< 0.6 - Ajustamento mau	0,773	0,505	0,764
	[0.6; 0.8[- Ajustamento bom			
PGFI	≥ 0.8 - Ajustamento muito bom	0,761	0,778	0,775
RMSEA e p	> 0.10 – Inaceitável			
]0.05; 0.10] - Ajustamento bom	0,035	0,032	0,039
	≤ 0.05 - Ajustamento muito bom			
ECVI	Não especificado Quanto menor, melhor	1,761	1,686	1,882
Reespecificações	≥ 11	26	4	9
Cargas Fatoriais dos Itens		0,11 (Item 13) \geq 0,57 (Item 10)	0,06 (Item 20) \geq 0,67 (Item 10)	0,16 (Item 20) \geq 0,63 (Item 15)
		$\geq 0,5$		
		28 itens $\leq 0,5$	18 itens $\leq 0,5$	24 itens $\leq 0,5$

variaram entre 0.16 (item 20) e 0.43 (item 17); para o terceiro variações pontuaram entre 0.20 (item 12) e 0.39 (item 29); e referente ao quarto e último componente, obtiveram-se correlações entre 0.22 (item 14) e 0.38 (itens 27 e 30). A exclusão de itens não melhoraria consideravelmente o alfa de Cronbach para os componentes da ACP.

Ao considerar os conjuntos de mecanismos estabelecidos por Bandura (1978, 2007), obteve-se um alfa igual a 0.70 para Locus de Comportamento, sendo que as correlações item-total variaram entre 0.47 (Item 17) e 0.23 (Item 27). Para Locus da Agência, o alfa foi 0.54 e as correlações item-total variaram entre 0.34 (Item 29) e 0.14 (Item 20), sendo que só neste caso o valor ficou inferior a 0.20. O alfa foi 0.43 para Locus de Resultado com os escores da correlação item-total variando entre 0.18 (Item 6) e 0.32 (Item 30), sendo que o Item 14 também apresentou escore inferior a 0.20 ($r=0.19$). O alfa do último conjunto considerado – Locus do Destinatário – foi 0.62, tendo a correlação item-total oscilado entre 0.46 (Item 31) e 0.09 (Item 32), sendo que só neste caso o valor ficou inferior a 0.20. Nos quatro casos, a exclusão de itens não melhoraria expressivamente a consistência interna. É preciso esclarecer que não foram computados alfas de Cronbach para os mecanismos, pois este tratamento estatístico é sensível à quantidade de itens, sendo que, neste caso, seriam apenas quatro para todos os mecanismos.

Evidências de Validade Baseadas na Relação com Outras Variáveis.

Para obter evidências de validade baseadas na relação com outras variáveis para a versão brasileira da MSMMD, foram associados os escores totais e dos componentes/fatores desta medida e do IRI (Tabela 3). Observou-se uma correlação significativa negativa fraca entre o total de DM e o total do IRI. O total de empatia também apresentou correlações significativas fracas e negativas com quase todos os mecanismos e conjuntos de DM. Deslocamento da Responsabilidade, Difusão da Responsabilidade e, evidentemente, Locus da Agência são exceções.

Os fatores do IRI Fantasia, Tomada de Perspectiva e Consideração Empática se correlacionaram significativa, fraca e negativamente com o total de DM. O fator Angústia Pessoal não apresentou correlações significativas com nenhum dos componentes da ACP nem sequer com os mecanismos e conjuntos de mecanismos de DM. Contudo, apresentou correlação positiva significativa e fraca com o componente da ACP Obscurecimento da Responsabilidade. Evidentemente, com os mecanismos Deslocamento da Responsabilidade e Difusão da Responsabilidade e com o conjunto Locus da Agência também foram obtidas correlações significativas, fracas e positivas.

Tabela 3 – Correlações entre os Escores da MSMMD e os Fatores do IRI.

Desengajamento Moral		Empatia Total	Fantasia	Tomada de Perspectiva	Consideração Empática	Angústia Pessoal
Total		-0.22*	-0.13**	-0.28*	-0.26*	-0.01
Componentes (ACP)	Desumanização e Responsabilização das Vítimas	-0.28*	-0.17*	-0.33*	-0.31*	-0.06
	Reconstrução Cognitiva do Comportamento Imoral	-0.13**	-0.01	-0.18*	-0.17*	-0.06
	Obscurecimento da Responsabilidade	-0,02	-0.06	-0.10***	-0.06	0.15*
	Negligência ou Minimização das Consequências Prejudiciais	-0.23*	-0.19*	-0.22*	-0.22*	-0.07
Mecanismos de DM	Justificação Moral	-0.18*	-0.11***	-0.18*	-0.18*	-0.09
	Linguagem Eufemística	-0.19*	-0.07	-0.20*	-0.23*	-0.08
	Comparação Vantajosa	-0.17*	-0.09***	-0.23*	-0.16*	-0.06
	Deslocamento da Responsabilidade	-0.04	-0.08	-0.11***	-0.06	0.12**
	Difusão da Responsabilidade	0.02	0.04	-0.05	-0.03	0.12**
	Distorção das Consequências	-0.23*	-0.15*	-0.20*	-0.26*	-0.07
	Atribuição de Culpa	-0.14*	-0.13**	-0.21*	-0.14**	0.04
	Desumanização	-0.19*	-0.07	-0.25*	-0.24*	-0.05
Conjuntos de Mecanismos	Lócus Destinatário	-0.21*	-0.12**	-0.28*	-0.24*	0.00
	Lócus do Comportamento	-0.23*	-0.12**	-0.26*	-0.25*	-0.10***
	Lócus da Agência	-0.01	-0.03	-0.10***	-0.06	0.14*
	Lócus de Resultado	-0.23*	-0.15*	-0.20*	-0.26*	-0.07

* $p < 0.001$; ** $p < 0.01$; *** $p < 0.05$.

Quase todas as medidas de DM (Total, componentes da ACP, mecanismos e conjuntos de mecanismos) apresentaram correlações significativas, negativas e fracas com o fator Tomada de Perspectiva do IRI. O mecanismo Difusão da Responsabilidade foi exceção. O fator Consideração Empática também apresentou correlações negativas fracas significativas com a maioria das medidas de DM, sendo exceções o componente da ACP Obscurecimento da Responsabilidade, o mecanismo Deslocamento da Responsabilidade e o conjunto Lócus da Agência.

Tabela 4 – Escores médios da MSMMD associados a Atos Infracionais e Comportamentos Prossociais.

Desengajamento Moral	Atos Infracionais					Comportamentos Prossociais				
	Sim		Não		Teste <i>t</i>	Sim		Não		Teste <i>t</i>
	M	DP	M	DP		M	DP	M	DP	
Lócus do Destinatário	12,20	3,89	12,13	2,75	0,141	12,04	2,81	14,50	3,99	2,863**
Lócus do Comportamento	20,92	4,16	18,86	3,78	3,869*	19,07	3,86	20,00	4,47	1,095
Lócus da Agência	14,39	3,24	14,16	3,14	0,529	14,18	3,16	14,42	2,92	0,351
Lócus do Resultado	6,64	1,84	5,80	1,54	3,389**	5,85	1,58	7,00	1,75	3,322**
Justificação Moral	8,41	2,09	7,90	2,05	1,772	7,95	2,05	8,23	2,41	0,613
Linguagem Eufemística	6,98	1,63	5,78	1,51	5,655*	5,91	1,57	6,36	1,68	1,317
Comparação Vantajosa	5,53	1,45	5,18	1,38	1,816	5,21	1,39	5,41	1,40	0,654
Deslocamento Responsabilidade	6,97	2,13	7,35	1,96	1,416	7,27	1,98	8,26	1,69	2,318***
Difusão Responsabilidade	7,42	1,93	6,80	1,86	2,390***	6,91	1,88	6,16	1,81	1,844
Distorção Consequências	6,64	1,84	5,80	1,54	3,389**	5,85	1,58	7,00	1,75	3,322**
Atribuição Culpa	6,46	2,00	6,69	1,64	0,977	6,61	1,67	7,59	1,84	2,675**
Desumanização	5,75	2,43	5,44	1,79	1,159	5,43	1,83	6,91	2,51	3,643*

* $p < 0,001$. ** $p < 0,01$. *** $p < 0,05$.

N=498.

Além da empatia, também foram consideradas associações entre DM e comportamentos prossociais e atos infracionais (Tabela 4). Observou-se que os estudantes que afirmaram ter cometido algum ato infracional ao longo da vida ($M=54,15$; $DP=10,14$) apresentaram médias de DM total mais altas [$t(500;496)=2,694$; $p<0,01$] que os demais estudantes ($M=50,95$; $DP=8,35$).

Quanto aos comportamentos prossociais, foram observadas diferenças significativas [$t(500;496)=2,551$; $p<0,05$] associadas ao DM total, revelando que estudantes com médias de DM mais baixas ($M=51,14$; $DP=8,53$) tendem a apresentar mais comportamentos prossociais do que estudantes com médias mais altas ($M=55,92$; $DP=9,87$).

Os estudantes que cometeram atos infracionais utilizam mais Linguagem Eufemística, Difusão da Responsabilidade e Distorção das Consequências. Os conjuntos de mecanismos Locus de Comportamento e Locus do Resultado foram os mais recorridos por esses estudantes. Considerando os atos prossociais, os estudantes que afirmaram praticá-los obtiveram médias menores em Deslocamento da Responsabilidade, Distorção das Consequências, Atribuição de Culpa e Desumanização que os estudantes que afirmaram não praticar. Eles também apresentaram médias mais baixas nos conjuntos Locus do Resultado e Locus do Destinatário

Discussão

Ao considerar a análise de juízes especialistas, observou-se que versão alfa da MDMMS obteve índices de equivalência semântica, idiomática, cultural e conceitual acima do que geralmente tem sido estipulado para área (ver, por exemplo, Pasquali, 2001), ou seja, 80%. Todavia, tanto com base neste procedimento quanto no grupo focal, foram necessárias alterações. Elas são previstas no processo de tradução de instrumentos para novos idiomas (Borsa et al., 2012) e, ademais, foram discretas e respeitaram a estrutura original do instrumento.

De modo geral, os quatro conjuntos de mecanismos de DM propostos por Bandura (1978, 2007) puderam ser percebidos na ACP, uma vez que os itens referentes à Atribuição de Culpa e Desumanização da vítima se agruparam principalmente no primeiro componente, os itens relativos à Justificação Moral, Linguagem Eufemística e Comparação Vantajosa constituem principalmente o segundo componente, os itens de Deslocamento e Difusão da Responsabilidade tenderam a se concentrar no terceiro componente e três dos quatro itens de Distorção das Consequências se agruparam no quarto componente. No

entanto, esta análise apresentou limitações (p.ex., itens com cargas fatoriais não significativas) e, conseqüentemente, a adoção da estrutura interna dela derivada deve ser considerada com cautela, pois ela também não foi o melhor modelo (Modelo Componentes) na AFC. É preciso esclarecer, ainda, que é controvertida a possibilidade de considerar componentes como fatores (Damásio, 2012).

Como visto, nove itens não apresentaram, na ACP, carga significativa nos conjuntos de mecanismos de DM que deveriam saturar segundo o modelo estabelecido pela teoria (Item 3, 6, 8, 9, 10, 11, 20, 27, 32). O item 10, por exemplo, “Bater em colegas de sala de aula que são detestáveis é apenas uma forma de ‘dar uma lição’ neles” corresponde ao mecanismo de Linguagem Eufemística (Componente 2), porém saturou no Componente 1 (Responsabilização das vítimas). Isto ocorreu porque o eufemismo (“dar uma lição”) pode ter sido obscurecido pela característica detestável da vítima, justificando sua presença no segundo componente.

A AFC revelou que o modelo teórico – oito mecanismos organizados em quatro conjuntos de mecanismos que dão origem a um total (Bandura, 1978, 2007) – parece ser a estrutura interna mais adequada para MSMMD. Todavia, ele também apresentou problemas, seja nos pressupostos (p.ex., normalidade) seja nos indicadores (p.ex., CFI e PCFI maus). Há que se esclarecer, com base em Marôco (2010), que o CFI e, conseqüentemente, o PCFI são sensíveis ao tamanho da amostra e à complexidade do modelo.

Ao considerar os resultados da ACP e da AFC, especialmente os do Modelo Unidimensional, evidencia-se que a MSMMD é multidimensional, já que na última análise foram necessárias muitas reespecificações de itens para que esse modelo se mostrasse ajustado, denotando possíveis fatores. Assim, por parcimônia, recomenda-se que o Modelo Teórico seja acatado e que mais evidências de validade baseadas na estrutura interna para a escala sejam obtidas.

Reitera-se que a escala original (Bandura et al., 1996) se mostrou unidimensional. Contudo, seu atributo multifacetado foi identificado em versões em outros idiomas (Rubio-Garay, Amor, & Carrasco, 2017; Wang & Yang, 2010).

A versão brasileira da MSMMD apresentou coeficiente de consistência interna semelhante aos obtidos em outros estudos considerando o total de itens da escala (Bandura, et al., 1996; Pelton et al., 2004; Wang & Yang, 2010). O alfa de Cronbach obtido encontra-se acima do que é indicado “bom” para este coeficiente, isto é, 0.80 (George & Mallery, 2003). Entretanto, a maioria dos componentes e fatores da MSMMD apresentaram coeficientes de consistência interna abaixo do esperado.

Considerando a correlação item-total, verificou-se que, para os conjuntos de itens do modelo teórico, os escores tenderam a ficar acima de 0.20, que é o mínimo esperado segundo a literatura científica (Clark & Watson, 1995). Porém, no caso dos fatores ou componentes, o número de itens que ficaram abaixo desse limite mínimo de correlação foi menor. Tendo em vista tal limitação, sugere-se que a fidedignidade do instrumento seja reavaliada incluindo outras estratégias (p. ex. teste-reteste).

Quanto às evidências de validade baseadas na relação com outras variáveis, mais especificamente a empatia, é possível afirmar, a despeito das múltiplas correlações observadas, que elas são frágeis, ainda que sejam compatíveis com a literatura (Haddock & Jimerson, 2017; Rubio-Garay et al., 2017). Algumas delas apresentam magnitudes consideradas insuficientes segundo Nunes e Primi (2010), ainda que outras estejam dentro do esperado ($>0,20$) quando se tratam de medidas que avaliam construtos relacionados.

Chama a atenção o fato de o fator Angústia Pessoal do IRI se correlacionar positivamente com o componente Obscurecimento da Responsabilidade ainda que de modo fraco. Resultados análogos têm sido observados (p. ex. Paciello et al., 2013; Rubio-Garay et al., 2017). Davis (1983) considera essa dimensão da empatia como egoísta e autodirigida por abranger sentimentos ‘auto-orientados’ de ansiedade e inquietação em situações interpessoais tensas. Segundo o autor, tais sentimentos podem gerar comportamentos egoístas de alívio da angústia pessoal, por meio da esquiva ou fuga das situações desencadeadoras de tais emoções, ao invés de fomentar um comportamento prossocial. Sendo assim, obscurecer a responsabilidade pessoal frente aos problemas dos outros pode ser uma alternativa para aliviar a angústia pessoal.

Ainda quanto às evidências de validade baseadas na relação com outras variáveis, foram observadas maiores médias de DM total em estudantes que praticaram atos infracionais e maior propensão ao uso de linguagem paliativa para mascarar a gravidade dos comportamentos (Linguagem Eufemística), à minimização/ignorância das consequências decorrentes dos comportamentos imorais (Distorção das Consequências) e à tentativa de dividir a responsabilidade por estas condutas com outros (Difusão da Responsabilidade). Estes resultados sinalizam, como afirma Bandura (2002), que ninguém se sente pessoalmente responsável pelo dano coletivamente produzido. É evidente o papel característico destes mecanismos nos comportamentos infracionais. Torna-se necessário, portanto, investigar melhor em futuras pesquisas os mecanismos envolvidos que facilitam a violação de regras morais e contribuem para o envolvimento em atos infracionais.

Além do menor escore de DM total, verificou-se, também, que alunos que praticam atos prossociais recorrem menos ao Deslocamento da Responsabilidade e aos mecanismos que prejudicam as vítimas diretamente: Atribuição de Culpa, Desumanização e Distorção das Consequências. Na MSMMD, o último mecanismo faz referência à distorção dos efeitos causados nas vítimas. Se agir em benefício do próximo é uma característica do indivíduo prossocial, é previsível sua menor propensão ao DM para prejudicá-lo. Corroboram-se, desse modo, os resultados obtidos por Bandura et al. (1996) e Paciello et al. (2013).

Reitera-se que a investigação sobre DM tem sido seriamente prejudicada pela falta de medidas (Bandura et al., 1996). Assim, apesar das limitações observadas, a versão brasileira da MSMMD se mostra útil para pesquisas sobre este construto, uma vez que se observou a escassez de estudos brasileiros (Capítulo 2). Com ela, será possível investigar, por exemplo, DM em adolescentes com problemas de disciplina na escola e que adotem comportamentos de risco (p.ex., dirigir sem habilitação), identificando os mecanismos associados a estas condutas antissociais que, por sua vez, são bastante úteis para o desenvolvimento de programas de prevenção. Antes, porém, é mister obter mais as evidências de validade (p.ex., aprimoramento da estrutura fatorial e invariância fatorial) e estimativas de fidedignidade (p.ex., estabilidade) para a versão brasileira da MSMMD.

Como evidenciado na análise da produção científica, muitas medidas tem sido desenvolvidas para investigar DM em contextos singulares e outras são adaptadas para se adequarem a comportamentos específicos e públicos diversos. Nesta direção, espera-se que o mesmo estado da arte seja observado no Brasil em dias vindouros, isto é, um aumento do número de estudos sobre DM, disponibilização de mais e “melhores” (com evidências de validade e estimativas de fidedignidade) medidas, tornando esse processo psicológico mais conhecido no meio acadêmico.

Salienta-se, por fim, como Bandura (2004) o fez, que, devido aos vários recursos psicológicos para desengajar o controle moral, não é possível confiar inteiramente na moralidade do ser humano para seguir padrões morais estabelecidos. É preciso criar estratégias sociais para manter as regras sociais válidas, não se conformando com condutas imorais que se tornam praticáveis por meio do DM. É indispensável, ainda, promover comportamentos compassivos.

4 DESENGAJAMENTO MORAL EM ESTUDANTES: RELAÇÕES COM VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS E EDUCACIONAIS.

Introdução

O desengajamento moral (DM) é um processo psicossocial que desativa o padrão moral interno de condutas desumanas, silenciando a autocondenação (Bandura, 2002). Bandura (1991) salienta que as pessoas constantemente se deparam com oportunidades de se comportar de um modo que elas mesmas desaprovam, mas que pode trazer-lhes pequenos benefícios ou incentivos maiores. Afirma que esse conflito pode ser resolvido, basicamente, de duas formas: pela ativação de autossanções internas que têm o papel de manter o comportamento em harmonia com os padrões morais, inibindo, conseqüentemente, a ação antissocial, ou, de modo contrário, pelo DM que permite o envolvimento nessas ações sem autocensura. Trata-se de um processo de desengajamento gradual da autocensura, que é cada vez mais silenciada conforme as repetições do comportamento imoral e da desativação moral (Bandura, 1999).

O DM recorre a mecanismos que atuam em três elementos da dinâmica imoral, isto é, o comportamento imoral, os efeitos causados e as vítimas envolvidas (Bandura, 2007). É um processo inteligente que pode transformar “boas pessoas” em sujeitos capazes de apresentar, confortavelmente, comportamentos desumanos que trazem sofrimento aos outros e ainda se orgulhar deles. São propostos oito mecanismos que se agrupam em quatro conjuntos esquemáticos diferentes (Figura 1) e podem operar simultaneamente ou de forma isolada segundo as características das situações: Justificação Moral, Linguagem Eufemística, Comparação Vantajosa, Difusão da Responsabilidade, Deslocamento da Responsabilidade, Ignorância ou Distorção das Consequências, Desumanização e Atribuição de Culpa (Bandura, 2002). Reitera-se que o uso desses mecanismos faz com que condutas humanas com níveis de gravidade inimagináveis (por exemplo, nazismo) sejam perpetradas, sendo que as pessoas são capazes de se livrar da culpa por sua crueldade e, ainda, considerarem-se virtuosas.

Há uma série de condições em que se observa o DM operando na desativação das autossanções morais. Bandura (1999) afirma que se trata de um preditor de comportamentos antissociais tanto de menor gravidade quanto de crimes mais graves independentemente de fatores como idade, gênero, raça, religião e classe social. Não obstante, também há evidências de que o DM se manifesta de modo distinto em função dessas e de outras variáveis.

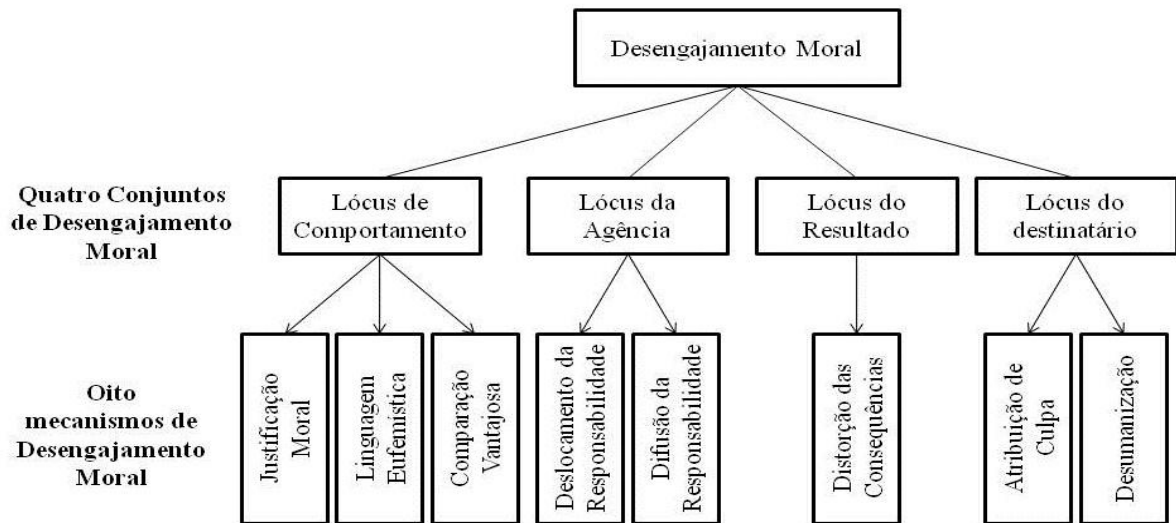


Figura 1. Modelo teórico do Desengajamento Moral (Bandura, 2007).

Bandura, Barbaranelli, Caprara e Pastorelli (1996) afirmam que o DM pode ser percebido já nos primeiros anos do desenvolvimento do indivíduo. Alguns estudos (Pozzoli, Gini & Vieno, 2012) investigam DM em situações de *bullying*, por exemplo, observando o uso de mecanismos de DM em crianças com idades a partir de oito anos. Ressalta-se que alguns mecanismos, como Desumanização das vítimas e Linguagem Eufemística, exigem capacidades cognitivas (raciocínio analógico, uso de figuras de linguagem, por exemplo) não desenvolvidas totalmente em crianças mais novas. Apesar disso, pesquisas sobre DM na infância (Pelton, Gound, Forehand & Brody, 2004; Visconti, Ladd & Kochenderfer-Ladd, 2015) têm sido realizadas, atentando-se ao considerar esses mecanismos.

Para Gutzwiller-Helfenfinger (2015), o processo de DM pressupõe: a internalização de padrões morais em certa medida; a suposição de que a violação dos padrões causariam autocondenações; o desenvolvimento de uma identidade moral para que o indivíduo queira se comportar segundo os padrões morais e perceba se o comportamento os viola; a capacidade de avaliar a situação e fazer julgamentos morais; o desejo do indivíduo de evitar autossanções negativas; dentre outros. Esses pressupostos, portanto, explicam a escassez de investigações sobre DM na infância (Capítulo 2), especialmente com crianças pequenas.

Bandura et al. (1996) em um estudo transversal não observou diferenças de idade quanto à propensão dos participantes para o DM. Contudo, alguns estudos longitudinais observam uma tendência de decréscimo no uso de DM ao longo do desenvolvimento

(Cardwell et al., 2015; Paciello, Fida, Tramontano, Lupinetti, & Caprara, 2008; Shulman, Cauffman, Piquero & Fagan, 2011).

Quanto às diferenças de gênero, Bandura (1999) afirma que, durante o desenvolvimento, os meninos se tornam mais propensos do que as meninas a se desengajarem moralmente. Entretanto, esclarece que essa diferença não existe nos anos iniciais. Estudos têm corroborado tais afirmações ao encontrarem maiores níveis de DM em meninos (Bandura et al., 1996; Boardley & Kavussanu, 2007; Gini, Pozzoli & Bussey, 2014; Oberman, 2011; Paciello et al., 2008; Rubio-Garay, Carrasco & Amor, 2016; Shields, Funk & Bredemeier, 2015). Apesar disso, uma meta-análise (Gini, Pozzoli & Hymel, 2014) não identificou o gênero como efeito moderador na relação entre DM e agressividade, embora tenha encontrado níveis frequentemente maiores de DM e agressão nos meninos.

Poucas pesquisas têm investigado DM e religião. O estudo longitudinal de Jang (2017) é uma exceção ao considerar o papel mediador do DM na relação entre religiosidade e criminalidade/uso de drogas. O DM se relacionou significativa e negativamente à religiosidade subjetiva, que diz respeito à importância da religião na vida da pessoa e à religiosidade objetiva que está relacionada à frequência a instituições religiosas (cultos, sinagogas, etc.) e ao envolvimento em práticas religiosas específicas.

Quanto à educação formal, observa-se a escassez de estudos sobre DM que consideram variáveis como tipo de escola e reprovação escolar, apesar de ser uma necessidade já assinalada (Newton, Stapinski, Champion, Teesson, & Bussey, 2016). Ampliando as considerações para o contexto escolar/educacional de forma geral, verifica-se que as investigações sobre DM tendem a ser predominantemente relacionadas a comportamentos de *bullying* e agressão entre pares. Não obstante, por ser um processo psicossocial que exige apenas a existência de regras para se manifestar (Iglesias, 2008) e poder ser utilizado em uma extensão de comportamentos no contexto escolar/educacional (por exemplo, “matar aula”, “colar” na prova, prejudicar um colega de grupo de trabalho etc.), associações entre DM e outras variáveis educacionais (fracasso escolar, relacionamento professor alunos etc.) precisam ser investigadas.

Um estudo brasileiro (Tognetta, Avilés, Rosário, & Alonso, 2015) investigou a relação entre DM em comportamentos de *bullying* e autoeficácia acadêmica em estudantes de escolas públicas e privadas. Os autores observaram que os estudantes que se autoavaliaram como bons ou muito bons alunos apresentaram maior engajamento moral, enquanto aqueles que se consideraram maus ou muito maus alunos apresentaram maior DM.

No estudo de Shu, Gino e Bazerman (2011), o DM de estudantes universitários e de pós-graduação foi avaliado em situações morais acadêmicas como colar em uma avaliação, usar uma desculpa falsa para atrasar a realização de um exame ou entregar uma tarefa. Os estudantes foram mais rigorosos ao julgarem o comportamento imoral dos outros, mas tornaram-se mais tolerantes (maior DM) ao considerar a própria desonestidade nessas situações.

A maior parte da produção científica sobre DM é decorrente de pesquisas internacionais. Países do sul como o Brasil, têm realizado poucas pesquisas sobre esse processo cognitivo (Malley-Morrison, et al., 2015; Capítulo 2). Assim, este estudo teve como objetivo geral associar DM e variáveis demográficas e educacionais. Especificamente, ele foi relacionado, no primeiro caso, à idade, ao gênero e à religião e, no segundo grupo de variáveis, ao tipo de escola, aos anos estudados e à reprovação.

Método

Participantes

Participou desse estudo uma amostra de 500 alunos do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. Eles eram provenientes de quatro instituições de ensino públicas (n=393; 78,60%) e três privadas (n=107; 21,40%) de duas cidades do interior de Minas Gerais.

A amostragem foi não probabilística por conveniência e acidental ou por *Snow Ball*. No primeiro caso, todos os estudantes presentes em sala, se menores de idade, que possuíam um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) autorizando a participação na pesquisa, bem como os maiores de 18 anos que assinaram este documento foram incluídos na amostra. Somente um aluno recusou participar, sendo recrutados 483 (96,60%) participantes. Logo, somente 17 (3,40%) estudantes foram incluídos na amostra com a “bola de neve”.

Instrumentos

Questionário Demográfico/Educacional: as variáveis demográficas e educacionais foram coletadas a partir de um questionário com respostas fechadas contendo questões sobre sexo, idade, religião (possuir e ser praticante), anos estudados, tipo de escola (pública ou privada) e reprovação escolar.

Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement (Bandura et al., 1996): a versão brasileira da escala de DM adaptada e com evidências de validade e estimativas de fidedignidade para o contexto brasileiro foi utilizada (Capítulo 3). Trata-se de

uma medida composta por 32 itens distribuídos em oito mecanismos de DM que pode ser respondida em uma escala tipo Likert de três pontos: 1 (discordo), 2 (nem discordo, nem concordo) e 3 (concordo). Dessa forma, os participantes indicam em cada item o quanto as afirmações moralmente desengajadas representam suas próprias opiniões. A soma final das pontuações em cada item varia entre 32 e 96, sendo que, quanto maior o escore final, maior o DM do participante.

A versão brasileira da MSMMD apresentou consistência interna adequada ($\alpha=0.81$) para o total de itens. No caso dos conjuntos de mecanismos de DM, o alfa variou entre 0.70 (Lócus de Comportamento) e 0.43 (Lócus de Resultado). A despeito de limitações, análises fatoriais confirmatórias evidenciaram que se trata de uma medida multidimensional, sendo que o modelo teórico proposto por Bandura (2007) (Figura 1) parece ser o mais adequado.

Procedimento

Após os cuidados éticos, os instrumentos foram aplicados coletivamente em sala de aula, sendo preenchidos individualmente por cada estudante. Os alunos recrutados por *Snow Ball* também preencheram os instrumentos individualmente, porém em ambiente domiciliar. As coletas duraram aproximadamente 50 minutos.

Análise de Dados

Para análise de dados, foram utilizadas estatísticas descritivas (média, desvio padrão etc.) e inferenciais (correlação de Pearson, qui-quadrado [χ^2], teste *t*, ANOVA com *post hoc* com Tukey, e Análise de *Clusters*). Adotou-se um nível de significância de 5% por omissão.

Os três indicadores de DM – mecanismos, conjuntos de mecanismos e total – fornecidos pela MSMMD foram adotados no presente estudo. Como são vários escores, realizou-se uma Análise de Conglomerado ou de *clusters* de duas etapas utilizando a medida de verossimilhança de log e critério de agrupamento Bayesiano de Schwartz (BIC) para agrupar os participantes de acordo com seus níveis de DM. Programou-se o software para gerar automaticamente os *clusters* e o Conjunto Lócus do Resultado não foi incluído, pois ele coincide com o mecanismo Distorção das Consequências.

Resultados

O perfil demográfico dos participantes é apresentado na Tabela 1. Trata-se de uma amostra de estudantes entre 10 e 21 anos ($M=13,94$; $DP=2,22$) e que não difere quanto à

proporção de alunas e alunos [$\chi^2(500;1)=0,648$; $p<0,421$], sendo a maioria [$\chi^2(500;1)=163,592$; $p<0,001$] de instituições públicas de ensino. Com relação à reprovação na escola, 19,96% (n=98) reprovaram pelo menos uma vez. Quanto à religião, a maioria declarou que possui uma [$\chi^2(498;1)=293,020$; $p<0,001$; 88,35%; n=440] e é praticante [$\chi^2(434;1)=29,945$; $p<0,001$; 62,99%; n=274].

O escore médio total da MSMMD foi 51,34 (DP=8,62). A Tabela 2 apresenta os escores de DM segundo os mecanismos e os conjuntos de mecanismos de DM. Ao comparar os escores dos mecanismos, constatou-se que Justificação Moral é o mais utilizado seguido por Deslocamento da Responsabilidade, Difusão da Responsabilidade, Atribuição de Culpa, Linguagem Eufemística/Distorção das Consequências, Desumanização das Vítimas e Comparação Vantajosa. No caso dos conjuntos de mecanismos, Locus da Agência e Locus do Resultado são, respectivamente, o mais e o menos utilizados.

Tabela 1– Caracterização Demográfica da Amostra.

Variáveis Demográficas		%	N
Gênero ^a	Aluna	51,80	259
	Aluno	48,20	241
Religião ^b	Possui	88,35	440
	Não Possui	11,65	58
Praticante de Religião ^c	Pratica	63,13	274
	Não pratica	36,87	160
Tipo de Escola ^a	Pública	78,60	393
	Privada	21,40	107
Reprovação na Escola ^d	Sim	19,96	98
	Não	80,04	393
Anos Estudados ^a	5 anos (5º ano do Ensino Fundamental)	8,60	43
	6 anos (6º ano do Ensino Fundamental)	14,20	71
	7 anos (7º ano do Ensino Fundamental)	15,40	77
	8 anos (8º ano do Ensino Fundamental)	14,40	72
	9 anos (9º ano do Ensino Fundamental)	12,00	60
	10 anos (1º ano do Ensino Médio)	16,60	83
	11 anos (2º ano do Ensino Médio)	9,80	49
	12 anos (3º ano do Ensino Médio)	9,00	45

^aN=500; ^bN=498; ^cN=434; ^dN=491.

Os alunos (M=52,14; DP: 9,00) apresentaram médias mais altas de DM [$t(500;498)=2,020$; $p<0,05$] que as alunas (M=50,59; DP=8,21). Ao considerar os mecanismos de DM, verificou-

se que alunos recorrem mais que as alunas aos mecanismos de Justificação Moral [$t(500; 498)=4,210$; $p<0,001$. Alunos - $M=8,37$; $DP=2,09$. Alunas - $M=7,60$; $DP=1,97$], Linguagem Eufemística [$t(500; 467)=2,647$; $p<0,01$. Alunos - $M=6,13$; $DP=1,71$. Alunas - $M=5,75$; $DP=1,42$], Comparação Vantajosa [$t(500;481)=2,073$; $p<0,05$. Alunos - $M=5,35$; $DP=1,47$. Alunas - $M=5,09$; $DP=1,31$] e Desumanização [$t(500;477)=2,510$; $p<0,05$; Alunos - $M=5,71$; $DP=2,00$. Alunas - $M=5,29$; $DP=1,75$]. Quanto aos demais mecanismos {Deslocamento de Responsabilidade [$t(500; 498)=1,682$; $p=0,093$]; Difusão Responsabilidade [$t(500; 498)=0,954$; $p=0,341$]; Distorção das Consequências [$t(500; 498)=1,493$; $p=0,136$] e Atribuição de Culpa [$t(500; 498)=0,142$; $p=0,887$]}, não foram observadas diferenças entre os gêneros.

Tabela 2 – Escores Médios de Desengajamento Moral distribuídos por Mecanismos e Conjuntos de Mecanismos.

	Desengajamento Moral	Escore		Teste <i>t</i>
		M	DP	
Mecanismos	Justificação Moral	7,97	2,06	5,890*
	Deslocamento da Responsabilidade	7,30	1,98	
	Difusão da Responsabilidade	6,87	1,88	2,282***
	Atribuição de Culpa	6,65	1,69	
	Linguagem Eufemística	5,93	1,58	0,421
	Distorção das Consequências ^a	5,90	1,60	
	Desumanização das Vítimas	5,49	1,89	3,302**
	Comparação Vantajosa	5,22	1,39	
Conjuntos ^b	Lócus da Agência	14,18 (7,09)	3,14 (1,57)	10,052*
	Lócus de Comportamento	19,12 (6,37)	3,88 (1,29)	
	Lócus Destinatário	12,14 (6,07)	2,90 (1,45)	2,210***
	Lócus do Resultado ^a	5,90	1,60	

N=500. * $p<0,001$; ** $p<0,01$; *** $p<0,05$.

^aO mecanismo Distorção da Consequência corresponde ao conjunto Lócus do Resultado.

^bOs escores entre parênteses correspondem à média obtida a partir dos mecanismos que compõem os conjuntos.

Considerando os conjuntos de mecanismos, verificou-se que os alunos (M=19,84; DP=4,02) apresentaram médias de DM superiores [$t(500;498)=4,081$; $p<0,001$] às alunas (M=18,45; DP=3,62) apenas no conjunto Lócus de Comportamento. Evidentemente, os gêneros não diferiram nos conjuntos restantes: Lócus da Agência [$t(500; 498)=1,628$; $p=0,104$]; Lócus do Resultado [$t(500; 498)=1,493$; $p=0,136$]; e Lócus do Destinatário [$t(500; 498)=1,551$; $p=0,121$].

As médias de DM não diferiram [$t(498;496)=1,080$; $p=0,281$] entre os participantes que possuíam alguma religião e os que não possuíam. Entretanto, ao associar esta variável aos mecanismos de DM separadamente, verificou-se que os participantes que não possuem religião (M=6,31; DP=1,44) utilizam mais Linguagem Eufemística [$t(500;496)=1,967$; $p<0,05$] que os que possuem (M=5,88; DP=1,59).

Do mesmo modo, não foram obtidas diferenças significativas [$t(434;432)=1,226$; $p=0,221$] entre as médias de DM total dos participantes que se autodeclararam praticantes ou não praticantes de sua religião. Considerando os mecanismos e conjuntos de mecanismos de DM, verifica-se que os alunos praticantes de sua religião recorrem menos que os não praticantes aos mecanismos de Justificação Moral [$t(500; 432)=2,687$; $p<0,01$. Praticantes - M=7,71; DP=2,08. Não Praticantes - M=8,26; DP=2,00] e Linguagem Eufemística [$t(500; 432)=2,128$; $p<0,05$. Praticantes - M=5,75; DP=1,60. Não Praticantes - M=6,08; DP=1,57]. Conseqüentemente, os alunos praticantes de sua religião apresentaram menores médias de DM (M=18,62; DP=3,95) no conjunto Lócus do Comportamento [$t(500; 432)=2,659$; $p<0,01$] que os não praticantes (M=19,64; DP=3,76). Logo, em seis mecanismos {Comparação Vantajosa [$t(500;432)=1,025$; $p=0,306$], Deslocamento da Responsabilidade [$t(500;432)=0,935$; $p=0,350$], Difusão da Responsabilidade [$t(500; 432)=0,385$; $p=0,700$], Distorção das Consequências [$t(500; 432)=1,205$; $p=0,229$], Atribuição de Culpa [$t(500;432)=0,640$; $p=0,522$] e Desumanização [$t(500;432)=1,184$; $p=0,237$]} e em três conjuntos de mecanismos {Lócus da Agência [$t(500;432)=0,814$; $p=0,416$], Lócus do Resultado [$t(500;432)=1,205$; $p=0,229$] e Lócus do Destinatário [$t(500;432)=0,371$; $p=0,0,711$]}, não houve diferença significativa entre praticantes e não praticantes da religião que possuem.

Observou-se uma correlação significativa negativa fraca entre o DM total e idade dos participantes ($r=-0,14$; $p<0,01$), bem como com anos estudados na Educação Básica ($r=-0,19$; $p<0,001$). Como idade e anos estudados, apresentam correlação significativa positiva

muito forte (Tabela 3), as correlações entre essas duas variáveis e mecanismos e conjuntos de mecanismos de DM apresentam um padrão muito parecido. Somente um conjunto – Lócus da Agência – não se correlacionou com ambas as variáveis e três dos oito mecanismos também não se correlacionaram significativamente com idade e anos estudados, mais especificamente Linguagem Eufemística, Difusão da Responsabilidade e Desumanização. Deslocamento de Responsabilidade não se correlacionou significativamente com idade. Nos demais casos, isto é, correlações significativas, as magnitudes foram fracas e o sentido negativo.

Tabela 3 – Correlações entre os Indicadores de Desengajamento Moral e Idade e Anos Estudados.

Desengajamento Moral		Anos Estudados	Idade
Conjuntos	Anos Estudados	---	.93*
	Idade	.93*	---
	Lócus do Destinatário	-.18*	-.12**
	Lócus do Comportamento	-.15**	-.13**
	Lócus da Agência	-.07	-.03
	Lócus do Resultado	-.18*	-.16**
Mecanismos	Justificação Moral	-.19*	-.17*
	Linguagem Eufemística	-.00	-.00
	Comparação Vantajosa	-.15**	-,11***
	Deslocamento Responsabilidade	-,11***	-.06
	Difusão Responsabilidade	-.00	.02
	Distorção Consequências	-.18*	-.16**
	Atribuição Culpa	-.23*	-.19*
Desumanização	-.07	-.02	

* $p < 0,001$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,05$.

Com relação ao tipo de escola, os resultados se mostraram significativos [$t(500;498)=3,083$; $p < 0,01$], revelando que alunos de escolas públicas apresentaram maior DM (M=51,95; DP=8,69) que alunos de escolas privadas (M=49,07; DP=8,00). Especificamente, alunos de escola pública apresentaram médias mais altas de Comparação Vantajosa [$t(500;193)=2,951$; $p < 0,01$. Escolas Públicas - M=5,30; DP=1,43. Escolas Privadas - M=4,90; DP=1,21.], Deslocamento da Responsabilidade [$t(500;185)=4,240$; $p < 0,001$. Escolas Públicas - M=7,48; DP=2,00. Escolas Privadas - M=6,64; DP=1,77], Atribuição de Culpa [$t(500;498)=2,637$; $p < 0,01$; Escolas Públicas - M=6,75; DP=1,70. Escolas Privadas - M=6,27; DP=1,60] e Desumanização [$t(500;498)=2,767$; $p < 0,01$. Escolas Públicas - M=5,61; DP=1,94. Escolas Privadas - M=5,05; DP=1,63]. Eles recorreram mais que os alunos de

escola privada aos conjuntos de mecanismos Locus do Destinatário [$t(500;208)=3,824$; $p<0,001$. Escolas Públicas - $M=12,37$; $DP=3,00$. Escolas Privadas - $M=11,32$; $DP=2,37$] e Locus da Agência [$t(500;498)=2,660$; $p<0,01$. Escolas Públicas - $M=14,37$; $DP=3,18$. Escolas Privadas - $M=13,46$; $DP=2,92$] para justificar os comportamentos imorais. Portanto, em quatro mecanismos {Justificação Moral [$t(500; 498)=0,092$; $p=0,926$], Linguagem Eufemística [$t(500; 498)=1,269$; $p=0,205$], Difusão da Responsabilidade [$t(500;498)=0,315$; $p=0,753$] e Distorção das Consequências [$t(500;498)=1,585$; $p=0,114$]} e dois conjuntos {Locus do Comportamento [$t(500; 498)=1,525$; $p=0,128$] e Locus do Resultado [$t(500; 498)=1,585$; $p=0,114$]} não houve diferença entre estudantes de escolas públicas e privadas.

Os estudantes com histórico de reprovação escolar ($M=53,12$; $DP=8,90$), ou seja, reprovaram o ano escolar pelo menos uma vez ao longo da vida acadêmica, apresentaram médias de DM maiores [$t(491;489)=2,282$; $p<0,05$] que os alunos que não reprovaram ($M=50,90$; $DP=8,54$). Os estudantes que reprovaram tenderam a usar mais os mecanismos de Justificação Moral [$t(500;489)=2,191$; $p<0,05$. Reprovaram - $M=8,38$; $DP=2,20$. Não Reprovaram - $M=7,87$; $DP=2,01$.], Deslocamento da Responsabilidade [$t(500;489)=2,095$; $p<0,05$. Reprovaram - $M=7,67$; $DP=2,15$. Não Reprovaram - $M=7,21$; $DP=1,93$], Difusão da Responsabilidade [$t(500;489)=2,007$; $p<0,05$. Reprovaram - $M=7,22$; $DP=1,89$. Não Reprovaram - $M=6,79$; $DP=1,88$] e Desumanização [$t(500;141)=2,090$; $p<0,05$. Reprovaram - $M=5,87$; $DP=2,00$. Não Reprovaram - $M=5,41$; $DP=1,86$]. Esses alunos obtiveram médias mais elevadas nos conjuntos de mecanismos Locus de Comportamento [$t(500;489)=2,111$; $p<0,05$. Reprovaram - $M=19,87$; $DP=4,02$. Não Reprovaram - $M=18,94$; $DP=3,85$] e Locus da Agência [$t(500;489)=2,516$; $p<0,05$. Reprovaram - $M=14,89$; $DP=3,41$. Não Reprovaram - $M=14,00$; $DP=3,08$]. Desse modo, não diferiram em Linguagem Eufemística [$t(500; 489)=0,821$; $p=0,412$], Comparação Vantajosa [$t(500;489)=1,716$; $p=0,087$], Distorção das Consequências [$t(500;187)=0,617$; $p<0,538$] e Atribuição de Culpa [$t(500;489)=0,168$; $p=0,867$] e em dois conjuntos, a saber, Locus do Destinatário [$t(500;138)=1,420$; $p=0,158$] e Locus do Resultado [$t(500;187)=0,617$; $p=0,538$].

A análise de conglomerados formou três *clusters*, sendo que a qualidade deles foi razoável considerando a medida de silhueta de coesão e separação (Silhueta Média=0,3). A razão de tamanho do maior para o menor cluster foi igual a 1,31. O maior agrupamento possui 186 (37,20%) estudantes e o menor 142 (28,40%). Logo, o outro cluster possui 172 (34,40%) participantes. Devido aos escores de DM dos integrantes, o maior agrupamento foi denominado “DM Médio” e o menor “DM Mais Alto”. O outro cluster foi designado “DM Mais Baixo”.

Ao associar *clusters* às variáveis demográficas e educacionais estudadas (Tabela 4), foram observadas diferenças significativas para quatro delas. Quanto ao gênero, meninas tendem a se agrupar nos clusters de DM Médio e DM Mais Baixo enquanto os meninos se distribuem de modo mais uniforme nos três agrupamentos.

No caso da idade, o *post hoc* com Tukey formou dois agrupamentos homogêneos, sendo um formado pelos clusters DM Mais Alto com idades médias em anos mais baixas e DM Médio ($p=0,280$) e o outro por DM Médio e DM Mais Baixo ($p=0,556$) com idades médias em anos mais altas. Assim, de fato, o *cluster* DM Mais Alto é mais jovem que o DM Mais Baixo.

Tabela 4 – Associações entre clusters formados com base em medidas de desengajamento moral e variáveis demográficas e educacionais

Variáveis Demográficas e Educacionais		Cluster – Desengajamento Moral			Comparação de grupos
		Mais Baixo	Médio	Mais Alto	
Gênero ^a	Meninos	n=79; 45,93%	n=81; 43,55%	n=81; 57,04%	$\chi^2=6,414^*$
	Meninas	n=93; 54,07%	n=105; 56,45%	n=61; 42,96%	
Religião ^{bc}	Possui	157; 91,28%	157; 85,33%	126; 88,73%	$\chi^2=3,089$
	Não possui	15; 8,72%	27; 14,67%	16; 11,27%	
	Pratica	102; 64,97%	100; 65,36%	72; 58,06%	$\chi^2=1,922$
	Não pratica	55; 35,03%	53; 34,64%	52; 41,94%	
Idade (anos) ^d		M=14,21; DP=2,24	M= 13,96; DP=2,18	M=13,58; DP=2,23	F=3,111*
Anos Estudados ^a		M=8,76; DP=2,12	M=8,48; DP=2,14	M=7,90; DP=1,96	F=6,696**
Tipo de Escola ^a	Pública	n=124; 72,09%	n=148; 79,57%	n=121; 85,21%	$\chi^2=8,124^*$
	Privada	n=48; 27,91%	n=38; 20,43%	n=21; 14,79%	
Reprovação Escolar ^e	Sim	n=26; 15,38%	n=35; 19,34%	n=37; 26,24%	$\chi^2=5,741$
	Não	n=143; 84,62%	n=146; 80,66%	n=104; 73,76%	

* $p<0,05$. ** $p<0,01$. ^aN=500. ^bN=498. ^cN=434. ^dN=499. ^eN=491.

Para anos estudados, o *post hoc* com Tukey também constituiu dois agrupamentos homogêneos. Porém, neste caso, o *cluster* DM Mais Alto ficou sozinho ($p=1,00$) e tem menor média de anos estudados e DM Médio e DM Mais Baixo formaram o outro subconjunto ($p=0,450$) tendo maior média de anos estudados.

Observou-se, ademais, que os estudantes de escolas públicas tenderam a se agrupar mais no cluster DM Médio. Por sua vez, aqueles que frequentavam escolas privadas se concentraram mais no conglomerado DM Mais Baixo.

Discussão

Considerando que a pontuação da MSMMD varia entre 32 e 96, é possível afirmar que a média de DM total ($M=51,34$; $DP=8,62$) foi médio inferior, pois, mesmo ao considerar o desvio padrão, não atingiria 64, que poderia, arbitrariamente, ser considerado o escore médio da escala, já que ela não possui ponto de corte. O nível de DM dos estudantes brasileiros pode ser considerado superior ao de alunos estadunidenses com 17 anos, pois Galán, Choe, Forbes e Shaw (2017) obtiveram uma média igual a 48,18 ($DP=9,38$). Também foi mais alto que o de discentes estadunidenses entre o 7º e o 9º ano do Ensino Fundamental, uma vez que Haddock e Jimerson (2017) constaram que meninas ($M=45,19$, $DP=8,42$) e meninos ($M=48,27$, $SD=9,57$) diferem entre si, como no presente estudo, sendo os escores inferiores aos da amostra desta investigação.

Corroborando Bandura et al (1996), Justificação Moral, foi o mecanismo mais utilizado pelos estudantes. Este mecanismo opera sobre a reconstrução do próprio comportamento transformando-o em algo social ou moralmente digno (Bandura,1999). Dessa forma, os comportamentos de agressão física têm finalidades dignas, como proteger os amigos, defender a família e a honra do grupo. O mecanismo menos utilizado no presente estudo – Comparação Vantajosa – também converge com o resultado obtido por Bandura et al. (1996). Este mecanismo se apresenta por meio de um raciocínio de comparação entre a atividade repreensível e outras atividades piores, fazendo com que a primeira pareça insignificante e até mesmo benéfica contraposta à segunda (Bandura, 1999). Assim, considera-se que “não tem problema insultar alguém, porque agredir seria pior” (Item da MSMMD).

O Locus da Agência foi o conjunto de mecanismos com maior escore provavelmente por ser composto por Deslocamento da Responsabilidade e Difusão da Responsabilidade, respectivamente, segundo e terceiro mecanismos mais utilizados. Ambos

os mecanismos operam para obscurecer a responsabilidade pessoal do agente tanto por sua transferência para outros, como por sua divisão social (Bandura, 2004).

Reitera-se que meninos tendem a apresentar mais DM que meninas, corroborando outras investigações (Bandura et al., 1996; Boardley & Kavussanu, 2007; Oberman, 2011; Paciello et al., 2008; Rubio-Garay et al., 2016; Shields et al., 2015). Os mecanismos de DM mais utilizados por eles - Justificação Moral, Linguagem Eufemística e Comparação Vantajosa - correspondem ao conjunto Locus de Comportamento e, segundo Bandura (2002), é o conjunto de mecanismos de DM mais eficaz para desativar o controle moral. É preciso considerar que a MSMMD aborda, em seus itens, mais comportamentos de agressão direta, como agressão física, conduta destrutiva, abuso verbal, fraudes e furtos, que, segundo Card, Stucky, Sawalani e Little (2008), são mais típicos de meninos. Em contrapartida, as meninas tendem a agredir mais de modo indireto (manipulação, rejeição entre pares, exclusão social, espalhar falsos rumores etc.). Assim, parece sensato propor uma revisão dos itens desta escala e um exame de suas propriedades psicométricas considerando a variável gênero (p.ex., invariância fatorial por gênero).

Observaram-se associações entre DM e idade dos participantes, bem como com anos estudados na Educação Básica, que denotam que, com o passar do tempo, na vida ou na escola, as pessoas tendem a se desengajar moralmente menos. Apesar de ser um estudo transversal, esses resultados corroboram os obtidos em estudos longitudinais (Cardwell et al., 2015; Paciello, et al., 2008; Shulman, et al., 2011).

Os participantes que possuem religião se diferenciaram dos que não possuem pelo menor uso da Linguagem Eufemística, que, conseqüentemente, também foi menos utilizada pelos praticantes de sua religião. Este mecanismo é uma arma prejudicial, pois reduz as autossanções morais das ações agressivas quando estas são mascaradas por uma linguagem higienizada, difícil ou ambígua. Dessa forma, *bullying* é denominado “brincadeirinha”, roubo é apenas “pegar emprestado”, propina são “acordos comerciais ou doações”, assassinatos em atividades militares é “eliminar o alvo”, facilitando, portanto, a aceitação pessoal e social das ações imorais. Estudantes que praticam sua religião também utilizam menos o mecanismo Justificação Moral. Em ambos os casos, não há, inicialmente, explicações teóricas para estas duas associações, pois, se estes dois mecanismos abordam comportamentos condenáveis do ponto de vista religioso, os outros também o fazem.

Não obstante a associação entre dois mecanismos de DM e religião (ter e praticar), é possível afirmar que se trata de uma relação pouco consistente, pelo menos no presente estudo. Bandura (1999) salienta que o desenvolvimento moral é geralmente estudado

em termos de princípios abstratos de moralidade. Entretanto, assinala que indivíduos delinquentes, por exemplo, não se diferenciam dos demais em princípios abstratos. A maioria das pessoas é virtuosa no nível abstrato. Assim, Bandura (2004) ressalta que o DM pode fazer muitos cometerem honrosamente atos deliberadamente cruéis em nome da religião. Alerta que as pessoas podem encontrar justificativas “sagradas” com base em ideologias religiosas para guerras sangrentas em nome de Deus e ainda considerarem-se agentes em prol de um imperativo sagrado.

A literatura ainda é escassa quanto aos estudos que consideram a religião como variável associada ao DM. Perante ao crescente secularismo e desilusão com as instituições religiosas (Moremen, 2005), há necessidade de continuar investigando separadamente “ter religião” e “ser praticante”, considerando que uma pessoa pode ter religião, mas não praticá-la, apesar de, nesta investigação, isto não apresentar fortes associações com DM. Há que se estudar, também, as relações entre diferentes religiões e a espiritualidade com DM.

Quanto às variáveis educacionais, verificar que alunos de escolas públicas e com reprovações escolares apresentaram maior DM é preocupante, ainda que outras investigações sejam necessárias para corroborar estes resultados. Apesar de não ter sido apresentado nos Resultados, é preciso esclarecer que reprovações escolares e tipo de escola não são variáveis que se associaram neste estudo [$\chi^2(491; 1)=2.855; p=.091$] e, desse modo, suas relações com DM devem ser consideradas separadamente.

Preocupa a associação positiva entre DM e reprovação porque são reconhecidas as associações entre o insucesso escolar e dificuldades no ajustamento psicossocial (p.ex., Costa & Pereira, 2010). Reitera-se que o DM prediz uma série de comportamentos antissociais de menor ou maior gravidade (Bandura, 1999). Logo, é possível pressupor que ele está “por trás” de uma série de condutas moralmente condenáveis na escola, como a indisciplina e o *bullying*, que constituem fatores de risco para reprovação escolar.

Preocupa, ademais e evidentemente, o nível mais alto de DM em estudantes oriundos do sistema público de ensino, uma vez que a maioria das crianças e adolescentes brasileiros frequentam escolas públicas e este resultado pode representar dificuldades de este tipo de instituição promover o desenvolvimento moral de seu corpo discente. Todavia, a última asserção – desenvolvimento moral na escola e DM – requer que outras pesquisas sejam realizadas, adotando, por exemplo, delineamento longitudinal e controlando educação familiar. Essas investigações são importantes, também, por que a cisão entre público e privado é bem mais forte no Brasil do que em sistemas educacionais de outros países, como

Estados Unidos, Reino Unido e Itália, que produzem grande parte das pesquisas sobre DM (Capítulo 2; Malley-Morrison, et al., 2015).

Ainda no que diz respeito a futuras pesquisas sobre DM, recomenda-se a inclusão de outras variáveis demográficas (p.ex., nível econômico, arranjos familiares e características étnico-raciais) e educacionais (p.ex., qualidade do ensino, DM em docentes). Não basta, contudo, obter dados sobre estas e outras variáveis. É preciso fazer uso de técnicas de análise de dados (análise multivariadas etc.) que permitam descrever a cadeia complexa de relações entre elas, pois muitas vezes elas se sobrepõem.

Não obstante a MSMMD ser uma medida de referência, ela ainda carece de mais evidências de validade e estimativas de fidedignidade. Sugere-se, que os dados com ela coletados sejam combinados com os obtidos por meio de outras medidas quantitativas e qualitativas. Menciona-se, como exemplo, a possibilidade de aprofundar qualitativamente o DM por meio de entrevistas com *outliers* e casos extremos.

Ainda que timidamente, o DM tem sido alvo de pesquisadores brasileiros (p.ex, Lima, 2016; Parente & Iaochite, 2015). Contudo, a produção científica do país sobre este tema é, sem dúvida, limitada quantitativamente e qualitativamente (poucos temas abordados, delineamentos mais simples etc.). Dessa forma, não obstante as limitações, este estudo parece representar uma importante contribuição científica para o cenário incipiente de investigação sobre DM no Brasil. Assinala-se que, por ter utilizado uma versão da MSMMD (Bandura et al., 1996) equivalente à original, os resultados da presente investigação podem ser comparados, ainda que parcimoniosamente, com os obtidos em outros países, expandido sua contribuição para além do país.

Ao que tudo indica, este estudo pode ser considerado um dos precursores por investigar variáveis demográficas e educacionais associadas ao DM no Brasil, especialmente religião, tipo de escola e reprovações escolares que não são comumente investigadas. Tem, ainda, a vantagem de oferecer não somente uma análise do escore total de DM, mas também de indicar com especificidade quais conjuntos e mecanismos estão operando na desativação moral. Esta é uma das críticas da meta-análise de Gini et al. (2014) aos estudos da área por tratarem o DM como uma construção unidimensional, não permitindo conhecer quais mecanismos ou conjuntos teóricos atuam nos comportamentos imorais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reitera-se que três estudos foram conduzidos para analisar o DM por diferentes ângulos: estabelecer um estado atual da arte das pesquisas sobre DM (Capítulo 2); obter uma versão traduzida e adaptada para o Brasil da principal medida de DM, a *Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement*, buscando evidências de validade e estimativas de fidedignidade (Capítulo 3); e investigar as relações entre DM e variáveis demográficas e educacionais (Capítulo 4).

Ao realizar uma análise da produção científica sobre desengajamento moral observou-se que a maior parte da investigação nesse campo é decorrente de pesquisas desenvolvidas em países do norte, especificamente, em países desenvolvidos. Esses autores observaram que países do sul, como o Brasil, têm realizado poucas pesquisas sobre desengajamento moral, apesar de sua relevância social.

Os resultados denotaram um crescimento do número de investigações sobre desengajamento moral nos anos analisados. Todavia, foi observada a necessidade de mais estudos explicativos, ou seja, que produzam conhecimento sobre a relação causal entre desengajamento moral e o envolvimento em comportamentos imorais. Constatou-se, ainda, que, comparadas às demais fases do curso de vida, a infância e a velhice têm recebido atenção reduzida, ou seja, há poucos estudos com indivíduos com idade acima de 60 anos e crianças até nove anos de idade.

O desengajamento moral tem sido predominantemente investigado no contexto educacional e associado a comportamentos de agressão (física e psicológica) entre adolescentes, destacando-se o *bullying*. Observa-se, ademais, associações entre desengajamento moral e comportamentos antissociais de naturezas diversificadas que se manifestam em contextos educacionais, organizacionais, esportivos, comunitários, familiares, judiciais, de conflitos armados, dentre outros.

Constatou-se, ainda no estudo relatado no segundo capítulo, que o instrumento mais comum para avaliar desengajamento moral é a *Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement* – MSMMD. Considerando que não foram identificados instrumentos no Brasil, a medida foi alvo de um processo de tradução, adaptação e análise de suas propriedades psicométricas em um segundo estudo (Capítulo 3).

Com base na análise de componentes principais e na análise fatorial confirmatória, observou-se que a versão brasileira da MSMMD parece ser multidimensional, sendo o modelo teórico – quatro conjuntos de mecanismos que agrupam oito mecanismos e dão origem a um total a estrutura interna mais adequada para a medida. Contudo, a AFC deste e dos demais modelos apresentou limitações (p.ex., distribuição normal) e indicadores de ajuste problemáticos (CFI e PCFI maus), recomendando-se que sejam obtidas mais evidências de validade baseadas em sua estrutura interna em outras investigações.

A versão brasileira da MSMMD mostrou, ainda, boa consistência interna quando se considerou o total de itens da escala, pois o Alfa de Cronbach ficou acima 0.80 que tem sido considerado um bom coeficiente para esta estimativa de fidedignidade. Todavia, a maioria dos fatores e componentes apresentou alfas inferiores a esse ponto de corte.

No caso da correlação itens-total, os resultados foram análogos aos descritos no parágrafo anterior, uma vez que, para o conjunto todo de itens da MSMMD, os escores tenderam a ficar acima do mínimo estabelecido pela literatura científica, isto é, 0.20. Porém, no caso dos fatores ou componentes, mais itens ficaram abaixo deste patamar de correlação.

Também foram encontradas evidências de validade para a MSMMD baseadas na relação com outras variáveis, mais especificamente, empatia, comportamentos prossociais e atos infracionais. Foi possível verificar, correlações entre empatia que, apesar de fracas, foram significativas e compatíveis com as encontradas na literatura e no intervalo (0.2 a 0.5) considerado baixo, porém adequado quando se tratam de medidas que avaliam construtos relacionados. Também foram observadas associações significativas entre desengajamento moral (total, alguns conjuntos e vários mecanismos) e comportamentos prossociais e atos infracionais.

Embora não esteja isenta de limitações, a versão brasileira da MSMMD pode ser considerada um recurso útil para pesquisas brasileiras sobre desengajamento moral. Ademais, recomenda-se que mais estudos sobre as suas propriedades psicométricas sejam realizados. É necessário, principalmente, investigar a estrutura interna desta escala, já que os resultados denotam que se trata de uma medida multidimensional, mas tanto na ACP quanto nas AFCs foram observadas limitações expressivas.

Por fim, um terceiro estudo (Capítulo 4) foi desenvolvido para verificar associações entre desengajamento moral e variáveis demográficas e educacionais. A partir dos resultados, foi possível identificar que o desengajamento moral está associado ao gênero, à idade, à religião em certo aspecto, ao número de anos estudados, ao tipo de instituição de ensino em que o aluno se insere e às reprovações escolares. Salienta-se que são necessárias

investigações adicionais com delineamentos mais complexos que permitam compreender melhor a relação destas e de outras variáveis demográficas e educacionais com o desengajamento moral.

Não obstante as limitações na validade interna (estudos descritivos etc.) e na validade externa (amostra não randomizada etc.), as três pesquisas que compõem a presente dissertação abrem, ainda que modestamente, caminhos para futuras pesquisas sobre desengajamento moral no contexto brasileiro. Também contribuem para compor o cenário incipiente de pesquisas sobre este construto no Brasil.

Conclui-se que um processo cognitivo capaz de burlar regras morais do próprio indivíduo e permitir seu envolvimento em comportamentos pessoal ou coletivamente prejudiciais merece a atenção dos estudiosos da moralidade. Num processo gradual de “cauterização da consciência”, o desengajamento moral pode levar pessoas comuns a cometerem os atos mais desumanos possíveis, tanto que testemunhamos o crescente índice de violência e corrupção política no país praticadas e “justificadas” por cidadãos “civilizados”, dotados de conhecimento e princípios morais que são violados seletivamente para atender interesses pessoais.

Independentemente do mecanismo utilizado, deveria ser difícil para pessoas que, supostamente, possuem princípios morais mascararem o aspecto imoral de suas condutas, fugirem da responsabilidade ou retirarem a humanidade das vítimas. Todavia, como observado nesta dissertação, os indivíduos se desengajam moralmente a despeito de seus princípios morais para, por exemplo, manter uma homeostase cognitiva, silenciando cognições autocondenatórias, autopunitivas etc.

Para além de conhecer os meios autoexonerativos, é igualmente importante investigar os dispositivos que fortalecem a agência moral pró-ativa, que evitam que os indivíduos violem seus padrões morais, a ponto de, se necessário, sacrificarem seu bem-estar por seus princípios. Logo, há que se pesquisar, também, o engajamento moral.

REFERÊNCIAS

- Alleyne, E., Fernandes, I., & Pritchard, E. (2014). Denying humanness to victims: How gang members justify violent behavior. *Group Processes & Intergroup Relations*, 17(6), 750-762.
- Almeida, A., Correia, I., & Marinho, S. (2010). Moral disengagement, normative beliefs of peer group, and attitudes regarding roles in bullying. *Journal of School Violence*, 9(1), 23-36.
- American Psychological Association. (2017). *American Psychological Association*. Recuperado de: http://dotlib.s3.amazonaws.com/portal/production/editoras/9/pdf/pt-br_1479402564.pdf
- American Psychological Association. (2017). *APA PsycNET*. Recuperado de <http://www.apa.org/pubs/databases/psycnet/fact-sheet.pdf>
- American Psychological Association. (2017). *PsycINFO*. Recuperado de: <http://www.apa.org/pubs/databases/psycinfo/psycinfo-printable-fact-sheet.pdf>
- Araújo, E. P. (2016). Agressão social entre estudantes através das redes sociais virtuais e sua relação com o desengajamento moral. (Dissertação de Mestrado). Recuperado de <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>
- Azzi, R. G. (2011). Desengajamento moral na perspectiva da Teoria Social Cognitiva. *Psicologia Ciência e Profissão*, 31(2), 208-219.
- Bandura, A. (1977). *Social learning theory*. New Jersey: Prentice-Hall.
- Bandura, A. (1978). The self system in reciprocal determinism. *American Psychologist*, 33(4), 344-358.
- Bandura, A. (1986). The explanatory and predictive scope of self-efficacy theory. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 4(3), 359-373.
- Bandura, A. (1990). Selective activation and disengagement of moral control. *Journal of Social Issues*, 46(1), 27-46.
- Bandura, A. (1991). Social cognitive theory of moral thought and action. In W. M. Kurtines, J. Gewirtz, & J. L. Lamb. (Eds.), *Handbook of moral behavior and development* (pp. 45-103). Hillsdale: Erlbaum.
- Bandura, A. (1995). *Multifaceted scale of mechanisms of moral disengagement*. (Available from A. Bandura, Stanford University, Stanford, California 94305-2130).
- Bandura, A. (1999). Moral disengagement in the perpetration of inhumanities. *Personality and Social Psychology Review*, 3(3), 193-209.
- Bandura, A. (2001). Social cognitive theory: An agentic perspective. *Annual Reviews Psychologist* 52(1), 1-26.

- Bandura, A. (2002). Selective moral disengagement in the exercise of moral agency. *Journal of Moral Education, 31*(2), 101-119.
- Bandura, A. (2004). The role of selective moral disengagement in terrorism and counterterrorism. In F. M. Moghaddam, & A. J. Marsella (Eds.), *Understanding terrorism: Psychological roots, consequences and interventions* (pp. 121-250). Washington, DC: APA Press.
- Bandura, A. (2007). Impeding ecological sustainability through selective moral disengagement. *International Journal of Innovation and Sustainable Development, 2*(1), 8-35.
- Bandura, A., Barbaranelli C., Caprara, G. V., & C., Pastorelli. (1996). Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency. *JPSP, 71*(2), 364-374.
- Bandura, A., Caprara, G. V., & Zsolnai, L. (2000). Corporate transgressions through moral disengagement. *Journal of Human Values, 6*, 57-63.
- Bandura, A., Caprara, G. V., Barbaranelli, C., Pastorelli, C., & Regalia, C. (2001). Sociocognitive self-regulatory mechanisms governing transgressive behavior. *Journal of Personality and Social Psychology, 80*(1), 125-135.
- Bandura, A., Underwood, B., & Fromson, M. E. (1975). Disinhibition of aggression through diffusion of responsibility and dehumanization of victims. *Journal of Research in Personality, 9*(4), 253-269.
- Bao, Z., Zhang, W., Lai, X., Sun, W., & Wang, Y. (2015). Parental attachment and Chinese adolescents' delinquency: The mediating role of moral disengagement. *Journal of Adolescence, 44*, 37-47.
- Barbaranelli, C., & Perna, A. (2004). Meccanismi di disimpegno morale nell'applicazione delle normative sulla sicurezza: Contributo empirico. *Risorsa Uomo, 10*(4), 393-415.
- Barchia, K., & Bussey, K. (2011). Individual and collective social cognitive influences on peer aggression: Exploring the contribution of aggression efficacy, moral disengagement, and collective efficacy. *Aggressive Behavior, 37*(2), 107-120.
- Barriga, A. Q., & Gibbs, J. C. (1996). Measuring cognitive distortion in antisocial youth: Development and preliminary validation of the "How I Think" questionnaire. *Aggressive Behavior, 22*(5), 333-343.
- Barsky, A. (2011). Investigating the effects of moral disengagement and participation on unethical work behavior. *Journal of Business Ethics, 104*(1), 59-75.
- Beaudoin, C. A., Cianci, A. M., & Tsakumis, G. T. (2015). The impact of CFOs' incentives and earnings management ethics on their financial reporting decisions: The mediating role of moral disengagement. *Journal of Business Ethics, 128*(3), 505-518.
- Benjamin Jr, L. T., & VandenBos, G. R. (2006). The window on psychology's literature: a history of Psychological Abstracts. *American Psychologist, 61*(9), 941-954.

- Boardley, I. D., & Kavussanu, M. (2007). Development and validation of the moral disengagement in sport scale. *Journal of Sport and Exercise Psychology*, 29(5), 608-628.
- Boardley, I. D., & Kavussanu, M. (2008). The moral disengagement in sport scale—short. *Journal of Sports Sciences*, 26(14), 1507-1517.
- Boardley, I. D., Grix, J., & Dewar, A. J. (2014). Moral disengagement and associated processes in performance-enhancing drug use: a national qualitative investigation. *Journal of Sports Sciences*, 32(9), 836-844.
- Borsa, J. C., Damásio, B. F., & Bandeira, D. R. (2012). Adaptação e validação de instrumentos psicológicos entre culturas: algumas considerações. *Paidéia*, 22(53), 423-432.
- Bussey, K., Quinn, C., & Dobson, J. (2015). The moderating role of empathic concern and perspective taking on the relationship between moral disengagement and aggression. *Merrill-Palmer Quarterly*, 61(1), 10-29.
- Camodeca, M., & Taraschi, E. (2015). Like Father, Like Son?: The Link Between Parents' Moral Disengagement and Children's Externalizing Behaviors. *Merrill-Palmer Quarterly*, 61(1), 173-191.
- Caprara, G. V., & Capanna, C. (2005). Moral-civic disengagement and values. *Ricerche di Psicologia*, 28(1), 67 – 83.
- Caprara, G. V., Barbaranelli, C., Pastorelli, C., Iafrate, C., Beretta, M., Steca, P., & Bandura, A. (2006). La misura del disimpegno morale nel contesto delle trasgressioni dell'agire quotidiano. *Giornale Italiano di Psicologia*, 33(1), 83-106.
- Caprara, G. V., Fida, R., Vecchione, M., Tramontano, C., & Barbaranelli, C. (2009). Assessing civic moral disengagement: Dimensionality and construct validity. *Personality and Individual Differences*, 47(5), 504-509.
- Caprara, G. V., Tisak, M. S., Alessandri, G., Fontaine, R. G., Fida, R., & Paciello, M. (2014). The contribution of moral disengagement in mediating individual tendencies toward aggression and violence. *Developmental Psychology*, 50(1), 71-85.
- Caravita, S. C., Sijtsema, J. J., Rambaran, J. A., & Gini, G. (2014). Peer influences on moral disengagement in late childhood and early adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 43(2), 193-207.
- Card, N. A., Stucky, B. D., Sawalani, G. M., & Little, T. D. (2008). Direct and indirect aggression during childhood and adolescence: A meta-analytic review of gender differences, intercorrelations, and relations to maladjustment. *Child development*, 79(5), 1185-1229.
- Cardwell, S. M., Piquero, A. R., Jennings, W. G., Copes, H., Schubert, C. A., & Mulvey, E. P. (2015). Variability in moral disengagement and its relation to offending in a sample of serious youthful offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 42(8), 819-839.

- Chowdhury, R. M., & Fernando, M. (2014). The relationships of empathy, moral identity and cynicism with consumers' ethical beliefs: The mediating role of moral disengagement. *Journal of Business Ethics, 124*(4), 677-694.
- Christian, J. S., & Ellis, A. P. (2014). The crucial role of turnover intentions in transforming moral disengagement into deviant behavior at work. *Journal of Business Ethics, 119*(2), 193-208.
- Chugh, D., Kern, M. C., Zhu, Z., & Lee, S. (2014). Withstanding moral disengagement: Attachment security as an ethical intervention. *Journal of Experimental Social Psychology, 51*, 88-93.
- Clark, L. A., & Watson, D. (1995). Constructing validity: Basic issues in objective scale development. *Psychological Assessment, 7*, 309-319. doi:10.1037/1040-3590.7.3.309
- Claybourn, M. (2011). Relationships between moral disengagement, work characteristics and workplace harassment. *Journal of Business Ethics, 100*(2), 283-301.
- Codato, M., Shaver, P. R., Testoni, I., & Ronconi, L. (2011). Civic and Moral Disengagement, Weak Personal Beliefs and Unhappiness: A Survey Study of the 'Famiglia Lunga' Phenomenon in Italy. *Testing, Psychometrics, Methodology in Applied Psychology, 18*, 87-97.
- Connelly, S., Dunbar, N. E., Jensen, M. L., Griffith, J., Taylor, W. D., Johnson, G., Hughes, M., Mumford, M. D. (2016). Social categorization, moral disengagement, and credibility of ideological group websites. *Journal of Media Psychology: Theories, Methods, and Applications, 28*(1), 16-31.
- Corrêa, W. G. (2016). Crença de autoeficácia de estudantes para ajudar vítimas de agressão social e mecanismos de desengajamento moral para não as ajudar. (Dissertação de Mestrado). Recuperado de <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>
- Costa, P. J. F. D. S., & Pereira, B. O. (2010). O bullying na escola: A prevalência e o sucesso escolar. *Actas do I Seminário Internacional Contributos da Psicologia em Contexto Educativo*, 1810-1821.
- Damásio, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica, 11*(2), 213-228.
- Davis, M. H. (1983). Measuring individual differences in empathy: evidence for a multidimensional approach. *Journal of Personality and Social Psychology, 44*(1), 113-126.
- DeLisi, M., Peters, D. J., Dansby, T., Vaughn, M. G., Shook, J. J., & Hochstetler, A. (2014). Dynamics of psychopathy and moral disengagement in the etiology of crime. *Youth Violence and Juvenile Justice, 12*(4), 295-314.
- Detert, J. R., Treviño, L. K., & Sweitzer, V. L. (2008). Moral disengagement in ethical decision making: a study of antecedents and outcomes. *Journal of Applied Psychology, 93*(2), 374-391.

- Diário do Pará. (31 de agosto de 2012) Jovem é preso suspeito de roubo de moto. Retirado de <http://www.diarioonline.com.br/noticia-217313-jovem-e-presosuspeito-de-roubo-de-moto.html>
- Duffy, M. K., Scott, K. L., Shaw, J. D., Tepper, B. J., & Aquino, K. (2012). A social context model of envy and social undermining. *Academy of Management Journal*, 55(3), 643-666.
- Egan, V., Hughes, N., & Palmer, E. J. (2015). Moral disengagement, the dark triad, and unethical consumer attitudes. *Personality and Individual Differences*, 76, 123-128.
- Fida, R., Paciello, M., Tramontano, C., Fontaine, R. G., Barbaranelli, C., & Farnese, M. L. (2015). An integrative approach to understanding counterproductive work behavior: The roles of stressors, negative emotions, and moral disengagement. *Journal of Business Ethics*, 130(1), 131-144.
- Fontaine, R. G., Fida, R., Paciello, M., Tisak, M. S., & Caprara, G. V. (2014). The mediating role of moral disengagement in the developmental course from peer rejection in adolescence to crime in early adulthood. *Psychology, Crime & Law*, 20(1), 1-19.
- Fossati, A., Pincus, A. L., Borroni, S., Munteanu, A. F., & Maffei, C. (2014). Are pathological narcissism and psychopathy different constructs or different names for the same thing? A study based on Italian nonclinical adult participants. *Journal of Personality Disorders*, 28(3), 394-418.
- Gabbiadini, A., Andrighetto, L., & Volpato, C. (2012). Brief report: Does exposure to violent video games increase moral disengagement among adolescents? *Journal of Adolescence*, 35(5), 1403-1406.
- Galán, C. A., Choe, D. E., Forbes, E. E., & Shaw, D. S. (2017). Interactions between empathy and resting heart rate in early adolescence predict violent behavior in late adolescence and early adulthood. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 58(12), 1370-1380.
- Gaspar, J. P., Seabright, M. A., Reynolds, S. J., & Yam, K. C. (2015). Counterfactual and factual reflection: The influence of past misdeeds on future immoral behavior. *The Journal of Social Psychology*, 155(4), 370-380.
- George, D., & Mallery, P. (2003). *SPSS for Windows step by step: A simple guide and reference*. (4th ed.). Boston: Allyn & Bacon.
- Gini, G., Albiero, P., Benelli, B., & Altoè, G. (2007). Does empathy predict adolescents' bullying and defending behavior? *Aggressive Behavior*, 33(5), 467-476.
- Gini, G., Pozzoli, T., & Bussey, K. (2014). Collective moral disengagement: Initial validation of a scale for adolescents. *European Journal of Developmental Psychology*, 11(3), 386-395.
- Gini, G., Pozzoli, T., & Bussey, K. (2015). Moral disengagement moderates the link between psychopathic traits and aggressive behavior among early adolescents. *Merrill-Palmer Quarterly*, 61(1), 51-67.

- Gini, G., Pozzoli, T., & Hymel, S. (2014). Moral disengagement among children and youth: A meta-analytic review of links to aggressive behavior. *Aggressive Behavior, 40*(1), 56-68.
- Gino, F., Norton, M. I., & Ariely, D. (2010). The counterfeit self: The deceptive costs of faking it. *Psychological Science, 21*(5), 712-720.
- Graaff, M. C., Schut, M., Verweij, D. E., Vermetten, E., & Giebels, E. (2016). Emotional reactions and moral judgment: the effects of morally challenging interactions in military operations. *Ethics & Behavior, 26*(1), 14-31.
- Gutzwiller-Helfenfinger, E. (2015). Moral disengagement and aggression: Comments on the special issue. *Merrill-Palmer Quarterly, 61*(1), 192-211.
- Haddock, A. D., & Jimerson, S. R. (2017). An Examination of Differences in Moral Disengagement and Empathy Among Bullying Participant Groups. *Journal of Relationships Research, 8*(15), 1-15.
- Hardy, S. A., Bean, D. S., & Olsen, J. A. (2015). Moral identity and adolescent prosocial and antisocial behaviors: Interactions with moral disengagement and self-regulation. *Journal of Youth and Adolescence, 44*(8), 1542-1554.
- Helm, C., & Morelli, M. (1979). Stanley Milgram and the obedience experiment: Authority, legitimacy, and human action. *Political Theory, 7*(3), 321-345.
- Hodge, K., Hargreaves, E. A., Gerrard, D., & Lonsdale, C. (2013). Psychological mechanisms underlying doping attitudes in sport: motivation and moral disengagement. *Journal of Sport and Exercise Psychology, 35*(4), 419-432.
- Hymel, S., Rocke-Henderson, N., & Bonanno, R. A. (2005). Moral disengagement: A framework for understanding bullying among adolescents. *Journal of Social Sciences, 8*(1), 1-11.
- Iglesias, F. (2008). Desengajamento moral. In A. Bandura, R. G. Azzi, S. Polydoro, & cols. (Eds.), *Teoria Social Cognitiva* (pp. 165 – 176). Porto Alegre: Artmed.
- Jang, S. J. (2017). Religiosity, Crime, and Drug Use Among Juvenile Offenders: A Latent Growth Modeling Approach. *Journal of Quantitative Criminology, 1*-34.
- Kavussanu, M., & Boardley, I. D. (2009). The prosocial and antisocial behavior in sport scale. *Journal of Sport and Exercise Psychology, 31*(1), 97-117.
- Kavussanu, M., Hatzigeorgiadis, A., Elbe, A. M., & Ring, C. (2016). The moral disengagement in doping scale. *Psychology of Sport and Exercise, 24*, 188-198.
- Kavussanu, M., Ring, C., & Kavanagh, J. (2015). Antisocial behavior, moral disengagement, empathy and negative emotion: A comparison between disabled and able-bodied athletes. *Ethics & Behavior, 25*(4), 297-306.
- Kish-Gephart, J., Detert, J., Treviño, L. K., Baker, V., & Martin, S. (2014). Situational moral disengagement: Can the effects of self-interest be mitigated? *Journal of Business Ethics, 125*(2), 267-285.

- Koenig H. G., King, D., & Carson V. B. (2012). *Handbook of Religion and Health*. New York: Oxford University Press.
- Krakowiak, K. M., & Tsay-Vogel, M. (2011). The role of moral disengagement in the enjoyment of real and fictional characters. *International Journal of Arts and Technology*, 4(1), 90-101.
- Krakowiak, K. M., & Tsay-Vogel, M. (2013). What makes characters' bad behaviors acceptable? The effects of character motivation and outcome on perceptions, character liking, and moral disengagement. *Mass Communication and Society*, 16(2), 179-199.
- Krakowiak, K. M., & Tsay-Vogel, M. (2015). The dual role of morally ambiguous characters: Examining the effect of morality salience on narrative responses. *Human Communication Research*, 41(3), 390-411.
- Lee, C., Segal, R., Kimberlin, C., Smith, W. T., & Weiler, R. M. (2014). Reliability and validity for the measurement of moral disengagement in pharmacists. *Research in Social and Administrative Pharmacy*, 10(2), 297-312.
- Lima Júnior, E. J. D. (2016). *Percepção de agressão social entre estudantes do ensino médio e sua relação com o desengajamento moral*. (Dissertação de Mestrado). Recuperado de <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br>
- Loyens, K. (2014). Rule bending by morally disengaged detectives: An ethnographic study. *Police Practice and Research*, 15(1), 62-74.
- Malley-Morrison, K., Caputi, R., Gutowski, E., Campbell, T., Estuar, M. R. E., Akhurst, J., ... & McCarthy, S. (2015). Engaging moral agency for human rights: Outlooks from the Global South. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, 21(1), 68-88.
- Marôco, J. (2010). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações*. Pêro Pinheiro: ReportNumber
- McAlister, A. L. (2001). Moral disengagement: Measurement and modification. *Journal of Peace Research*, 38(1), 87-99.
- McFerran, B., Aquino, K., & Duffy, M. K. (2010). Individual predictors of the commitment to integrity: The role of personality and moral identity. *Business Ethics Quarterly*, 20(1), 35-56.
- Mognon, J. F., & Santos, A. A. A. D. (2014). Self-efficacy to drive, impulsivity and moral disengagement in drivers. *Psico-USF*, 19(3), 457-466.
- Moore, C., Detert, J. R., Treviño, L. K., Baker, V. L., & Mayer, D. M. (2012). Why employees do bad things: Moral disengagement and unethical organizational behavior. *Personnel Psychology*, 65(1), 1-48.
- Moore, C., Detert, J. R., Treviño, L. K., Baker, V. L., & Mayer, D. M. (2012). Why employees do bad things: Moral disengagement and unethical organizational behavior. *Personnel Psychology*, 65(1), 1-48.

- Moremen, R. D. (2005). What is the meaning of life? Women's spirituality at the end of the life span. *OMEGA-Journal of Death and Dying*, 50(4), 309-330.
- Neto, I. L., Iglesias, F., & Günther, H. (2012). Uma medida de justificativas de motoristas para infrações de trânsito. *Psico*, 43(1), 7-13.
- Newton, N. C., Barrett, E. L., Swaffield, L., & Teesson, M. (2014). Risky cognitions associated with adolescent alcohol misuse: Moral disengagement, alcohol expectancies and perceived self-regulatory efficacy. *Addictive Behaviors*, 39(1), 165-172.
- Newton, N. C., Havard, A., & Teesson, M. (2012). The association between moral disengagement, psychological distress, resistive self-regulatory efficacy and alcohol and cannabis use among adolescents in Sydney, Australia. *Addiction Research & Theory*, 20(3), 261-269.
- Newton, N. C., Stapinski, L. A., Champion, K. E., Teesson, M., & Bussey, K. (2016). The reliability and validity of the Australian moral disengagement scale. *Behavior Change*, 33(3), 136-149.
- Niebieszczanski, R., Harkins, L., Judson, S., Smith, K., & Dixon, L. (2015). The role of moral disengagement in street gang offending. *Psychology, Crime & Law*, 21(6), 589-605.
- Nunes, C. H. S. S., & Primi, R. (2010). Aspectos técnicos e conceituais da ficha de avaliação dos testes psicológicos. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Avaliação Psicológica: Diretrizes na Regulamentação da Profissão* (pp. 101-128). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Obermann, M. L. (2011). Moral disengagement in self-reported and peer-nominated school bullying. *Aggressive Behavior*, 37(2), 133-144.
- Obermann, M. L. (2013). Temporal aspects of moral disengagement in school bullying: crystallization or escalation? *Journal of School Violence*, 12(2), 193-210.
- Osofsky, M. J., Bandura, A., & Zimbardo, P. G. (2005). The role of moral disengagement in the execution process. *Law and Human Behavior*, 29(4), 371-393.
- Paciello, M., Fida, R., Cerniglia, L., Tramontano, C., & Cole, E. (2013a). High cost helping scenario: The role of empathy, prosocial reasoning and moral disengagement on helping behavior. *Personality and Individual Differences*, 55(1), 3-7.
- Paciello, M., Fida, R., Tramontano, C., Cole, E., & Cerniglia, L. (2013b). Moral dilemma in adolescence: The role of values, prosocial moral reasoning and moral disengagement in helping decision making. *European Journal of Developmental Psychology*, 10(2), 190-205.
- Paciello, M., Fida, R., Tramontano, C., Lupinetti, C., & Caprara, G. V. (2008). Stability and change of moral disengagement and its impact on aggression and violence in late adolescence. *Child Development*, 79(5), 1288-1309.
- Page, T. E., Pina, A., & Giner-Sorolla, R. (2016). "It Was Only Harmless Banter!" The development and preliminary validation of the moral disengagement in sexual harassment scale. *Aggressive Behavior*, 42, 254-273.

- Parente, T. A., & Iaochite, R. T. (2015, Maio). Identificando a presença de bullying e o desengajamento moral nas aulas de Educação Física na escola. Trabalho apresentado em *Seminário Internacional “Teoria Social Cognitiva em Debate”*, Campinas – SP.
- Pasquali, L. (2001). *Técnicas de exame psicológico – TEP: Manual*. São Paulo: Casa do Psicólogo, Conselho Federal de Psicologia.
- Passini, S. (2012). The delinquency–drug relationship: The influence of social reputation and moral disengagement. *Addictive Behaviors*, 37(4), 577-579.
- Pelton, J., Gound, M., Forehand, R., & Brody, G. (2004). The moral disengagement scale: Extension with an American minority sample. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 26(1), 31-39.
- Perren, S., Rumetsch, U., Gutzwiller-Helfenfinger, E., & Malti, T. (2012). *Moral justifications for bullying (MOJUS): The development of a survey measure*. Submitted for publication.
- Pozzoli, T., Gini, G., & Vieno, A. (2012). Individual and class moral disengagement in bullying among elementary school children. *Aggressive Behavior*, 38(5), 378-388.
- Quinn, C. A., & Bussey, K. (2015a). The role of moral disengagement in underage drinking and heavy episodic drinking. *Substance Use & Misuse*, 50(11), 1437-1448.
- Quinn, C. A., & Bussey, K. (2015b). Moral disengagement, anticipated social outcomes and adolescents’ alcohol use: Parallel latent growth curve analyses. *Journal of Youth and Adolescence*, 44(10), 1854-1870.
- Ribas, R. D. C., Portugal, C. M., Pitrowsky, L. T., Cunha, M. P. D., Blanco, P. R., Pimmingstorfer Gimena, R. N., & Vilarinho, Y. C. (2009). A Psicologia Social no Brasil (1986-2006): Uma avaliação bibliométrica baseada no PsycINFO. *Interamerican Journal of Psychology*, 43(3), 532-540.
- Ribeaud, D., & Eisner, M. (2010). Are moral disengagement, neutralization techniques, and self-serving cognitive distortions the same? Developing a unified scale of moral neutralization of aggression. *International Journal of Conflict and Violence*, 4(2), 298-315.
- Rubio-Garay, F., Amor P. J. & Carrasco M. A. (2017). Dimensionality and psychometric properties of the spanish version of the mechanisms of moral disengagement scale (MMDS-S). *Revista de Psicopatología y Psicología Clínica*, 22(1), 43-54.
- Rubio-Garay, F., Carrasco, M. A., & Amor, P. J. (2016). Aggression, anger and hostility: Evaluation of moral disengagement as a mediational process. *Scandinavian journal of psychology*, 57(2), 129-135.
- Sampaio, L. R., Guimarães, P. R. B., Camino, C. P. S., Formiga, N. S., & Menezes, I. G. (2011). Estudos sobre a dimensionalidade da empatia: Tradução e adaptação do Interpersonal Reactivity Index (IRI). *Psico*, 42(1), 67-76.

- Sampaio, M. I. C. (2013). *Qualidade de artigos incluídos em revisão sistemática: comparação entre latino-americanos e de outras regiões* (Tese de doutorado). Recuperado de <http://www.teses.usp.br>
- Sanders, M. S., & Tsay-Vogel, M. (2016). Beyond heroes and villains: Examining explanatory mechanisms underlying moral disengagement. *Mass Communication and Society, 19*(3), 230-252.
- Sharvit, K., Brambilla, M., Babush, M., & Colucci, F. P. (2015). To feel or not to feel when my group harms others? The regulation of collective guilt as motivated reasoning. *Personality and Social Psychology Bulletin, 41*(9), 1223-1235.
- Shepherd, D. A., Patzelt, H., & Baron, R. A. (2013). "I care about nature, but...": Disengaging values in assessing opportunities that cause harm. *Academy of Management Journal, 56*(5), 1251-1273.
- Shields, D. L., Funk, C. D., & Bredemeier, B. L. (2015). Predictors of moral disengagement in sport. *Journal of Sport and Exercise Psychology, 37*(6), 646-658.
- Shu, L. L., Gino, F., & Bazerman, M. H. (2011). Dishonest deed, clear conscience: When cheating leads to moral disengagement and motivated forgetting. *Personality and Social Psychology Bulletin, 37*(3), 330-349.
- Shulman, E. P., Cauffman, E., Piquero, A. R., & Fagan, J. (2011). Moral disengagement among serious juvenile offenders: a longitudinal study of the relations between morally disengaged attitudes and offending. *Developmental Psychology, 47*(6), 1619-1632.
- Solís, I. H. (2014). *Factores Vinculados con el papel que asumen los alumnos involucrados en el maltrato entre iguales (bullying)* (Tese de doutorado). Recuperado de <http://132.248.9.195/ptd2014/febrero/098103160/098103160.pdf>
- Sticca, F., & Perren, S. (2015). The chicken and the egg: longitudinal associations between moral deficiencies and bullying: a parallel process latent growth model. *Merrill-Palmer Quarterly, 61*(1), 85-100.
- Sykes, G. M., & Matza, D. (1957). Techniques of neutralization: A theory of delinquency. *American Sociological Review, 22*(6), 664-670.
- Tanrikulu, I., & Campbell, M. A. (2015). Sibling bullying perpetration: associations with gender, grade, peer perpetration, trait anger, and moral disengagement. *Journal of Interpersonal Violence, 30*(6), 1010-1024.
- Tognetta, L. R. P., Avilés, J. M., Rosário, P., & Alonso, N. (2015). Desengajamentos morais, autoeficácia e bullying: A trama da convivência. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación, 2*(1), 30-34.
- Traclet, A., Moret, O., Ohl, F., & Clémence, A. (2015). Moral disengagement in the legitimation and realization of aggressive behavior in soccer and ice hockey. *Aggressive Behavior, 41*(2), 123-133.

- Tsai, J. J., Wang, C. H., & Lo, H. J. (2014). Locus of control, moral disengagement in sport, and rule transgression of athletes. *Social Behavior and Personality: An International Journal*, *42*(1), 59-68.
- UNODC (2013). Global study on homicide. Vienna. Recuperado em 27 de outubro de 2015 de https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/GSH2013/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf
- Van Cleemput, K., Vandebosch, H., & Pabian, S. (2014). Personal characteristics and contextual factors that determine “helping,” “joining in,” and “doing nothing” when witnessing cyberbullying. *Aggressive Behavior*, *40*(5), 383-396.
- Visconti, K. J., Ladd, G. W., & Kochenderfer-Ladd, B. (2015). The role of moral disengagement in the associations between children's social goals and aggression. *Merrill-Palmer Quarterly*, *61*(1), 101-123.
- Wachs, S. (2012). Moral disengagement and emotional and social difficulties in bullying and cyberbullying: Differences by participant role. *Emotional and Behavioural Difficulties*, *17*(3-4), 347-360.
- Walters, G. D. (2017). Procedural justice, legitimacy beliefs, and moral disengagement in emerging adulthood: Explaining continuity and desistance in the moral model of criminal lifestyle development. *Law and Human Behavior*, 1-13.
- Walters, G. D., & DeLisi, M. (2015). Psychopathy and violence: Does antisocial cognition mediate the relationship between the PCL: YV factor scores and violent offending? *Law and Human Behavior*, *39*(4), 1-10.
- Wang, C., Ryoo, J. H., Swearer, S. M., Turner, R., & Goldberg, T. S. (2017). Longitudinal relationships between bullying and moral disengagement among adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, *46*(6), 1304-1317.
- Wang, D., & Chen, Z. (2016). Relationships between moral disengagement in sport and prosocial and antisocial behaviors in Chinese athletes. *Acta Psychologica Sinica*, *48*(3), 305-317.
- Wang, X., & Yang, J. (2010). Reliability and validity of moral disengagement scale in Chinese students. *Chinese Journal of Clinical Psychology*, *18*(2), 177-179.
- Wang, X., Yang, L., Gao, L., Yang, J., Lei, L., & Wang, C. (2017). Childhood maltreatment and Chinese adolescents' bullying and defending: The mediating role of moral disengagement. *Child Abuse & Neglect*, *69*, 134-144.
- Welsh, D. T., Ordóñez, L. D., Snyder, D. G., & Christian, M. S. (2015). The slippery slope: How small ethical transgressions pave the way for larger future transgressions. *Journal of Applied Psychology*, *100*(1), 114-127.
- White, J., Bandura, A., & Bero, L. A. (2009). Moral disengagement in the corporate world. *Accountability in Research*, *16*(1), 41-74.

- WHO. World Health Organization. (1986). Young people's health – a challenge for society. Report of a WHO study group on young people and health for all. Technical Report Series 731. Geneva: WHO.
- WHO. World Health Organization. (2002). World report on violence and health. Geneva: WHO.
- Yang, J. P., & Wang, X. C. (2012). Effect of moral disengagement on adolescents' aggressive behavior: Moderated mediating effect. *Acta Psychologica Sinica*, 44(8), 1075-1085.

APÊNDICE A

Versões da escala *Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement* (Bandura, et al., 1996) traduzidas para outros idiomas.

Versão espanhola (Rubio-Garay, Amor & Carrasco, 2017).

Versão chinesa (Yang & Wang, 2012).

Versão chinesa (Wang & Yang, 2010).

Versão dinamarquesa (Obermann, 2011).

Versão castelhana conhecida como Escala de Desconexión Moral (Solís, 2014).

Versões da *Mechanisms of Moral Disengagement* (Bandura, et al., 1996) reduzidas.

Versão reduzida para 13 itens (Newton, Havard & Teesson, 2012).

Versão revisada e reduzida para 17 itens (Gabbiadini, Andrighetto & Volpato, 2012).

Versão reduzida para 12 itens (Doramajian & Bukowski, 2015).

Versão da reduzida para 20 itens (Visconti, Ladd & Kochenderfer-Ladd, 2015).

Escalas de DM desenvolvidas para diferentes contextos de pesquisa

Moral Disengagement Scale (Caprara, Pastorelli, & Bandura, 1995). É um dos primeiros instrumentos utilizados em estudos sobre DM (Gini, Pozzoli & Hymel, 2014). Apresenta duas opções de medidas de DM, contendo 14 e 24 itens que foram adaptados para crianças e adolescentes, respectivamente (Caravita, Sijtsema, Rambaran & Gini, 2014). Os itens da medida para crianças estão presentes na *Multifaceted scale of Mechanisms of Moral Disengagement* (Bandura et al., 1996) e, com base na classificação dos mecanismos, esta medida não considerou o mecanismo de Difusão da Responsabilidade entre seus itens (Pozzoli, Gini & Vieno, 2012).

P propensity to Morally Disengage Scale (Moore, Detert, Treviño, Baker & Mayer 2012). Escala unidimensional destinada ao público adulto. Contem oito itens abordando os oito mecanismos de DM com base em condutas imorais como mentir, enganar e roubar. Ex. do item: “As pessoas não devem ser responsabilizadas por fazerem coisas questionáveis quando estavam apenas fazendo o que uma figura de autoridade lhes disse para fazer” (Difusão da Responsabilidade).

Moral Disengagement in Doping Scale (Kavussanu, Hatzigeorgiadis, Elbe & Ring, 2016): Escala unidimensional específica para comportamentos de doping. Possui seis itens e não inclui os mecanismos de Desumanização e Atribuição de Culpa. É uma escala do tipo Likert de sete pontos (discordo fortemente – concordo fortemente). Os índices de consistência interna foram $\alpha=0.86$ e $\alpha=0.82$ nas duas respectivas avaliações. Ex. do item: “Doping é apenas uma forma para ‘maximizar seu potencial’ (Linguagem Eufemística)”.

Moral Disengagement in Sport Scale - Short (Boardley & Kavussanu, 2008). Instrumento unidimensional validado para o contexto do esporte. Possui oito itens, um para cada mecanismo de DM pontuados em um continuum de sete pontos (discordo fortemente à concordo fortemente). Alfa de Cronbach na primeira ($\alpha=0.80$) e segunda avaliação ($\alpha=0.85$). Ex. do item: “Jogadores que são maltratados geralmente fizeram algo para merecer (Atribuição de Culpa)”.

Moral Disengagement in Sexual Harassment Scale (Page, Pina & Giner-Sorolla, 2016). Escala unidimensional específica para comportamentos de assédio sexual no ambiente de trabalho. Destina-se ao público adulto masculino e não contempla comportamentos significativos para pessoas com orientações exclusivamente homossexuais. Os 32 itens representam cada um dos oito mecanismos de DM e são apresentados em uma escala tipo Likert de sete pontos (discordo fortemente – concordo fortemente). Os índices de consistência

interna nos respectivos estudos foram: $\alpha=0.95$, $\alpha=0.97$ e $\alpha=0.98$. Ex. do item: “Geralmente as mulheres conseguem emprego com base em sua aparência, e, portanto, deveriam esperar receber comentários sexuais de colegas do sexo masculino sobre sua aparência (Justificação Moral)”.

Underage Drinking Disengagement Scale (Quinn & Bussey, 2015b). Escala específica para o consumo de álcool por adolescentes. O instrumento unifatorial possui 18 itens que podem ser pontuados em uma escala tipo Likert de cinco pontos (discordo fortemente à concordo fortemente). Os mecanismos de Desumanização e Atribuição de Culpa não são considerados nesta escala. Alfa de Cronbach 0.93 e 0.95. Ex. do item: “Tudo bem para adolescentes usarem álcool se isso os ajuda a se tornarem mais confiantes em festas” (Justificação Moral).

Moral Disengagement Scale¹ encontrada em Paciello, Fida, Tramontano, Lupinetti, e Caprara (2008): A escala usada neste estudo contém 32 itens adaptados da *Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement* (Bandura et al., 1996) para adolescentes e jovens adultos. Dessa forma, itens da medida original como “Se crianças estão vivendo em más condições elas não podem ser culpadas por se comportarem agressivamente”, foram encontrados na presente escala como “Se jovens estão vivendo em más condições em seu bairro, eles não podem ser culpados por se comportarem agressivamente” (Deslocamento de Responsabilidade).

Moral Disengagement Scale (Detert, Treviño & Sweitzer, 2008): Os itens podem ser pontuados em uma escala tipo Likert de cinco pontos (discordo fortemente à concordo fortemente). É uma escala adaptada para o público adulto. Ex. do item: “Você não pode culpar uma pessoa que desempenhou apenas uma pequena parte no dano causado por um grupo”. A escala é multifatorial (oito fatores) e o alfa de Cronbach para esta medida foi 0.87. A partir da análise estatística dos 32 itens, os autores selecionaram três itens para cada um dos oito mecanismos de DM para minimizar a extensão da escala, optando assim, por uma versão de 24 itens.

Work Moral Disengagement (Fida, Paciello, Tramontano, Fontaine, Barbaranelli & Farnese, 2014). Esta escala foi desenvolvida em conjunto com outras medidas, sendo elas a de Bandura et al. (1996), a escala de Barsky et al., (2006) e a escala de Barbaranelli e Perna (2004). São 24 itens que podem ser medidos em uma escala de cinco pontos (1-em completo desacordo à 5-concordo completamente). A escala é destinada a adultos e adaptada ao contexto organizacional. Ex. do item: “Pessoas que são ridicularizadas no trabalho geralmente merecem isso” (Atribuição de Culpa). Alfa de Cronbach 0.89.

Classroom Collective Moral Disengagement (Gini, Pozzoli & Bussey, 2014). Esta escala foi desenvolvida para adolescentes com o objetivo de acessar o DM coletivo de estudantes em uma sala de aula. A escala unifatorial possui 17 itens abordando todos os mecanismos de DM. O alfa de Cronbach foi 0.84. Ex. do item: “Tudo bem insultar um colega de classe porque bater nele/nela é pior” (Comparação Vantajosa). Os alunos indicam em que medida as crianças em sala de aula concordam com as afirmações através de uma escala de cinco pontos: “Nenhuma (0%)”, “Aproximadamente um quarto (25%)”, “Aproximadamente metade (50%)”, “Aproximadamente três quartos (75%)” e “Todos (100%)”.

Moral Disengagement Scale (Hymel, Rocke-Henderson & Bonanno, 2005). A escala explora comportamentos de *bullying*. É uma medida unidimensional destinada a adolescentes e mostrou boa consistência interna ($\alpha=0.81$). Possui 13 itens que podem ser respondidos em

¹ Esta medida é reportada como paralela à medida de Bandura et al. (1996) como pode ser visto em Caprara et al. (2014). Contudo, observa-se diferenças entre as duas medidas que muitas vezes não são apontadas nos artigos. No estudo de Fontaine et al., (2014), por exemplo, as duas escalas são referenciadas para a medida usada, entretanto, trata-se da versão encontrada em Paciello et al., (2008) e não da versão de Bandura et al., (1996).

uma escala Likert de quatro pontos. A escala possui itens com pontuação inversa, como: “É minha responsabilidade intervir ou não quando vejo *bullying*”.

Cyber Bullying Moral Disengagement Scale (Bussey, Fitzpatrick & Raman, 2014). Medida unifatorial adaptada a situações de *cyberbullying*. Contem oito itens representando cada mecanismo de DM e podem ser pontuados em uma escala Likert (1=não concordo à 4=concordo totalmente). A medida revelou um modelo unifatorial para os dados. Ex. do item: “Tudo bem enviar uma mensagem maldosa para alguém usando um telefone móvel ou a internet se ele/ela tiver debochado de seus amigos (Justificação Moral)”. O alfa de Cronbach foi 0.85.

Moral Justifications for Bullying (Perren, Rumetsch, Gutzwiller-Helfenfinger & Malti, 2012). Antes de preencher o instrumento, são apresentados dois cenários hipotéticos sobre *bullying* que descrevem situações de exclusão social e humilhação entre pares (Sticca & Perren, 2015). A medida contém 11 itens que avaliam o DM e podem ser pontuados segundo o grau de concordância do participante para justificar essas situações (1=não é verdade à 4=verdade). Os itens geraram um conjunto unifatorial e o alfa de Cronbach variou entre 0.86 e 0.91. Ex. do item: “Aquele colega de classe merece”.

Moral Disengagement Inventory (Lee, Segal, Kimberlin, Smith & Weiler, 2014): É uma escala que mensura DM em profissionais farmacêuticos na relação com pacientes que apresentam comportamentos que contribuem para a sua condição de doença. São duas escalas destinadas a comportamentos específicos: uso de tabaco por pacientes asmáticos e a não aderência de pacientes asmáticos ao tratamento. A escala possui 23 itens, 11 destinados aos pacientes fumantes ($\alpha=0.81$) e 12 aos pacientes que não aderem ao tratamento médico para sua condição de saúde ($\alpha=0.78$). Os itens abordam os mecanismos de Justificação Moral, Deslocamento da Responsabilidade, Difusão da Responsabilidade, Atribuição de Culpa e Desumanização. É um instrumento Likert de quatro pontos (discordo fortemente à concordo fortemente). Ex. do item: “Fumantes que sofrem de doenças relacionadas ao fumo merecem sofrer” (Atribuição de Culpa).

Moral Disengagement in Bullying Scale (Thornberg & Jungert, 2013). Escala adaptada para situações de *bullying* entre crianças em idade escolar. Os 18 itens representam sete mecanismos de DM excluindo-se apenas o mecanismo de Desumanização e são pontuados em uma escala Likert de sete pontos (1=discordo à 7=concordo). Ex. do item: “Se as pessoas são estranhas é sua própria culpa se elas são alvo de *bullying*” (Atribuição de Culpa). Alfa de Cronbach foi 0.84.

Moral Disengagement in Sport Scale (Tsai, Lo & Kuan, 2012). Escala chinesa adaptada ao contexto do esporte e desenvolvida com base na medida de Boardley e Kavussanu (2007). Contem 32 itens que representam os oito mecanismos de DM medidos em uma escala Likert de sete pontos (1=discordo fortemente à 7=concordo fortemente). Os alfas de Cronbach dos oito fatores foram: $\alpha=0.95$, $\alpha=0.90$, $\alpha=0.88$, $\alpha=0.89$, $\alpha=0.89$, $\alpha=0.81$, $\alpha=0.84$ e $\alpha=0.77$.

Escala de Desengajamento Moral (Krakowiak & Tsay-Vogel, 2011): A escala deve ser respondida com base em uma história de três alpinistas que buscam chegar ao topo do Monte Everest. Os personagens se deparam com situações que exigem posicionamento moral e suas decisões são avaliadas pelos respondentes na escala. A escala contem 13 itens ($\alpha=0.86$) que abordam cinco mecanismos de DM, excluindo-se os mecanismos de Linguagem Eufemística, Desumanização e Deslocamento da Responsabilidade. Ex. do item: “Tudo bem para Craig e Philip deixar Jon para trás porque eles sabiam que ele seria salvo” (Justificação Moral).

Moral Disengagement Scale (McFerran, Aquino & Duffy, 2010): Esta medida contém 15 itens que mensuram DM no ambiente de trabalho e podem ser pontuados em uma escala tipo Likert com sete opções de resposta ($\alpha=0.91$). Ex. do item: “Caçoar de seus colegas de

trabalho não os magoa realmente” (distorção das consequências) (Duffy, Scott, Shaw, Tepper & Aquino, 2012).

Civic and Moral disengagement (Caprara et al., 2006). Escala aborda transgressões “leves” do cotidiano de adolescentes e adultos. A medida unidimensional possui 40 itens ($\alpha=0.94$) correspondentes aos oito mecanismos (Caprara, Fida, Vecchione, Tramontano & Barbaranelli, 2009). Ex. do item: “Quando não há serviços eficientes para o descarte do lixo, não faz sentido censurar os cidadãos que deixam lixo na rua” (Deslocamento da Responsabilidade).

Moral Disengagement Scale (Barsky, 2011). Escala adaptada ao contexto organizacional e simplificada para utilizar apenas os itens correspondentes aos mecanismos de justificação moral e deslocamento de responsabilidade. A análise fatorial revelou uma medida bidimensional. Os itens podem ser pontuados em uma escala Likert de sete pontos (1-discordo fortemente a 7-concordo fortemente). Ex. do item: “Os funcionários não podem ser culpados de transgressão se eles sentem que seu chefe os pressionou” (Deslocamento da Responsabilidade).

Moral disengagement scale adaptada por Claybourn (2011). Medida adaptada para o contexto organizacional para ser utilizada com amostras de adultos. Nenhuma informação adicional sobre análises psicométricas da medida foi apresentada no estudo.

Moral disengagement scale for peer aggression (Barchia & Bussey, 2011). Os autores da medida mantiveram os itens da escala de Bandura et al. (1996) referentes à agressão entre pares e acrescentaram outros itens que abordavam tal comportamento. A medida unidimensional possui 14 itens incluindo agressão física, verbal, psicológica e *bullying* ($\alpha=0.86$).

Moral disengagement about cheating scale (Shu, Gino & Bazerman, 2011). Medida de DM específica para o contexto de violações de regras e princípios éticos através de comportamentos como trapacear e enganar. A medida unifatorial ($\alpha=0.90$) é destinada a adultos e possui seis itens que podem ser pontuados em uma escala tipo Likert de sete pontos (-3=discordo fortemente a +3=concordo fortemente). Ex. do item: “Os resultados finais são mais importantes do que os meios pelos quais se prosseguem tais resultados” (Distorção das Consequências).

APÊNDICE B

Resultado do processo de tradução e adaptação dos itens da Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement (Bandura et al., 1996).

Instrumento Original	Instrumento adaptado	Tradução Reversa
1. It is alright to fight to protect your friends.	1. Tudo bem brigar para proteger seus amigos.	1) It is alright to fight to protect your friends.
2. Slapping and shoving someone is just a way of joking.	2. Dar tapas e empurrar alguém são apenas formas de brincar.	2) Slapping and pushing someone is just a way of playing.
3. Damaging some property is no big deal when you consider that others are beating people up.	3. Estragar uma propriedade de alguém não é tão importante quando você considera que pessoas batem umas nas outras.	3) Spoiling someone's property is not so important when you consider that people hit each other.
4. A kid in a gang should not be blamed for the trouble the gang causes.	4. Uma pessoa que participa de uma gangue não deve ser culpada pelos problemas que a gangue causa.	4) A person who participates in a gang should not be blamed for the problems that the gang causes.
5. If kids are living under bad conditions they cannot be blamed for behaving aggressively.	5. Se pessoas estão vivendo em más condições, elas não podem ser culpadas por se comportarem agressivamente.	5) If people are living in poor conditions, they can not be blamed for behaving aggressively.
6. It is okay to tell small lies because they don't really do any harm.	6. Não tem problema contar pequenas mentiras porque elas não prejudicam tanto assim.	6) It's okay to tell little lies because they don't do that much harm.
7. Some people deserve to be treated like animals.	7. Algumas pessoas merecem ser tratadas como animais.	7) Some people deserve to be treated like animals.
8. If kids fight and misbehave in school it is their teacher's fault.	8. Se estudantes brigam e se comportam mal na escola, a culpa é de seus professores.	8) If students fight and behave badly at school, it is their teachers' fault.
9. It is alright to beat someone who bad mouths your family.	9. Tudo bem bater em pessoas que xingam pessoas da sua família.	9) It is okay to hit people who curse people from your family.
10. To hit obnoxious classmates is just giving them "a lesson."	10. Bater em colegas da sala de aula que são detestáveis é apenas uma forma de dar "uma lição" neles.	10) Hitting classmates who are detestable is just a way of teaching them "a lesson".
11. Stealing some money is not too serious compared to those who steal a lot of money.	11. Roubar pouco dinheiro não é tão errado comparado a pessoas que roubam muito dinheiro.	11) Stealing a little money isn't so wrong compared to people who steal a lot of money.
12. A kid who only suggests breaking rules should not be blamed if other kids go ahead and do it.	12. Uma pessoa que apenas sugere que regras sejam desobedecidas não pode ser culpada se outras pessoas fizerem isso.	12) A person who only suggests that rules be disobeyed can't be blamed if other people do so.
13. If kids are not disciplined they should not be blamed for misbehaving.	13. Se as pessoas não receberem boa educação, elas não podem ser culpadas por mau comportamento.	13) If people don't have a good upbringing, they can't be blamed for bad behavior.
14. Children do not mind being teased because it shows interest in them.	14. As pessoas não se importam se forem provocadas porque isso mostra interesse por elas.	14) People don't mind if they're provoked because it shows an interest in them.
15. It is okay to treat badly somebody who behaved like a "worm."	15. Não tem problema tratar mal alguém que se comportou como um "verme" ou como um "animal".	15) It's okay to treat someone badly who behaved like a "worm" or like an "animal."
16. If people are careless where they leave their things it is their own fault if they get stolen.	16. Se as pessoas não tomam cuidado onde deixam suas coisas, é culpa delas se forem roubadas.	16) If people are not careful where they leave their things, it is their fault if they are stolen.
17. It is alright to fight when your group's honour is threatened.	17. Tudo bem brigar quando a honra de seu grupo é ameaçada.	17) It is okay to fight when the honor of your group is threatened.

Instrumento Original	Instrumento adaptado	Tradução Reversa
18. Taking someone's bicycle without their permission is just "borrowing it."	18. Pegar a bicicleta de alguém sem pedir é apenas uma forma de "pegar emprestado".	18) Taking someone's bike without asking is just a way of "borrowing".
19. It is okay to insult a classmate because beating him/her is worse.	19. Não tem problema insultar um colega de sala de aula porque bater nele/nela seria pior.	19) It's okay to insult a classmate because hitting him/her would be worse.
20. If a group decides together to do something harmful it is unfair to blame any kid in the group for it.	20. Se um grupo decide junto fazer alguma coisa errada, é injusto culpar alguma pessoa do grupo por isso.	20) If a group decides together to do something wrong, it's unfair to blame somebody in the group for that.
21. Kids cannot be blamed for using bad words when all their friends do it.	21. As pessoas não podem ser culpadas por falar palavrões quando todos os seus amigos falam.	21) People can't be blamed for swearing when all their friends do it.
22. Teasing someone does not really hurt them.	22. Provocar uma pessoa não a magoa de verdade.	22) To provoke someone does not really hurt them.
23. Someone who is obnoxious does not deserve to be treated like a human being.	23. Alguém que é detestável não merece ser tratado como um ser humano.	23) Someone who is detestable does not deserve to be treated like a human being.
24. Kids who get mistreated usually do things that deserve it.	24. Pessoas que são maltratadas geralmente fazem por merecer isso.	24) People who are mistreated usually do something to deserve it.
25. It is alright to lie to keep your friends out of trouble.	25. Tudo bem mentir para que seus amigos não se metam em uma confusão.	25) It is okay to lie so your friends do not get into trouble.
26. It is not a bad thing to "get high" once in a while.	26. Não é uma coisa errada "ficar doidão" ou "ficar chapado" de vez em quando.	26) It is not a bad thing to "get high" or "get stoned" once in a while.
27. Compared to the illegal things people do, taking some things from a store without paying for them is not very serious.	27. Se for comparado com coisas ilegais que as pessoas fazem, pegar alguma coisa em uma loja sem pagar por ela não é tão sério.	27) Compared to the illegal things that people do, taking something in a store without paying for it isn't that serious.
28. It is unfair to blame a child who had only a small part in the harm caused by a group.	28. É injusto culpar uma pessoa que teve apenas uma pequena participação em um prejuízo causado pelo grupo.	28) It is unfair to blame a person who had only a small part in a harm caused by the group.
29. Kids cannot be blamed for misbehaving if their friends pressured them to do it.	29. As pessoas não podem ser culpadas por mau comportamento se seus amigos as pressionaram para fazer isso.	29) People can not be blamed for bad behavior if their friends pressured them to do it.
30. Insults among children do not hurt anyone.	30. Insultos entre pessoas não magoam ninguém.	30) Insults between people do not hurt anyone.
31. Some people have to be treated roughly because they lack feelings that can be hurt.	31. Algumas pessoas têm que ser tratadas de modo bruto porque elas não têm sentimentos que podem ser magoados.	31) Some people have to be treated roughly because they do not have feelings that can be hurt.
32. Children are not at fault for misbehaving if their parents force them too much.	32. As pessoas não são culpadas por mau comportamento se são obrigadas por seus pais a fazerem isso.	32) People aren't to blame for bad behavior if they're forced by their parents to do it.

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS - CEP/UFJF
36036-900 JUIZ DE FORA - MG – BRASIL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Seu filho(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “**Desengajamento Moral: adaptação e evidências de validade de uma medida para o contexto brasileiro**”. O objetivo desta investigação é adaptar para a língua portuguesa um questionário sobre justificativas que as pessoas usam para seus comportamentos. O motivo que nos leva a desenvolver essa pesquisa é a ausência de um questionário adaptado que aborde tais questões e possa ser utilizado em estudos no contexto brasileiro.

O questionário será aplicado em sala de aula. A participação de seu(sua) filho(a) tem risco mínimo, pois envolve apenas o ato de responder às questões propostas pelo questionário, ou seja, é uma atividade parecida com as que ele já faz na escola (ler, escrever etc.). A pesquisa contribuirá para conhecer melhor o desenvolvimento e os comportamentos de adolescentes.

Para participar deste estudo, o sr.(a) e seu(sua) filho(a) não terão nenhum custo nem receberão qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o sr.(a) e seu(sua) filho(a) têm assegurado o direito à indenização. Vocês serão esclarecidos sobre o estudo em qualquer aspecto que desejarem e estarão livres para participar ou recusar-se a participar. Poderão retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A participação de seu (sua) filho (a) é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que seu (sua) filho (a) é atendido (a). O pesquisador tratará a identidade de seu (sua) filho (a) com padrões profissionais de sigilo. Os resultados desta pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome e o de seu filho(a), bem como o material que indique a participação dele(a) não serão liberados sem a sua permissão.

O(A) sr(a) e seu(sua) filho(a) não serão identificados(as) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelos pesquisadores responsáveis na Universidade Federal de Juiz de Fora e a outra será fornecida ao sr.(a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com os pesquisadores responsáveis por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade e a de seu(sua) filho(a) com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado(a) sobre os objetivos da pesquisa “**Desengajamento Moral: adaptação e evidências de validade de uma medida para o contexto brasileiro**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim o desejar.

Declaro que autorizo a participação de meu(minha) filho(a). Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Juiz de Fora, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Responsável

Assinatura do Responsável

Pesquisadores Responsáveis:

Prof. Dr. Altemir José Gonçalves Barbosa
Endereço: Rua José Lourenço Kelmer, s/n –
Campus Universitário, Bairro São Pedro. Juiz de
Fora – MG. CEP: 36036-900.
Fone: (32) 2102-3103
E-mail: altemir.barbosa@ufjf.edu.br

Maiara Rosa Albertoni
Endereço: Rua Santos Dummont, 214.
Bairro: Grambery. Juiz de Fora – MG.
CEP: 36010-510
Fone: (32) 3216-1029
E-mail: maiara.albertoni16@gmail.com

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa Humana - UFJF
Campus Universitário da UFJF
Pró-Reitoria de Pesquisa
CEP: 36036-900
Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

ANEXO B – Formulário Eletrônico de Equivalência

Escala de Mecanismos de Desengajamento Moral²

Instruções

Prezado(a) juiz(a),

Esta escala avalia a propensão de os sujeitos recorrerem a mecanismos de desengajamento moral para justificar comportamentos transgressores, minimizando ou eliminando a autocensura. Como parte do seu processo de adaptação, tradutores independentes e a equipe de pesquisa realizaram a tradução direta e a tradução reversa.

Neste questionário, serão apresentadas as afirmações da versão original em inglês e a tradução/adaptação para o português brasileiro. Por favor, avalie cada uma das afirmações do ponto de vista da equivalência semântica, idiomática, cultural e conceitual.

Equivalência semântica: representa a equivalência no significado das palavras, quanto ao vocabulário e à gramática; algumas palavras de um determinado idioma podem não possuir tradução adequada para outros idiomas.

Equivalência idiomática: refere-se à equivalência de expressões idiomáticas e coloquiais, que devem ser congruentes na cultura para a qual o instrumento está sendo traduzido; algumas expressões coloquiais são específicas, raramente traduzíveis, sendo necessária a substituição por expressões equivalentes ou itens substituídos.

Equivalência cultural: avalia a coerência entre os termos utilizados e as experiências vividas pela população a qual se destina, dentro do seu contexto cultural; situações evocadas ou retratadas na versão original devem ser coerentes com o contexto cultural para o qual o instrumento será traduzido.

Equivalência conceitual: refere-se à manutenção do conceito proposto no instrumento original; verifica se os itens utilizados no instrumento capturam os mesmos conceitos e possuem equivalência semântica e de conteúdo em relação à versão original.

Além desta avaliação, faça, por favor, sugestões de tradução/adaptação caso considere que o item não apresenta equivalência. Há um espaço destinado a isso no formulário.

Ressalta-se que a versão brasileira da **Escala de Mecanismos de Desengajamento Moral** será destinada a adolescentes com escolaridade igual ou superior ao 5º ano do Ensino Fundamental. Assim, no processo de tradução/adaptação, os termos “children”, “kid” e “kids” não foram traduzidos literalmente, sendo substituídos por “pessoa” ou “pessoas”. Reitera-se que nem todos os eufemismos possuem tradução literal para a língua portuguesa do Brasil ou, quando é possível traduzi-los, a tradução pode não fazer parte do vocabulário da coorte etária alvo do instrumento neste momento histórico (p.ex., “get high” pode ser traduzido por “ficar alto”, que é usado em língua portuguesa, mas os adolescentes atualmente não utilizam essa expressão, substituindo-a por “ficar chapado” ou “ficar doidão”).

Obrigado pela colaboração,

Maiara Rosa Albertoni
Altemir José Gonçalves Barbosa

²Bandura, A., Barbaranelli C., Caprara, G. V., & C., Pastorelli. (1996). Mechanisms of moral disengagement in the exercise of moral agency. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71(2), 364-374.

Item original: 1) It is alright to fight to protect your friends.			
Tradução: 1) Tudo bem brigar para proteger seus amigos.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência Cultural	Equivalência conceitual
<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale
<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso
<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 2) Slapping and shoving someone is just a way of joking.			
Tradução: 2) Dar tapas e empurrar alguém são apenas um jeito de brincar.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência Cultural	Equivalência conceitual
<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale
<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso
<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 3) Damaging some property is no big deal when you consider that others are beating people up.			
Tradução: 3) Estragar uma propriedade de alguém não é tão errado quando você considera que há pessoas que espancam outras.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência Cultural	Equivalência conceitual
<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale
<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso
<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 4) A kid in a gang should not be blamed for the trouble the gang causes.			
Tradução: 4) Uma pessoa em uma gangue não deve ser culpada pelos problemas que a gangue causa.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência Cultural	Equivalência conceitual
<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale
<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso
<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 5) If kids are living under bad conditions they cannot be blamed for behaving aggressively.			
Tradução: 5) Se pessoas estão vivendo em más condições, elas não podem ser culpadas por se comportarem agressivamente.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência Cultural	Equivalência conceitual
<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale
<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso
<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 6) It is okay to tell small lies because they don't really do any harm.			
Tradução: 6) Não tem problema contar mentirinhas porque elas não prejudicam tanto assim.			

Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência Cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 7) Some people deserve to be treated like animals.			
Tradução: 7) Algumas pessoas merecem ser tratadas como animais.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência Cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 8) If kids fight and misbehave in school it is their teacher's fault.			
Tradução: 8) Se estudantes brigam e se comportam mal na escola, a culpa é de seus professores.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência Cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 9) It is alright to beat someone who bad mouths your family.			
Tradução: 9) Tudo bem bater em pessoas que xingam pessoas da própria família.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência Cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 10) To hit obnoxious classmates is just giving them "a lesson."			
Tradução: 10) Bater em colegas da sala de aula que são detestáveis é apenas uma forma de dar "uma lição" para eles.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 11) Stealing some money is not too serious compared to those who steal a lot of money.			
Tradução: 11) Roubar pouco dinheiro não é tão errado comparado a pessoas que roubam muito dinheiro.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso

<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 12) A kid who only suggests breaking rules should not be blamed if other kids go ahead and do it.

Tradução: 12) A pessoa que apenas sugere que regras sejam desobedecidas não pode ser culpada se outras pessoas fizerem isso.

Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale
<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso
<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale

Sugestão de outra tradução:

Item original: 13) If kids are not disciplined they should not be blamed for misbehaving.

Tradução: 13) Se as pessoas não forem disciplinadas, elas não podem ser culpadas por mau comportamento.

Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale
<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso
<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale

Sugestão de outra tradução:

Item original: 14. Children do not mind being teased because it shows interest in them.

Tradução: 14) As pessoas não se importam se forem provocadas porque isso mostra interesse por elas.

Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale
<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso
<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale

Sugestão de outra tradução:

Item original: 15. It is okay to treat badly somebody who behaved like a "worm."

Tradução: 15) Não tem problema tratar mal alguém que se comportou como um "verme".

Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale
<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso
<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale

Sugestão de outra tradução:

Item original: 16. If people are careless where they leave their things it is their own fault if they get stolen.

Tradução: 16) Se as pessoas não tomam cuidado onde deixam suas coisas, é culpa delas se forem roubadas.

Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale	<input type="checkbox"/> Equivale
<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso	<input type="checkbox"/> Indeciso
<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale	<input type="checkbox"/> Não equivale

Sugestão de outra tradução:

Item original: 17) It is alright to fight when your group's honour is threatened.			
Tradução: 17) Tudo bem brigar quando a honra de seu grupo é ameaçada.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 18) Taking someone's bicycle without their permission is just "borrowing it."			
Tradução: 18) Pegar a bicicleta de alguém sem pedir é apenas uma forma de "pegar emprestado".			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 19) It is okay to insult a classmate because beating him/her is worse.			
Tradução: 19) Não tem problema insultar um amigo de classe porque bater nele/nela seria pior.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 20) If a group decides together to do something harmful it is unfair to blame any kid in the group for it.			
Tradução: 20) Se um grupo decide junto fazer alguma coisa errada é injusto culpar alguma pessoa do grupo por isso.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 21) Kids cannot be blamed for using bad words when all their friends do it.			
Tradução: 21) As pessoas não podem ser culpadas por falar palavrões quando todos os seus amigos falam.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 22. Teasing someone does not really hurt them.			
Tradução: 22) Provocar alguém não magoa ele(a) de verdade.			
Equivalência	Equivalência	Equivalência	Equivalência

semantic	idiomática	Cultural	conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale

Sugestão de outra tradução:

Item original: 23) Someone who is obnoxious does not deserve to be treated like a human being.			
Tradução: 23) Alguém que é detestável não merece ser tratado como um ser humano.			
Equivalência semantic	Equivalência idiomática	Equivalência Cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale

Sugestão de outra tradução:

Item original: 24) Kids who get mistreated usually do things that deserve it.			
Tradução: 24) Pessoas que são maltratadas geralmente fazem algo para merecer isso.			
Equivalência semantic	Equivalência idiomática	Equivalência Cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale

Sugestão de outra tradução:

Item original: 25) It is alright to lie to keep your friends out of trouble.			
Tradução: 25) Tudo bem mentir para que um(a) amigo(a) não se meta em uma confusão.			
Equivalência semantic	Equivalência idiomática	Equivalência Cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale

Sugestão de outra tradução:

Item original: 26) It is not a bad thing to "get high" once in a while.			
Tradução: 26) Não é uma coisa errada "ficar doidão" ou "ficar chapado" de vez em quando.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência Cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale

Sugestão de outra tradução:

Item original: 27) Compared to the illegal things people do, taking some things from a store without paying for them is not very serious.			
Tradução: 27) Se for comparado a coisas ilegais que as pessoas fazem, pegar alguma coisa em uma loja sem pagar por ela não é tão sério.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale

Sugestão de outra tradução:

Item original: 28. It is unfair to blame a child who had only a small part in the harm caused by a group.			
Tradução: 28) É injusto culpar uma pessoa que teve apenas uma pequena participação em um prejuízo causado pelo grupo.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 29) Kids cannot be blamed for misbehaving if their friends pressured them to do it.			
Tradução: 29) As pessoas não podem ser culpadas por mau comportamento se seus amigos as pressionaram para fazer isso.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 30) Insults among children do not hurt anyone.			
Tradução: 30) Insultos entre pessoas não magoam ninguém.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 31) Some people have to be treated roughly because they lack feelings that can be hurt.			
Tradução: 31) Algumas pessoas têm que ser tratadas de modo bruto porque elas não têm sentimentos que podem ser magoados.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

Item original: 32. Children are not at fault for misbehaving if their parents force them too much.			
Tradução: 32) As pessoas não são culpadas por mau comportamento se são obrigadas por seus pais.			
Equivalência semântica	Equivalência idiomática	Equivalência cultural	Equivalência conceitual
() Equivale	() Equivale	() Equivale	() Equivale
() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso	() Indeciso
() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale	() Não equivale
Sugestão de outra tradução:			

ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA EM SERES HUMANOS - CEP/UFJF
36036-900 JUIZ DE FORA - MG – BRASIL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “**Desengajamento Moral: adaptação e evidências de validade de uma medida para o contexto brasileiro**”. O objetivo desta investigação é obter uma versão traduzida e adaptada da escala de Mecanismos de Desengajamento Moral (*Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement*) para a língua portuguesa do Brasil e obter evidências de validade e fidedignidade para ela. Os motivos que nos levam a desenvolver essa pesquisa são a ausência de um instrumento adequado ao contexto brasileiro e a baixa produção científica sobre Desengajamento Moral, tema de importante relevância social e científica.

O procedimento para a coleta do material será realizado por meio eletrônico com o preenchimento de um Formulário Eletrônico de Equivalência entre os itens da *Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral Disengagement* e os da versão traduzida para a língua portuguesa do Brasil. Neste formulário são apresentadas as afirmações da versão original em inglês e a tradução para o português brasileiro. Cada um dos 32 itens deve ser analisado separadamente de acordo com sua equivalência semântica, idiomática, cultural e conceitual, tendo como base o instrumento original. Como avaliador, você deve registrar sua análise de cada item de acordo com três pontos de resposta: equivalente, indeciso e não equivalente.

O risco para sua participação é mínimo, pois envolve apenas o ato de avaliar e registrar eletronicamente sua análise da equivalência entre os itens da versão em inglês e os da língua portuguesa do Brasil.

A pesquisa contribuirá para produzir uma medida adequada à língua portuguesa que possibilite maior produção científica brasileira sobre Desengajamento Moral.

Para participar deste estudo, você não terá nenhum custo nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o sr.(a) tem assegurado o direito a indenização. O sr.(a) terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr. (a) é atendido (a). O pesquisador tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome, bem como o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento eletrônico será arquivado pelos pesquisadores responsáveis na Universidade Federal de Juiz de Fora. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com os pesquisadores responsáveis por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Pesquisadores Responsáveis:

Prof. Dr. Altemir José Gonçalves Barbosa
Endereço: Rua José Lourenço Kelmer, s/n –
Campus Universitário, São Pedro
Instituto de Ciências Humanas – ICH,
Universidade Federal de Juiz de Fora.
CEP: 36036-900 / Juiz de Fora – MG
Fone: (32) 2102-3103
E-mail: altemir.barbosa@ufjf.edu.br

Maiara Rosa Albertoni
Endereço: Rua Santos Dummont, 214.
Bairro: Grambery
CEP: 36010-510
Fone: (32) 3216-1029
E-mail: maiara.albertoni16@gmail.com

Eu fui informado(a) sobre os objetivos da pesquisa **“Desengajamento Moral: adaptação e evidências de validade de uma medida para o contexto brasileiro”**, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Desse modo, eu:

- () **Concordo** em participar do estudo.
() **Não Concordo** em participar do estudo.

Em caso de dúvidas, com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa Humana - UFJF
Campus Universitário da UFJF
Pró-Reitoria de Pesquisa
CEP: 36036-900
Fone: (32) 2102- 3788 / E-mail: cep.propesq@ufjf.edu.br

ANEXO D – Versão Brasileira da *Multifaceted Scale of Mechanisms of Moral*

Disengagement.

A seguir aparecem várias afirmações sobre situações que podem acontecer no dia a dia das pessoas. Faça um X no número que representa a sua opinião sobre cada uma delas. Não há respostas certas ou erradas! O importante é a sua opinião!

Escolha apenas um número em cada linha. Se você fizer um X no número **1**, significará que você **DISCORDA** da afirmação. Se você marcar o número 2, significará que você **NEM DISCORDA NEM CONCORDA** com o que é afirmado. Se escolher o 3, significará que você **CONCORDA** com o item.

	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo
1) Tudo bem brigar para proteger seus amigos.	1	2	3
2) Dar tapas e empurrar alguém são apenas formas de brincar.	1	2	3
3) Estragar uma propriedade de alguém não é tão importante quando você considera que pessoas batem umas nas outras.	1	2	3
4) Uma pessoa que participa de uma gangue não deve ser culpada pelos problemas que a gangue causa.	1	2	3
5) Se pessoas estão vivendo em más condições, elas não podem ser culpadas por se comportarem agressivamente.	1	2	3
6) Não tem problema contar pequenas mentiras porque elas não prejudicam tanto assim.	1	2	3
7) Algumas pessoas merecem ser tratadas como animais.	1	2	3
8) Se estudantes brigam e se comportam mal na escola, a culpa é de seus professores.	1	2	3
9) Tudo bem bater em pessoas que xingam pessoas da sua família.	1	2	3
10) Bater em colegas da sala de aula que são detestáveis é apenas uma forma de dar “uma lição” neles.	1	2	3
11) Roubar pouco dinheiro não é tão errado comparado a pessoas que roubam muito dinheiro.	1	2	3
12) Uma pessoa que apenas sugere que regras sejam desobedecidas não pode ser culpada se outras pessoas fizerem isso.	1	2	3
13) Se as pessoas não receberem boa educação, elas não podem ser culpadas por mau comportamento.	1	2	3
14) As pessoas não se importam se forem provocadas porque isso mostra interesse por elas.	1	2	3
15) Não tem problema tratar mal alguém que se comportou como um "verme" ou como um “animal”.	1	2	3

A seguir aparecem várias afirmações sobre situações que podem acontecer no dia a dia das pessoas. Faça um X no número que representa a sua opinião sobre cada uma delas. Não há respostas certas ou erradas! O importante é a sua opinião!

Escolha apenas um número em cada linha. Se você fizer um X no número **1**, significará que você **DISCORDA** da afirmação. Se você marcar o número 2, significará que você **NEM DISCORDA NEM CONCORDA** com o que é afirmado. Se escolher o 3, significará que você **CONCORDA** com o item.

	Discordo	Nem discordo nem concordo	Concordo
16) Se as pessoas não tomam cuidado onde deixam suas coisas, é culpa delas se forem roubadas.	1	2	3
17) Tudo bem brigar quando a honra de seu grupo é ameaçada.	1	2	3
18) Pegar a bicicleta de alguém sem pedir é apenas uma forma de “pegar emprestado”.	1	2	3
19) Não tem problema insultar um colega de sala de aula porque bater nele/nela seria pior.	1	2	3
20) Se um grupo decide junto fazer alguma coisa errada, é injusto culpar alguma pessoa do grupo por isso.	1	2	3
21) As pessoas não podem ser culpadas por falar palavrões quando todos os seus amigos falam.	1	2	3
22) Provocar uma pessoa não a magoa de verdade.	1	2	3
23) Alguém que é detestável não merece ser tratado como um ser humano.	1	2	3
24) Pessoas que são maltratadas geralmente fazem por merecer isso.	1	2	3
25) Tudo bem mentir para que seus amigos não se metam em uma confusão.	1	2	3
26) Não é uma coisa errada "ficar doidão" ou “ficar chapado” de vez em quando.	1	2	3
27) Se for comparado com coisas ilegais que as pessoas fazem, pegar alguma coisa em uma loja sem pagar por ela não é tão sério.	1	2	3
28) É injusto culpar uma pessoa que teve apenas uma pequena participação em um prejuízo causado pelo grupo.	1	2	3
29) As pessoas não podem ser culpadas por mau comportamento se seus amigos as pressionaram para fazer isso.	1	2	3
30) Insultos entre pessoas não magoam ninguém.	1	2	3
31) Algumas pessoas têm que ser tratadas de modo bruto porque elas não têm sentimentos que podem ser magoados.	1	2	3
32) As pessoas não são culpadas por mau comportamento se são obrigadas por seus pais a fazerem isso.	1	2	3

ANEXO E – Questionário Demográfico

QUESTIONÁRIO DEMOGRÁFICO

1. Quantos anos você tem? _____ anos.
2. Em que ano escolar você está? _____
3. Estuda em qual tipo de escola?
 - (1) Pública
 - (2) Particular/Privada
4. Qual é o seu sexo?
 - (1) Masculino.
 - (2) Feminino.
5. Como você se considera?
 - (1) Branco(a).
 - (2) Negro(a).
 - (3) Pardo(a)/mulato(a).
 - (4) Amarelo(a) (de origem oriental).
 - (5) Indígena ou de origem indígena.
6. Você já reprovou de série/ano da escola alguma vez?
 - (1) Não.
 - (2) Sim.
7. Qual a sua religião?
 - (0) Não tenho religião.
 - (1) Protestante.
 - (2) Católico.
 - (3) Espírita.
 - (4) Umbandista.
 - (5) Espiritualista/Esotérico.
 - (6) Evangélico.
 - (7) Outros.
8. Você é praticante de sua religião, ou seja, vai frequentemente aos cultos religiosos (missa, sessão etc.)?
 - (1) Sim.
 - (2) Não.
9. Indique quantos dos itens abaixo você possui em sua casa.

Posse de itens	TEM (QUANTIDADE)				
	0	1	2	3	4 ou +
Banheiros	0	3	7	10	14
Empregados domésticos	0	3	7	10	13
Automóveis	0	3	5	8	11
Microcomputador	0	3	6	8	11
Lava louça	0	3	6	6	6
Geladeira	0	2	3	5	5
Freezer(*)	0	2	4	6	6
Lava roupa	0	2	4	6	6
DVD	0	1	3	4	6
Micro-ondas	0	2	4	4	4

Motocicleta	0	1	3	3	3
Secadora de roupa	0	2	2	2	2

10. Qual é o nível de escolaridade da pessoa de referência de sua família?

- (0) Analfabeto/Fundamental I incompleto.
- (1) Fundamental I completo / Fundamental II incompleto.
- (2) Fundamental II completo/ Médio incompleto.
- (4) Médio completo / Superior incompleto.
- (7) Superior completo

11.

Onde você mora tem:	Não	Sim
Água encanada	0	4
Rua pavimentada	0	2

Critério Brasil 2015: Sistema de Pontos

12. Existe uma série de atos infracionais, ou seja, desrespeito às leis, que adolescentes cometem. Alguns são mais graves (homicídio, tráfico etc.) outros têm menor potencial ofensivo (ameaça, desacato, pichação, furto etc.). Você já cometeu algum ato infracional?

- (1) Sim.
- (2) Não.

13. Existe uma série de atos prossociais que os adolescentes podem praticar para ajudar outras pessoas ou agir em benefício do próximo. Por exemplo: ajudar um idoso a atravessar a rua, carregar uma sacola pesada para alguém, ceder o assento do ônibus, compartilhar um lanche, etc.

Você já praticou algum ato prossocial?

- (1) Sim.
- (2) Não.

ANEXO F - *Interpersonal Reactivity Index (IRI)*.

As seguintes afirmações questionam seus sentimentos e pensamentos em uma variedade de situações. Para cada item, indique quanto seu pensamento ou sentimento é descrito pela afirmação escolhendo sua posição na escala abaixo (“não me descreve bem”/”descreve-me muito bem). Quando você tiver decidido sua resposta circule o número apropriado ao lado da afirmação. Leia cada item com muito cuidado antes de responder. Responda o mais honestamente possível. Obrigado!	Não me descreve bem		Descreve-me muito bem		
	1	2	3	4	5
1. Costumo fantasiar com coisas que poderiam me acontecer.	1	2	3	4	5
2. Sou neutro quando vejo filmes.	1	2	3	4	5
3. Tento compreender meus amigos imaginando como eles veem as coisas.	1	2	3	4	5
4. Fico comovido com os problemas dos outros.	1	2	3	4	5
5. Tenho facilidade de assumir a posição de um personagem de filme.	1	2	3	4	5
6. Fico apreensivo em situações emergenciais.	1	2	3	4	5
7. Depois de ver uma peça de teatro ou um filme sinto-me envolvido com seus personagens.	1	2	3	4	5
8. Antes de tomar alguma decisão procuro avaliar todas as perspectivas.	1	2	3	4	5
9. Quando vejo que se aproveitam de alguém, sinto necessidade de protegê-lo.	1	2	3	4	5
10. Sinto-me indefeso numa situação emotiva.	1	2	3	4	5
11. Habitualmente me envolvo emocionalmente com filmes e/ou livros.	1	2	3	4	5
12. Habitualmente fico nervoso quando vejo pessoas feridas.	1	2	3	4	5
13. Incomodo-me com as coisas ruins que acontecem aos outros.	1	2	3	4	5
14. Escuto os argumentos dos outros, mesmo estando convicto de minha opinião.	1	2	3	4	5
15. Sinto emoções de um personagem de filme como se fossem minhas próprias emoções.	1	2	3	4	5
16. Fico tenso em situações de fortes emoções.	1	2	3	4	5
17. Sinto compaixão quando alguém é tratado injustamente.	1	2	3	4	5
18. Tento compreender o argumento dos outros.	1	2	3	4	5
19. Costumo me emocionar com as coisas que vejo acontecer aos outros.	1	2	3	4	5
20. Coloco-me no lugar do outro se eu me preocupo com ele.	1	2	3	4	5
21. Descrevo-me como uma pessoa de “coração mole” (muito sensível).	1	2	3	4	5

As seguintes afirmações questionam seus sentimentos e pensamentos em uma variedade de situações. Para cada item, indique quanto seu pensamento ou sentimento é descrito pela afirmação escolhendo sua posição na escala abaixo (“não me descreve bem”/”descreve-me muito bem). Quando você tiver decidido sua resposta circule o número apropriado ao lado da afirmação. Leia cada item com muito cuidado antes de responder. Responda o mais honestamente possível. Obrigado!	Não me descreve bem		Descreve-me muito bem		
	1	2	3	4	5
22. Preocupo-me com as pessoas que não têm uma boa qualidade de vida.	1	2	3	4	5
23. Tendo a perder o controle durante emergências.	1	2	3	4	5
24. Quando vejo uma história interessante, imagino como me sentiria se ela estivesse acontecendo comigo.	1	2	3	4	5
25. Perco o controle quando vejo alguém que esteja precisando de muita ajuda.	1	2	3	4	5
26. Imagino como as pessoas se sentem quando eu as critico.	1	2	3	4	5